

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Humanas - Graduação em Geografia

Ana Elise Gomes de Lira
Carollina Garcia de Barcelos
Gleíciele Caroline Alves Leandro
Thaís Kelly dos Santos Souza

**TERRITORIALIDADE DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS POPULARES NOS
ESPAÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO CENTRO DE BELO HORIZONTE-MG**

Belo Horizonte
2020

Ana Elise Gomes de Lira
Carollina Garcia de Barcelos
Gleíciele Caroline Alves Leandro
Thaís Kelly dos Santos Souza

**TERRITORIALIDADE DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS POPULARES NOS
ESPAÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO CENTRO DE BELO HORIZONTE-MG**

Projeto de conclusão de curso apresentado a graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial ao título de graduação em Geografia.

Orientador (a): Juliana de Lima Caputo

Belo Horizonte
2020

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 – Percurso Metodológico	15
Figura 2 – Pressupostos Teóricos	40
Figura 3 - Larga da Matriz da Boa Viagem, no povoado do Arraial do Curral d’El-Rey no fim do século 19.....	41
Figura 4 - Antiga sede da Fazenda do Leitão desapropriada em 1894 quando da construção da capital. No casarão foi fundado o Museu Histórico de Belo Horizonte em 1973.	43
Figura 5 - Planta geral de Belo Horizonte	45
Figura 6 – Belo Horizonte nos seus primórdios	46
Mapa 1 - Localização do bairro Centro de Belo Horizonte, MG	49
Figura 7 – A Avenida Afonso Pena na década de 50, nas proximidades da Praça Sete	50
Figura 8 – Feira Hippie de Belo Horizonte	52
Figura 9 – Parque Municipal Américo Renné Gianetti	53
Figura 10 - Área do Parque Municipal, em 1897, 1942, 2011	56
Figura 11 – Primeiro prédio da Estação Central do Brasil na Praça Rui Barbosa, início do século XX	58
Figura 12 - Praia da Estação na Praça da Estação em 2013	60
Figura 13 - Manual que os organizadores criaram para que pessoas de outros locais também criem suas “praias”	61
Figura 14 – Duelo de MC’s no Viaduto Santa Tereza	63
Figura 15 – Praça Sete com o obelisco em 1924	64
Figura 16 – Praça Sete de Setembro na década de 1980	66
Figura 17 – Hippies da Praça Sete.....	67
Mapa 2 - Município de residência dos entrevistados - Questionário aplicado ao público geral/ 2020	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade.....	68
Gráfico 2 – Profissão	70
Gráfico 3 - Você costuma frequentar o Centro de Belo Horizonte	72
Gráfico 4 – Em caso afirmativo por qual motivo	73
Gráfico 5 - Quais espaços culturais você frequenta no centro de Belo Horizonte	74
Gráfico 6 - Com qual frequência você utiliza esses espaços culturais	75
Gráfico 7 - Quais desses espaços você conhece	76
Gráfico 8 - Qual (ais) desse (s) espaço (s) você frequenta	77
Gráfico 9 - Quais são os motivos para frequentar esse (s) espaço (s)	78
Gráfico 10 - Com que frequência você utiliza esse (s) espaço (s).....	79
Gráfico 11- Qual o significado dos eventos, que ocorrem nos espaços públicos no Centro de Belo Horizonte, para você	80
Gráfico 12 - Conhece os organizadores dos eventos que ocorrem no Centro de Belo Horizonte	81
Gráfico 13 - Como você teve acesso às informações sobre os eventos.....	82
Gráfico 14 - Qual meio de transporte você utiliza (ou) para ir a esse (s) eventos (s)	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BELOTUR	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte
BH	Belo Horizonte
BH MAP	Mapa oficial da prefeitura de Belo Horizonte
BHTRANS	Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
HIP HOP	Gênero Musical
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIVE	Diz-se de um disco, de um sarau ou de um programa que é gravado ao vivo, perante um determinado público.
MC	Mestre de Cerimônias
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
NEPEC	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PRODABEL	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
QGIS	Software de sistema de informação geográfica
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
WFS	Web Feature Service

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA.....	11
3 MARCO TEÓRICO	16
3.1 Conceitos Fundamentais da Geografia	16
3.1.2 Território e Territorialidade	17
3.2 Geografia Urbana e Cultural.....	22
3.3 Cultura, tradição e cidadania no contexto da cidade	28
3.3.1 Cultura.....	28
3.3.2 Manifestações Artísticas Populares/ Culturais.....	30
3.3.3 Cidadania.....	33
3.3.4 Tradição.....	35
3.3.5 Espaço público e privado	37
3.3.6 Lugar e não-lugar	39
4 CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA DE BELO HORIZONTE.....	41
4.1 Caracterização dos recortes espaciais da pesquisa.....	48
4.1.1 Avenida Afonso Pena.....	49
4.1.1.1 Feira Hippie de Belo Horizonte.....	51
4.1.2 Parque Municipal Américo Renné Gianetti	53
4.1.2.1 Turismo e Lazer.....	56
4.1.3 Praça da Estação (Praça Rui Barbosa)	57
4.1.4 Viaduto Santa Tereza	62
4.1.5 Praça Sete de Setembro	64
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	67
5.1 Análise das Entrevistas abertas realizadas com os promotores de eventos culturais	83
5.1.1. Resultado das entrevistas com os organizadores	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA USUÁRIOS	108
ANEXO B - QUESTIONÁRIOS PARA OS ORGANIZADORES	111

INTRODUÇÃO

A paisagem urbana na cidade é fruto da relação espaço e sociedade, possuindo traços da singularidade e interação de sua população residente e por populações distintas, moldando assim a cidade como um todo. Belo Horizonte teve o propósito de ser a nova capital mineira e mesmo sendo planejada, demonstrou ao longo dos anos que passou por diversas transformações em seus espaços, onde muitos deles se tornaram símbolos de algumas manifestações, espaços de shows, para difusão da cultura, da arte das manifestações artísticas populares, em síntese, de espaços para eventos de maneira em geral. Tendo como pressuposto em seu planejamento uma política higienista e racional dos espaços, a cidade de Belo Horizonte, desde sua origem planejada, e o poder público até a contemporaneidade, pouco contribuíram para uma acessibilidade e apropriação dos espaços públicos belorizontinos de uma maneira mais democrática. Apropriações seletivas e diferenciadas de espaços são percebidos em distintos pontos da cidade, indo assim na contramão de uma acessibilidade a todos. Não se trata de uma concretude física, de impedimentos dos espaços públicos, mas de uma dimensão muito mais simbólica e mesmo econômica que norteia parte da população belorizontina, direcionando assim espaços a serem ocupados ou não, tudo depende da classe socioeconômica a qual o sujeito pertence. Viver a cidade e seus espaços públicos na contemporaneidade para muitas pessoas refere-se à uma tarefa inatingível, seja pelo difícil deslocamento (atrelado a falta de transportes e sua incapacidade de ligar os sujeitos nas várias partes da cidade, ou mesmo a questões econômicas, uma vez que usufruir desses espaços implica em gastos), mas também implica em uma falta de divulgação de eventos em partes da cidade e por parte dos promotores culturais. A questão do não pertencimento também se faz relevante, entretanto, o mais importante disso tudo é destacar que a privação dos sujeitos de vivenciar os espaços da cidade implica em uma negação da cidadania, na não construção de um capital cultural, revelando assim muitas vezes a ausência de ações políticas voltadas para essa questão.

Nessa perspectiva apresentada, de acordo com a LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991 ARTIGO 1º, “todos tem direito ao acesso a fontes de cultura, garantido pela lei”. Ou seja, a cultura é um direito e, nessa perspectiva, “é muito mais que uma atividade econômica, embora a economia da cultura tenha hoje um papel importante na geração de empregos” (SIMIS, 2007, p. 2). Os direitos sociais são esses que tem relação a um mínimo de conforto econômico, de atuação, de existir na totalidade

a sociedade, direitos cuja obtenção se deu desde o século XX e que se afetam mais com a igualdade do que com a liberdade. A necessidade de políticas públicas aponta que mais projetos estejam disponíveis no setor privado para o conhecimento de residentes e de turistas da capital mineira, investimentos na adequação dos locais para maior inserção social, e meios para promover informações acerca das atividades e movimentos culturais.

Entretanto, resistindo a toda essa historicidade, pode-se dizer que a jovem capital mineira tem apresentado no presente uma reputação considerável para as manifestações artísticas populares em seu espaço urbano. As ruas de Belo Horizonte cativaram grupos sociais heterogêneos, ganhando ampla abrangência em diversas áreas da cidade. Decerto, o centro é o palco para uma infinidade de acontecimentos, oferecendo para a cidade uma diversa possibilidade cultural. Para compreender um pouco mais sobre o contexto histórico e político das manifestações artísticas populares que ocorrem no centro e arredores de Belo Horizonte algumas questões tornam-se essenciais: Os artistas e ou sujeitos envolvidos nessas manifestações culturais compreendem o valor político que eles impõem aos espaços públicos? Os espectadores do espaço no qual está acontecendo a manifestação artística e cultural compreendem o significado do evento? Os mesmos têm conhecimento de outras manifestações artísticas e culturais que acontecem nos espaços da cidade?

Com a rápida transformação dos diversos espaços da capital mineira, advindas com a lógica da própria cidade inserida em modo de produção mercantil, tem-se como hipótese que a utilização dos espaços públicos não se dá de maneira equilibrada entre os seus moradores, o que implica em uma segregação de grupos sociais distintos. No caso da região a ser estudada, acredita-se na formação de diversas territorialidades oriundas por parte da população e também por parte do poder público. Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira as manifestações artísticas populares, que ocorrem no centro de Belo Horizonte e arredores, funcionam como ações de territorialidades e movimentos de resistência no espaço público da cidade. Em especificidade o grupo irá:

- Identificar algumas das mais expressivas manifestações artísticas populares no bairro Centro, Belo Horizonte (MG);
- Analisar em quais contextos históricos as manifestações artísticas populares surgiram nos espaços públicos da cidade, se configurando assim, em possíveis ações de territorialidade;

- Analisar, através de promotores culturais e espectadores, a maneira pela qual as manifestações artísticas populares revelam-se em possíveis segregações socioeconômicas e socioespaciais.

2 METODOLOGIA

O espaço é uma categoria que desperta o interesse em diversas áreas da ciência como a Sociologia, Antropologia, História, Sociologia, Economia, o Urbanismo e tantas outras. Para a Geografia, o espaço é uma categoria de análise fundamental e indispensável, possibilitando sua compreensão como meio produzido por elementos sociais, econômicos, naturais, ganhando distintas percepções e abordagens para os conceitos relacionados ao espaço. A evolução do pensamento geográfico traz uma sucessão de paradigmas fundamentais para a compreensão das possibilidades da ciência geográfica atual.

Nessa pesquisa o recorte será o espaço público do centro de Belo Horizonte. Optou-se por uma abordagem metodológica embasada na Geografia Humanística para conduzir o trabalho. Acredita-se que uma pesquisa com essa abordagem e que melhor se aproxima da geografia cultural, seja fundamental para analisar uma composição mais efetiva do ser humano no espaço, esse compreendido como o vivenciado, apropriado e experienciado.

Refletindo a Geografia atual como uma ciência que procura a clareza das relações socioespaciais, há de se compreender que as maneiras de se examinar estes métodos constituem diferentes formas no decorrer do tempo, com base em uma circunstância de conhecimento que, como referido por Carlos (2002, p. 162), “(...) é cumulativo (histórico), social (dinâmico), relativo e desigual, ao mesmo tempo contínuo/descontínuo”.

Buscando produzir uma concisa exposição sobre essa questão, há de se realçar que a Geografia emerge na Antiguidade tendo como fim precisar coordenadas com efeito de localizar os lugares na superfície do planeta, constituindo assim representações espaciais cartográficas dos lugares e, de modo secundário, relações sobre os mesmos, como marca Claval (1997, p. 2002).

No decorrer do tempo foi surgindo uma nova visão de trabalho coesa em algumas concepções às ciências naturalistas. Assim, duas perspectivas se focalizaram na Geografia: uma primeira, que procurava mediante seus meios o conhecimento das relações entre natureza e sociedade, e uma segunda, que tinha como apreensão a função dos espaços no exercício dos grupos, tendo as duas linhas em comum a confiança sobre a existência de uma realidade global. (AMORIM FILHO, 1998)

Alicerçado em autores como Carl Sauer, é acentuada uma nova linha de pensamento nominada de Geografia Cultural, a qual estava baseado em temas como

ecologia cultural, história da cultura no espaço e, particularmente, paisagens culturais, passando, segundo Corrêa (1999), considerações severas referentes especialmente a questões conceituais e metodológicas, o que promoveu uma relativa perda de influência e, enfim, a sua declinação na década de 40.

Já no início da década de 60, na procura de uma melhoria da Geografia Cultural, com base nas discussões de John K. Wright, David Lowenthal lança trabalhos nos quais debate o fato de que a Geografia teria que conter os múltiplos modos de observação, o consciente e inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado, o literal e o esquemático. (HOLZER, 1996)

Surge desse modo uma nova forma de pensar a Geografia, sob um prisma cultural, onde a cultura, a natureza e a sociedade são retratadas como fenômenos relevantes sobre os quais só se consegue respostas com base nas experiências que se manifestam e de acordo com o sentido que os cidadãos dão à sua existência.

Buscando uma maior apreensão das convicções dessa linha de pensamento, a Geografia Humanista é estabelecida por bases teóricas onde são salientados e enaltecidos as experiências, a intersubjetividade, a intuição, os sentimentos e o entendimento dos cidadãos sobre o meio ambiente que estão, procurando entender e enaltecer essas questões.

Ademais dos objetivos da Geografia Humanista, há de destacar-se que, com relação aos primeiros objetos de inserção e ressalva o interesse da cultura no estudo geográfico, é executada uma nova observação sobre os conceitos, envolvendo neste bojo os realizados, sobretudo entre 1925 e 1940, buscando em outras ciências termos teóricos para firmar esta linha de pensamento; nessa perspectiva, prepararam uma discussão sobre definições como cultura, lugar, mundo-vivido, paisagem, percepção, e assim por diante.

Outro prisma a ser apontado nesse processo de estabilização da Geografia Humanista é o fato que esta, ao formar-se, buscou e definiu para seus estudos uma contribuição filosófica e teórica alicerçada na fenomenologia, procurando desse modo apreender como as atividades e os fenômenos geográficos salientam a característica da conscientização humana. (HOLZER, 1999)

De acordo com Holzer (1996, p. 11-12), a Geografia passa a ter a fenomenologia como contribuição para estudos geográficos com concepções subjetivas da espacialidade, com fundamento em Edward Relph, posto que “(...) o método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana

e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as 'essências' da estrutura perspectiva”.

Ao longo desse trabalho, pesquisas bibliográficas, serão realizadas, a partir de livros, artigos acadêmicos, jornais e sites auxiliarão no embasamento teórico dessa pesquisa. Caracterizar os tipos de manifestações artísticas populares e discussões referentes ao espaço público da cidade como espaços de direito serão embasados através dessas leituras. Também serão realizadas pesquisas históricas sobre o objeto de estudo em arquivos públicos, hemerotecas, bibliotecas, periódicos e arquivos digitais na internet. Pesquisas de campo não puderam ser realizadas no recorte espacial pré-estabelecido devido a quarentena gerida pela pandemia do coronavírus (COVID-19).

Tendo como finalidade analisar de que maneira as manifestações artísticas populares, que ocorrem no centro de Belo Horizonte e arredores, funcionam como ações de territorialidades e movimentos de resistência no espaço público da cidade, será adotada uma pesquisa descritiva. O intuito será caracterizar o fenômeno das manifestações artísticas populares nos espaços públicos através da experienciação e observação desses eventos. Serão trabalhados dados quantitativos e qualitativos por se tratar de uma pesquisa tendo a população, ou seja, os usuários dos espaços públicos como referência. A pesquisa quantitativa poderá revelar números que a qualitativa não o fará.

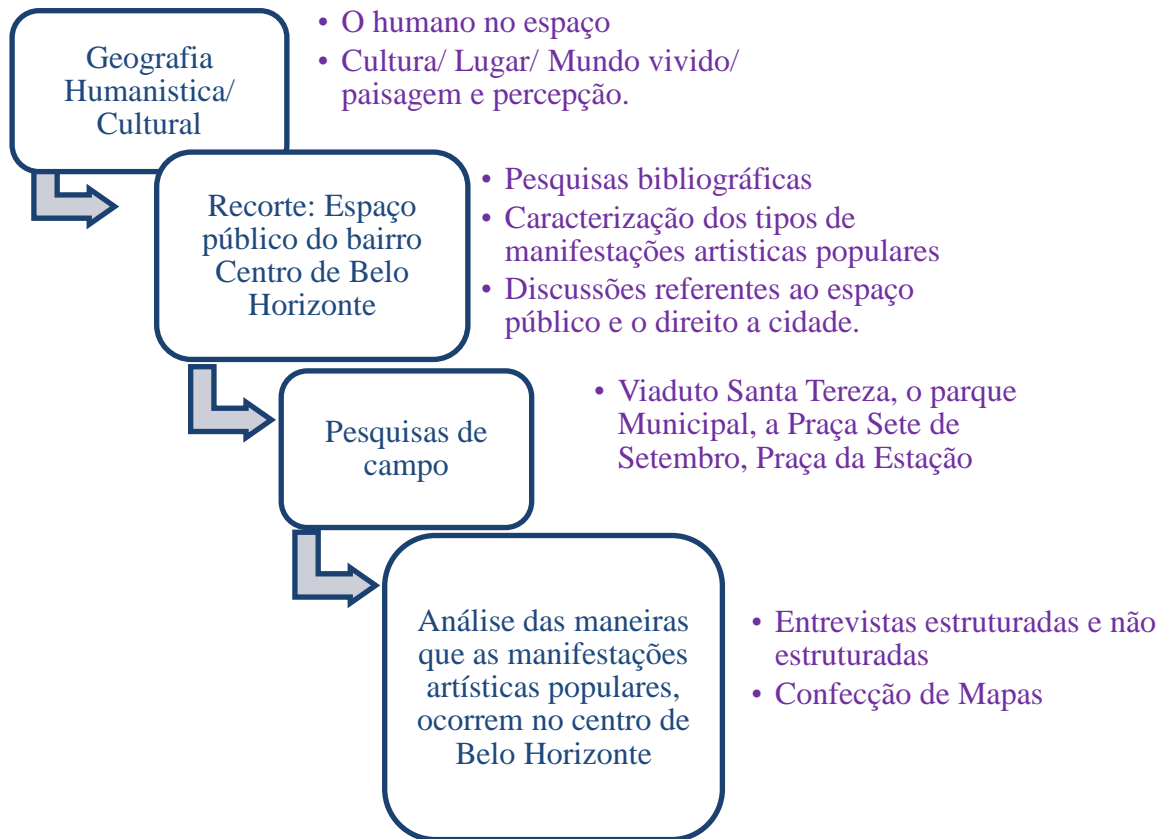
Entrevistas estruturadas, confeccionadas na plataforma Formulários Google, poderão fornecer um diagnóstico socioeconômico desses espectadores. Acredita-se que através do levantamento desses aspectos, seja possível caracterizar e analisar em que contextos possíveis segregações socioeconômicas reproduzem esses espaços. Procura-se também analisar de que maneira e até que ponto os usuários dessas manifestações compreendem a finalidade daquela atividade que estão assistindo ou participando. Será possível também compreender como os espaços públicos da cidade revelam ou não relações de territorialidades. Optou-se por esse tipo de entrevista, em razão da pandemia do coronavírus (COVID-19) (2020), e pelo grande número de questionários a serem aplicados. Foram entrevistadas 408 pessoas.

Entrevistas não estruturadas, objetivando dar mais liberdade para o pesquisado e por se tratar de um número bem mais restrito (3), serão aplicadas aos promotores de eventos através do aplicativo WhatsApp (aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones). O resultado dessas entrevistas fornecerá subsídios para que se possa compreender de que maneira e em que circunstâncias os eventos promovidos, por eles, podem ser caracterizados como manifestações que se apropriam

dos espaços públicos do centro de BH. Será possível analisar também questões referentes a caracterização de movimentos de resistência.

Quanto aos mapas, será utilizada a abordagem cartográfica convencional, onde pressupõe a elaboração a partir de dados específicos sobre um tema, onde serão produzidos através do software QGIS 3.6 Desktop, onde por meio de dados WFS (Web Feature Service) será possível navegar no site do BHMAP (mapa oficial da prefeitura de Belo Horizonte). Os mapas temáticos que serão produzidos vão ser utilizados para identificar padrões espaciais e demonstrar uma metodologia possível de tratamento da informação espacial com o intuito de alcançar um diálogo entre a teoria e os dados de campo.

Figura 1 – Percurso Metodológico



Fonte: Elaboração própria

3 MARCO TEÓRICO

3.1 Conceitos Fundamentais da Geografia

Segundo Pereira (2003) citado por Bortoloto (2011) "*as paisagens vão se modificando, na medida em que se altera a dinâmica que as produz, ou seja, a sociedade se modifica, e com isso, modificam-se as paisagens, que passam a representar então, as formas dos novos conteúdos*". Dessa forma é perceptível que a paisagem, a forma e a aparência de um processo são o ponto de partida para se analisar geograficamente uma realidade. Como observado por Milton Santos (1994) a definição de “espaço” é como uma “extensão que geralmente limita fenômenos diversos como os sociais e os naturais”, ao descrever o espaço como espaço geográfico o define como “natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de natureza onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar a ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano”, ou seja, o espaço substitui o espaço natural por um espaço social e antropizado.

Para Lefebvre (2000), define o espaço como

um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) - produção (da organização espacial própria a cada sociedade) - criação (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o décor). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se produz a simultaneidade.

Encontrar uma definição única para espaço, como relata Lefebvre, é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas interpretações tendo em vista o campo de análise e os elementos que o constituem, o que traz flexibilidade as definições, as tornam cabíveis de mudanças. Isso significa que a cada momento da história é dado um determinado conceito ao espaço.

Com isso o processo de globalização tem modificado a paisagem de acordo com a evolução do homem em que deixa de se adaptar ao meio e passa a adaptá-lo modificando assim a natureza em sua forma, em que é buscado um lugar, que traz para a humanidade

a própria identificação da sua cultura. A falta de um definitivo conceito de espaço, acompanha a capacidade de metamorfização humana no espaço.

Muitas são as categorias geográficas e os componentes que auxiliam àqueles que pretendem ler o espaço, perceber o vivido e analisar os efeitos gerados. Nessa pesquisa categorias como “território e territorialidade”; “lugar e não-lugar”; “espaço” - em sua perspectiva público e privada; assim como algumas correntes da Geografia como a “urbana” e a “cultural” se fazem necessárias e enriquecedoras para a temática apresentada. Analisar de que maneira e em que contextos “cultura”, “tradição”, “cidadania” e “manifestações artísticas culturais” se revelam no espaço público de Belo Horizonte será de fundamental importância para se compreender as territorialidades existentes nesses espaços públicos.

3.1.2 Território e Territorialidade

De acordo com Mariani e Arruda (2010), nos últimos anos o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos estão se fortalecendo nas ciências sociais. O enfoque territorial tem como intuito fornecer suporte analítico específico para explicar as dinâmicas de desenvolvimento e tem como base o espaço social e as relações de poder que nele operam, dessa maneira, o território pode ser definido como ponto crucial do desenvolvimento, alcançando a função normativa, ou seja, reflete o elemento organizativo das metas de crescimento, para o cumprimento das políticas de desenvolvimento.

Segundo Raffestin (1993), é fundamental compreender que o espaço antecede ao território, pois este se forma a partir do espaço, sendo resultante de uma ação dirigida por um ator sintagmático em qualquer condição. Em consequência, quando o ator se apropria de um espaço, concreta ou abstratamente, ele territorializa o espaço.

Conforme Lima, Xavier e Dal Forno (2014), foi Friedrich Ratzel, um geógrafo alemão, o responsável por um dos primeiros registros sobre o surgimento do conceito de território e da institucionalização da Geografia como Ciência em diversas universidades europeias, durante o período de unificação alemã em 1871. Como Ratzel destacava, o território era incidente de uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, com uma necessidade imperiosa de um território com recursos naturais satisfatórios para o seu povoamento, que seriam utilizados segundo as capacidades tecnológicas existentes.

Partindo desse contexto, Ratzel apud Moraes (1990, p. 74), aborda que “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território”. O Estado não cresce apenas em amplitude, em metros quadrados, mas em força, riqueza e potência extraídos, dos organismos que o compõe. O território pode ser compreendido como um espaço necessário para qualquer população e Estado, para que em síntese possam evoluir plenamente, em todos os sentidos.

Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, retrata o surgimento das entidades jurídicas como os reinos, a partir da figura-simbólica do rei associado a um território, como este sendo parte prolongada do corpo do príncipe. Desta forma, o espaço de domínio real, onde o soberano reúne os homens da terra, na condição de habitantes do território, sob a égide do seu poder.

O território em um sentido mais amplo, pode ser interpretado como um espaço onde um trabalho foi projetado, seja energia e informação, e conseqüentemente, manifesta revelações caracterizadas pelo poder. O território se sustenta no espaço, mas não pode ser definido com o espaço, mas uma produção a partir dele, devido às relações que o envolve, inserindo num campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

Brito (2008), diz que o vocabulário território é fundamentalmente polissêmico, usado para definir uma extensão da superfície da Terra, onde grupos sociais, instituições e sujeitos se confrontam pela afirmação de seus interesses, em analogia ao que acontece entre os animais de uma mesma espécie. Para muitos estudiosos, tal afirmação não pode ser aceita na sociedade contemporânea, mas é a que prevalece. Contrário à essa linha de raciocínio, onde o território é composto por uma parte da superfície terrestre ou uma área de terra é considerada o próprio território, existem os argumentos daqueles que ressaltam que o território apenas existe quando em função da confirmação da presença do Estado; ou que o território é o mesmo espaço geográfico; ou está relacionado a uma determinada dimensão espacial e durabilidade temporal e o mais grave dos argumentos, que o território possui uma forma de controle de agentes sociais sobre outros. Em todos os argumentos, as relações de poder são predominantes entre os distintos agentes.

O espaço territorial de uma nação, segundo Santos (2009), é o *locus* do exercício de poder de um Estado ou composição política, onde sua soberania é a soberania é conduzida pela demonstração do domínio patrimonial, de propriedade e exclusivo. Dentro do contexto ecológico, por se tratar de uma superfície terrestre, compõe uma entidade jurídica reconhecida pelo fórum internacional. Tal caráter jurídico do território se

configura a partir de sua origem latina no termo *territorium* em tratados sobre agrimensura quanto ao sentido de parcela de terra apropriada.

Compreende-se, portanto, que a palavra território engloba um significado jurídico, que envolve três importantes significações: dominação, a partir do poder do soberano; interdição, referente ao controle territorial; e demarcação, conforme as fronteiras físicas. Tais significados conferem à palavra território a dupla natureza de um termo jurídico/político (SANTOS, 2009).

A construção de um território enquanto espaço é tão implexo quanto o entendimento do seu conceito. Contudo, um fato é bem implícito, a demonstração de poder. Para compreender o conceito de território, é necessário entender que o poder exercido por pessoas ou grupos é o que define o território. Souza cita em seu texto “*O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*” de 1995, uma proposta sobre a concepção de território e sua utilização em análises de casos na cidade do Rio de Janeiro. Ele refere-se ao conceito de poder para consolidar o conceito de território que é, principalmente, “*um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (1995, p. 78) ou ainda, “*território é essencialmente um instrumento de exercício de poder*” (p. 79). Souza destaca que o território não deve ser simplificado ou relacionado “*com a figura do Estado*” (p. 81), após diferir autoridade, competência, dominação, poder e violência.

Com a análise da utilização dos conceitos de espaço e território indistintamente, ele declara que o território “*será um campo de forças, uma teia de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade...*” (p. 87). O autor desloca a lógica do poder soberano da categoria território, que coube durante muito tempo aos Estados Nação, para a população em geral. Ele legitima que os sujeitos através de suas relações no espaço, ao se apropriarem e usufruírem desses acabam criando relações de poder e assim criam territórios e territorialidades. O poder então, é subentendido como relacional, pois é fato intrínseco em todas as relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

De acordo com Silva e Tourinho (2017), o conceito de território está vinculado à categoria de poder, mas não apenas no sentido concreto de dominação, de poder político, mas também de poder simbólico, relacionado à assimilação de grupos específicos para com o seu espaço de vivência. Compreende-se então, que o espaço é delimitado por e a partir de relações de poder, portanto, o território não se refere apenas aos limites políticos-administrativos definidos por linhas ou marcos divisórios de limites geográficos. O seu

alcance é múltiplo e envolve diversos espaços e agentes sociais, caracterizados por diferenças, abrangendo desde a ação do Estado demarcando as fronteiras de um país, por exemplo, até a significação do alcance espacial das organizações comunitárias de ocupações, bairros, conjuntos habitacionais, entre outros.

Para Lima, Xavier e Dal Forno (2014), destacam que os processos de desenvolvimento estão se preocupando mais em focalizar as questões de caráter local do que as grandes dimensões, especialmente, porque início da globalização na década de 90, personificou a exclusão socioeconômica das nações menos favorecidas, o que incorreu no direcionamento das populações locais desses países para a elaboração de mecanismos em seus territórios, para o fortalecimento de suas culturas e assim resistir às imposições de outras culturas consideradas mais avançadas. Enfim, segundo esses autores, o território pode ser compreendido como o palco onde são realizadas as ações criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa, como uma parte do espaço local ligado ao espaço mundial.

Bem como Santos (2009), afirma que os territórios em conjunto com a soberania e o povo formam um dos três elementos básicos para compor a nação-estado moderna. Esse entendimento, que se reproduz nas formulações do Estado moderno, acompanhou significativamente, a formação da Geografia Moderna, segundo a proposta de Ratzel de relacionar sociedade, Estado e território. Tal sentido é fundamentado a partir de uma visão oriunda do contexto pós-medieval europeu, onde a base patrimonial de origem feudal auxiliou a formação do território da nação-estado moderna. Por conseguinte, o estado territorial nacional foi influenciado pela evolução inovadora que marcou o regime territorial feudal, mesmo que reservando seu traço patrimonialista original. Destaca-se ainda, que a maior característica é a forma de propriedade territorial, que se reflete na soberania patrimonial excludente.

Para Haesbaert (2004) território, deste modo, em qualquer significado, corresponde com o poder, contudo não exclusivamente ao tradicional “poder político”. Ele tem relação tanto ao poder no modo mais concreto, de controle, como ao poder no sentido mais figurado, de apropriação. O autor cita Lefebvre para discriminar a relação de apropriação e de dominação que podem existir no território onde “*o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do ‘vivido’, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.*” (HAESBAERT, 2004, p. 2).

Conforme Mariani e Arruda (2010), o território é concebido como o espaço apropriado por relações de poder, que inevitavelmente incidem em alterações do espaço. Essas ações que incorrem um espaço transformado e individualizado pelos grupos que o dominam, compõem as territorialidades desde espaço. Em outras palavras, constituem as territorialidades do espaço ocupado, pois este não poderá mais ser entendido sem as relações de poder dos grupos que lhe impõem o poderio. Sob um outro ângulo, a anexação da expectativa analítica do território e de suas específicas territorialidades pelas dinâmicas do desenvolvimento local, estão relacionadas ao aproveitamento dos entendimentos existentes entre os atores de uma certa localidade definida, de forma que as relações que eles estabelecem entre si e com o território serão aproveitadas para gerar renda, emprego, preservar as particularidades culturais, entre outras características do desenvolvimento local.

As palavras território e territorialidade, apesar de possuírem uma semelhança semântica, possuem entre si, características próprias. O conceito de territorialidade surgiu em 1920, quando o ornitólogo inglês, Elliot Howard, se baseou no comportamento característico adotado por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra membros de sua própria espécie. A origem da territorialidade na área das ciências naturais está no campo da Etnologia. A aplicação do termo ocorreu devido à observação de animais por pesquisadores em seu meio natural e não apenas em laboratório, em condições artificiais (LIMA; XAVIER; DAL FORNO, 2014).

De acordo com Alves (2015), diz que tanto a territorialidade quanto o território, podem ser modificados no espaço e no tempo, pois são constituídos socialmente e dentro de contextos históricos particulares que produzem e oportunizam diferentes territorialidades e territórios. Tanto um como o outro, se alteram e modificam no espaço e no tempo. Assim como Raffestin (1993, p. 158), afirma que a “territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”, ou seja, a territorialidade reflete as múltiplas dimensões de características e particularidades vivenciadas pelos membros de um grupo, cada um acompanha e atua conforme a mesma percepção cultural.

Assim sendo, Alves (2015), a territorialidade tem por definição a estratégia de comportamento social no espaço, agindo como uma semiografia do território, seja através do afeto, da influência, do controle e manutenção do território como uma forma espacial de comportamento social. Pode-se subentender ainda que a cultura floresce em um território e a territorialidade, em termos geográficos é compreendida como a

territorialidade humana. A territorialidade pode ser compreendida ainda como um elemento geográfico para trazer entendimento sobre como a sociedade e o espaço estão relacionados na ação constituinte dos territórios para encarnar a cultura.

Brito (2008), considera que a territorialidade é constituída como uma estratégia para o desenvolvimento ou para defender algum tipo de interesse de agentes sociais específicos, o que esclarece que o termo território não significa apenas ser propriedade dos agentes sociais, não pelo fato de possuir uma relação política e não patrimonial.

Segundo Silva e Tourinho (2017), a territorialidade se concretiza em escalas espaciais distintas, que variam no tempo por meio de relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação e das identidades. Por isso, em uma sociedade organizada territorialmente em países, estados e municípios, deve-se levar em conta as múltiplas territorialidades presentes nos espaços geográficos, demarcando limites fixos, devidamente descritos e representados em marcos geográficos através de linhas divisórias.

A partir disso, se entende o território e a territorialização como aspectos humanos que vivem em constante transformação, buscando assim para além de preceitos políticos. A cultura e a constante transformação humana mudam assim seu meio, em que passa a ter significados diferentes, em que podem ser eles comerciais ou artísticos. Logo o meio urbano, assim como Belo Horizonte e outras cidades, tem em seu espaço diferentes territórios que surgem a partir de uma necessidade humana de se adaptar e buscar o seu simbolismo como parte do meio.

3.2 Geografia Urbana e Cultural

A abordagem do território, ante o ponto de vista de sua apropriação cultural, tem sido um objeto pouco investigado na geografia urbana. “A produção acadêmica da geografia urbana brasileira, segundo a análise de Maurício de Almeida Abreu, demonstra que essa não foi uma das preocupações dos geógrafos brasileiros até o início dos anos 90.” (SILVA, 2000, p. 10). Presente no processo de regulação técnica, aumento dos meios de acesso à informação, estandarização das paisagens urbanas e do modo de vida ocidental, aprofunda-se em variadas ciências sociais a apreensão de assimilar a multiplicidade em um planeta ao que tudo indica coerente e estruturado.

Corrente da Geografia, capaz de aprender essa multiplicidade, a geografia cultural passou por muitas fases até se arquitetar do jeito como é conhecida. Apesar da geografia

cultural ter obtido uma identidade somente com a obra de Sauer e seus adeptos, para Corrêa e Rosendahl (2003), a importância cultural já se encontrava presente na geografia do século XIX.

Conforme Claval (2003); (2014) a geografia cultural teve seu começo, de modo sinuoso, no final do século XIX e início do século XX tendo origem sendo na Europa sua criação. Desde então, a compreensão relativa a cultura: termo que de acordo com Corrêa (2009); polissêmico detentor de vários conteúdos, foi se transformando através do espaço tempo: tendo vários sentidos consequências de um momento histórico e intervenções metodológicas, se oferecendo em diferentes formas na Alemanha, Estados Unidos e França, países onde o progresso da geografia cultural foi mais ágil e inicial.

Para Claval (2002), a primeira fase da geografia cultural sucede entre final do século XIX e meados do século XX, de início na Alemanha e França e adiante a começar de 1925 nos Estados Unidos. O segundo período nos anos 60 e 70, referente ao tempo onde a geografia cultural passou por alteração na tentativa de uma concepção metodológica, Nova Geografia Cultural. A começar da década de 70 no século XX, é o período em que o autor fala sobre uma alteração considerável na geografia cultural, onde ela deixava de ser analisada como um subdomínio da geografia, se pondo no mesmo patamar que a geografia econômica e geografia política por exemplo. (CORRÊA, 2017).

Muito mais do que somente abordar a cultura em seu conceito, a Geografia cultural busca abordar as espacialidades e o que provém dessa espacialidade como, por exemplo: o espaço, o lugar, a paisagem, a territorialidade, o território, o poder conforme a compreensão do pesquisador. Por conseguinte, conforme Cosgrove (2003), a adequação simbólica do mundo formula padrões de vida distintos e paisagens diferentes, onde se fazem geografia e histórias próprias. Para o autor o trabalho da geografia cultural é assimilar e entender essa importância da comunicação humana com a natureza e se dever de ordem do espaço.

Para Zanata (2008), um dos primeiros a servir-se o termo cultura na geografia alemã foi Ratzel em seu livro chamado Antropogeografia no ano de 1882. Além do mais, obra que conforme Sauer (2003), consolidou a geografia humana em seu sentido conjuntural do meio físico e abstrato referente a posição e espaço e suas ações sobre o indivíduo. Para Claval (2014), Ratzel cria uma apreensão de geografia ao buscar retratar áreas que os homens vivem e mapeá-las, procurando assim compreender as razões geográficas distributivas dos homens pelo globo e entender a ação da natureza sobre a mente e o corpo da pessoa conforme Büttman (1977, apud Claval, 2014).

Para Claval (2014), Ratzel oferece um olhar significativo para os acontecimentos culturais, ligados ao meio de aproveitamento de uma definida população e os relacionando as técnicas dirigidas para as mudanças. Por conseguinte, a circunstância de se reparar a cultura:

[...] é analisada, sobretudo sob seus aspectos materiais com um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço. As ideias que a subtendem e a linguagem que a exprime são dificilmente evocadas (CLAVAL, 2014, p. 30).

Ainda conforme Claval (2014), Ratzel guardava uma compreensão onde confrontava o Estado a um organismo, que sem, ou com a inexistência de espaço ficaria arruinado. Todo esse entendimento está elencado em um conceito darwinista, onde há uma constante luta pela vida. De certa forma essa apreensão do autor, o limitou em produzir sobre temas correlacionados a cultura dando a sua obra uma peculiaridade orientada aos fatores políticos.

Consoante com Claval (2002), já havia na geografia alemã uma gama de estudos dedicados a paisagem, que se fortalecia velozmente na década de 1900. Para Claval (2014), Schlüter traz uma nova percepção para a geografia humana, onde a paisagem se transforma em um objeto geográfico. Tanto a natureza, como a vida e o sujeito mudaram a paisagem. Schlüter faz significações sobre a alteração antrópica no espaço, fazendo-se o meio natural. Esse estudo passa a ser convocado pelos autores alemães constantemente de Kulturlandschaft, que é relacionado a paisagem cultural ou paisagem humanizada.

Para Schlüter e a maioria dos geógrafos alemães das primeiras décadas do século XX, o objeto fundamental de pesquisa era a marca que o homem impõe à paisagem que constitui. Essa marca é estruturada: o objeto da geografia é, portanto, apreender sua organização, descrever o que se denomina desde então a morfologia da paisagem cultural e compreender sua gênese (CLAVAL, 2014, p. 32).

Com La Blache e seus sucessores, lograram argumentos notáveis que vieram contribuir com a abordagem cultural na geografia. A noção de gênero de vida permite lançar um olhar sintético sobre as técnicas, os utensílios e as maneiras de habitar das diferentes civilizações: ela os organiza na sucessão dos trabalhos e dos dias [...] e aponta como se relacionam os hábitos dos lugares, as técnicas e as paisagens (CLAVAL, 2014, p. 41).

Ainda conforme Claval (2014), La Blache tinha o desejo de esclarecer cientificamente os lugares e não uma abordagem no indivíduo. O autor francês demonstra que a adaptação de uma associação humana, a respeito de um definido meio corroborando o gênero de vida, resulta: dos métodos produtivos e suas transformações gerando novos meios, métodos de transportes e a competência de “intercambiar”, compreendendo e transmitindo saberes com outras associações ou locais e do costume de definido grupo. Tanto os métodos produtivos, de transporte e relativa ao costume se combinam a uma abordagem cultural na geografia – tornando a salientar que La Blache não soou a palavra cultura. Contudo “a análise do gênero de vida mostra como a elaboração das paisagens reflete a organização do trabalho” (CLAVAL, 2014, p. 41).

Tanto na abordagem da geografia francesa como na geografia alemã no final do século XIX e início do século XX, segundo Claval (2001), não tratam a eficácia mental dos atores sociais em um meio cultural, sequer, dispõe a eficácia de precisar as convivências entre as pessoas e o lugar. A circunstância não é muito díspar com a abordagem cultural norte americana, concebendo como seu grande expoente Sauer e seus adeptos na Escola de Berkeley, segunda década do século XX.

No Brasil, a geografia cultural passa a ter disseminação na última década do século XX, onde, de acordo com Corrêa (2009), mediante a fundação do NEPEC (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Espaço e Cultura), elaborado na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), ajudou a assentar os estudos do subcampo no Brasil, estabelecendo: periódicos, textos e edições de livros havendo como organizadores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl.

Tendo surgida com uma discussão muito mais voltada para o espaço rural, e suas sociedades primitivas, técnicas e artefatos, muito autores chegaram a afirmar que a Geografia Cultural chegaria ao fim com o surgimento das cidades. Entretanto, essa corrente foi evidenciando que o geógrafo cultural se preocupa não apenas em explicar o funcionamento interno da cultura, nem descrever completamente padrões de comportamento humano, mas sim avaliar o potencial técnico de comunidades humanas para usar, modificar e se apropriar do seu habitat. Sendo assim, pode-se afirmar que geografia cultural contemporânea cada vez mais tem se preocupado em estudar a distribuição, no tempo e no espaço, de culturas e elementos das culturas. Nessa perspectiva o urbano passa a fazer parte dos estudos da geografia cultural. Entretanto, até o final de 1960 as relações entre a cultura e o urbano não eram efetivas, o cenário era de geógrafos culturais de um lado e geógrafos urbanos de outro. Inserir a discussão cultural

na Geografia Urbana permitiu que transformações em curso na sociedade urbana fossem entendidas de maneira multicultural e não somente positivista. Dessa forma a cidade passa a ser vista como uma matriz cultural, como um texto no qual se leem a sociedade e suas múltiplas interpretações da paisagem urbana.

O lugar é o apoio da reprodução da vida e pode ser observado pela tríade habitante – identidade – lugar (CARLOS, 2007). A cidade, por exemplo, gera e aparece no esboço da vida e da pessoa. As relações que as pessoas conservam com os espaços habitados se apresentam diariamente nos modos de uso, nas circunstâncias mais familiares, no secundário, no imprevisto. É o espaço sujeito de ser apropriado, pensado, sentido e vivido por meio do corpo.

A tríade cidadão – identidade – lugar mostra a necessidade de levar em consideração o corpo, visto que é mediante dele que o indivíduo habita e se apropria do espaço. A nossa existência possui uma corporeidade visto que atuamos mediante o corpo. “Ele nos dá acesso ao mundo, para Perce (1995) é o nó vital, imediato visto, pela sociedade como fonte e suporte de toda cultura” (CARLOS, 2007, p. 18). Modos de aproximação da realidade, produto alterado pela vivência do meio, da relação com o mundo, relação vasta de impressão e de atitude, porém da mesma forma de desejo e, em consequência de reconhecimento com a projeção sobre o diferente. Inicia-se aqui, o entendimento da análise do vivido mediante o uso, pelo corpo.

De outra parte a metrópole não é “lugar” ela só pode ser vivida relativamente, o que mencionaria a discussão do bairro como espaço imediato das relações do dia a dia mais finas. São os lugares que o indivíduo habita dentro da cidade que tem relação com seu cotidiano e a seu modo de vida no qual se circula, passeia, trabalha, ou seja, pelas formas das quais o indivíduo se apropria e que vão obtendo a importância determinado pelo uso. Refere-se a um espaço tangível. São o bairro, a praça, a rua, espaços públicos, desmembrados entre zonas de veículos e a calçada de pedestre refere-se ao passo e a um ritmo que é da pessoa e que pode escapar aquele do tempo do método. É da mesma forma o espaço da casa e dos trajetos de comprar, entre outras.

Os caminhos feitos pelos habitantes ligam o lugar de moradia aos lugares de comunicação, de lazer, contudo o significativo é que essas intervenções espaciais são ordenadas de acordo com as características do tempo vivido. Um mesmo caminho tange o privado e o público, o coletivo e o individual, o gratuito e o necessário. Finalmente o ato de caminhar é intermédio e parece comum; ela deixa enxergar como a vida do cidadão é gélida de sentimentos muito imediatos e de atos suspensos. São as relações que

compõem o sentido dos lugares da metrópole. Isto visto que o lugar só pode ser apreendido em suas menções, que não são características de uma forma ou de uma incumbência, contudo desenvolvidos por uma soma de sentidos, impressos pela utilização.

Qualquer que seja a organização global dos usos ou o modo de produção do espaço urbano, uma racionalidade, cada vez mais necessária, parece reinar sobre o lugar — a produção do construído privilegia uma certa manipulação do espaço fundado segundo uma lógica repetitiva e sob um princípio fundamental; (CARLOS, 2007, p. 18).

Augoyard (1979) diz que a essencial planificação do espaço urbano baliza os poderes de expressão do habitante, porém este comedimento é até então redobrada pelo partido epistêmico que dá a completude como básico e a fração por supérflua ou dispensável.

De outro lado o espaço tem uma monumentalidade que pode ser captada como princípio indicativo da história de um marcado lugar. Todavia o que se apresenta no lugar não é meramente a história de uma população, e sim o peso da história dos homens. O lugar é do mesmo modo o espaço vazio que aborda àquele da monumentalidade do poder.

O espaço do poder na qualidade de espaço do vazio é o espaço do vedado. Os espaços da monumentalidade se cortam, é o espaço do poder, e à vista disso do ver. O espaço é elaborado segundo um tempo e de um sentido que estabelece condutas, duração, modos e tempo do uso.

E a metrópole está acumulada destes lugares, vazios de sentido para o homem comum, do ângulo das possibilidades extensas do uso, entretanto sob o mesmo pensamento, onde as formas coagem a apropriação.

Como consequência de ações humanas, o espaço urbano possui seus agentes, que são aqueles que mantem o fluxo e o dinamismo entre os territórios que estão dentro desse espaço. A indústria, os fundiários, setor imobiliário, o estado e os grupos sociais são agentes importantes e responsáveis pelo dinamismo urbano, e apesar de apresentarem diferentes funções, eles são interdependentes e são influenciados um pela ação do outro tendo como principal influência os interesses no capital.

Sendo assim, os agentes participam dos processos de formação urbana a partir dos processos sociais e com os elementos mediadores (indústrias, estados e afins), que permitem a localização e a realocação de atividades e a distribuição da população no meio urbano, tendo como processos espaciais a ação humana, o tempo e o próprio espaço.

O fluxo intenso de uma cidade se dá por conta da articulação das pessoas e veículos que estão presentes em um espaço, que oferece diversas categorias de bens e serviços. Apesar dessa distribuição não ser homogênea na cidade, a articulação desses mesmos fluxos garante uma maior interação entre os espaços, apesar de manter a dualidade de manter a desigualdade em termos de mobilidade e o próprio acesso aos serviços.

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (CORRÊA, 1985, P 11).

Com a organização e a reorganização constante do espaço a centralização e a descentralização fazem parte do processo constante de urbanização. O que seria categorizado como centro é o uso intenso do solo, onde limita o uso horizontal passando a possuir construções mais verticalizadas onde irá se localizar sedes de indústrias, escritório.

As centralizações se dispersam a partir do momento em que o centro fica inviável para outras classes, devido ao aumento do preço do solo que é decorrente da própria funcionalidade do centro (CORRÊA, 1989). A zona periférica, que também faz parte do urbano, se caracteriza com construções mais horizontais com áreas mais residenciais. A forma como é definido o uso e a ocupação do solo de uma cidade, irá definir como que as classes sociais se distribuem no espaço urbano das cidades, devido a variabilidade do valor do próprio solo, acarretando atividades de reivindicação social.

3.3 Cultura, tradição e cidadania no contexto da cidade

3.3.1 Cultura

A Geografia enquanto ciência, ao incorporar a cultura como um elemento de análise, amplia seus horizontes, a forma de interpretação da realidade e outras fontes de conhecimento, dentro de outros campos, saindo do meio científico. No âmbito da geografia, é possível e necessário interrogar e apreender conteúdos e dimensões da cultura das realidades do espaço geográfico. E a partir do amplo, diverso da finalidade do conceito de cultura, o mapeamento cultural mostra-se como possibilidade a compreensão de produção das dinâmicas dentro do espaço geográfico.

A cultura possui conceituação complexa, e envolvem tanto elementos e conteúdo da natureza antropológica quanto de natureza mais restrita e descritiva, como a artística e sociológica. (BOTELHO, 2001).

Segundo Serpa (2018, p. 141),

Cultura (palavra e conceito) é de origem romana, e significa originalmente agricultura, tida em alta conta na Roma antiga em oposição às artes plásticas e ao fabrico. Também exprimia a reverência romana para com o testemunho do passado (preservação do legado grego e continuidade da tradição). Mesmo no presente, cultura ainda é pensada em termos de tornar a natureza um lugar habitável para as pessoas e de cuidar dos monumentos do passado (apud Arendt, 2002a).

Conforme Corrêa (2009), cultura representa em termo composto de muitos conceitos, sendo um termo utilizado no consenso e entendível no meio das ideias em discussão. Na área das ciências sociais a polissemia é vasta e os debates ao derredor do conceito são muitos. Hoefle (1998), expõe um quadro onde a cultura pode ser captada consoante aos três eixos. No primeiro eixo a cultura é estudada em um pensamento amplo ou restrito, compreendendo, nesta ordem muitos fenômenos ou delimitada aos conceitos construídos com respeito aos dessemelhantes âmbitos da vida. No segundo eixo a cultura é estudada segundo o papel que cumpre na sociedade. “Determinada pela natureza ou pela base econômica, de um lado, ou tendo o papel de determinação, sendo então considerada como entidade supra orgânica ou, ainda, em terceiro lugar, como um contexto, isto é, simultaneamente reflexo, meio e condição.” (CORRÊA, 2009, p. 1). Na Escola de Berkeley a noção de cultura integra-se à sua perspectiva como entidade supra orgânica, como articulado por Ducan (2003), ao mesmo tempo que na geografia cultural renovada a cultura é captada como um contexto. No terceiro eixo, enfim, a cultura é avaliada no que concerne ao processo de transformação.

De acordo com Santos (2006), a cultura compreende como a preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. A cultura está associada a estudo, educação e a formação escolar, ela se refere às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura.

3.3.2 Manifestações Artísticas Populares/ Culturais

As festas populares podem ser vistas como festas tradicionais, mas, nem toda festa popular pode ser vista como uma festa tradicional. O que define a tradição de certo evento é o número de vezes em que foi comemorado em certa circunstância, conseqüentemente a comemoração de uma festa popular por um largo espaço de tempo é o que a transforma em tradicional. Conforme Luciane Bradacz e Airton Negrine (2006) as festas habitam mostrar um envoltório ideológico e simbólico das organizações que as fazem e celebram coincidentemente em que apontam conhecimentos, costumes, crenças, valores e outros tantos tópicos culturais implicados.

Araújo (1973, p. 11 apud MELO, 2002) define o advento das festas na sociedade:

Dentre as manifestações da vida social nos agrupamentos humanos podemos destacar a festa, cujo aparecimento data das mais remotas eras, certamente quando o homo faber, deixando de ser mero coletor de alimentos, praticante da técnica da subsistência da catança, passou a produzi-los, plantando (...). A festa interrelaciona-se não só com a produção, mas também com os meios de trabalho, exploração e distribuição, ela é, portanto, conseqüência das próprias forças produtivas da sociedade, por outro lado é uma poderosa força de coesão grupal, reforçadora da solidariedade vicinal cujas raízes estão no instinto biológico da ajuda, nos grupos familiares.

As comemorações populares são um modo de expressão muito importante da vida em comunidade. Segundo os autores Alcade e González (1989, p. 114 apud RIBEIRO, 2004, p. 48) pode-se discriminar quatro fatores que são típicas destas situações, e de forma extensiva, de todo fenômeno festivo: econômica, estética, simbólica e sociopolítica. Consoante com os próprios autores, o enfoque mais significativo é o simbólico, uma vez que está presente nos fenômenos festivos, demonstrando e multiplicando simbolicamente a identidade de um grupo social.

Consoante com Paiva e Moura (2001, p. 38 apud RIBEIRO 2004, p. 50), as festas populares no Brasil podem ser consideradas quanto o seu aspecto e constituintes estruturais em:

- Festas profanas: apresentam a especificidade de entretenimento.
- Profano-religiosos: providos por leigos com a autorização do sacerdote homenageando os santos católicos, de forma alegre e festiva, por exemplo bailados como congados, folia de reis, levantamento de mastro, entre outros.
- Religiosos: ministrados por sacerdotes, como benção, missa, procissão.

Conforme Amaral (2001, apud BRADACZ; NEGRINE, 2006), a festa é um dos linguajares prediletos dos brasileiros. No decurso desses eventos, o povo caracteriza suas experiências, esperanças e imagens sociais. Segundo a autora, através das festas populares o povo tem a chance de elucidar, no mínimo simbolicamente, alguns contrastes da vida social. A autora propõe ainda que, no transcorrer da história do Brasil, os festejos têm uma proporção de estudo da cidadania e apropriação da história pelo próprio corpo social.

Nos espaços urbanos, diante da intensa lógica da industrialização, o que se percebe é que as manifestações artísticas e a arte urbana surgem muitas vezes para romper com essa tecnologia racional imposta pela/na cidade. A corrida tecnológica, demarcada pelos ideais capitalistas, cedeu espaços cada vez maiores à proliferação de fábricas, comércios e serviços, tanto públicos quanto privados, que acentuam o caráter utilitário das relações que os indivíduos têm com o espaço que ocupam, este cada vez mais demarcado por uma lógica do consumo (VASQUEZ, 1999). As cidades capitalistas foram produzidas em torno de um caráter mercantil, o qual, posteriormente, as levou à industrialização. Essa industrialização, em grande parte, se deu de forma rápida e muito artificial, extrapolando suas condições e negligenciando necessidades da cidade como um todo, e não somente do comércio e mercado. O fato é que, as cidades modernas ao passarem por diversas transformações, corroboram em mudanças significativas no espaço urbano e influenciam diretamente a vida cotidiana de cada um que habita a cidade, influenciando na forma como os indivíduos se relacionam com o mundo, ou seja, na forma de manifestação de ideias, produção artística e identitária.

Desde os tempos mais remotos a expressão artística é uma necessidade do ser humano. Quando a cidade é o prisma da discussão, do local dessas manifestações, e principalmente, quando essas manifestações são realizadas pelos sujeitos e não pelo governo, pode-se dizer que esse lugar assume o espaço do simbólico, em que as pessoas se compõem por meio de suas experiências no chamado espaço e tempo. Quando os grupos se coalescem para sugerir opções de ocupação a esses espaços, demonstram uma oposição aos processos de racionalização e a massificação existentes nessa lógica racional, geométrica e higienista que impera em muitas cidades brasileiras. Estes movimentos, que acontecem por muitas vezes de maneira espontâneas e orgânicas, retratam bem esses fenômenos das atividades da vida por intermédio da representação das artes em espaços. Destarte que muitos dos espaços da cidade, dentro dessa lógica passam a ser ressignificados, como é o caso das ruas que passam a funcionar como uma espécie de museu a céu aberto. Nesse contexto, a composição visual das cidades retrata

intensamente as relações existentes e conflituosas entre os sujeitos e o ambiente em que vivem, ambientes estes que, muitas das vezes se tornam espaços apropriados pelo marketing e pela propaganda. Áreas públicas quando privatizadas promovem a mercantilização da vida. Dessa forma, as expressões artísticas, que são desvinculadas do interesse comercial, em muitas das vezes, não encontram formas de divulgação e reconhecimento, sendo ignoradas pela mídia e que faz com que acabem se tornando desvalorizadas. Diante desta ausência, de possibilidades para que possam imergir, essas formas de manifestações artísticas e populares utilizam as ruas como espaço para se comunicarem e se expressarem.

A chegada da arte urbana, principalmente, o grafite, mostra, entre muitos fatores, como um clamor notório diante dessa carência de possibilidades e espaços que possibilitem aos cidadãos a relação com a arte nas cidades, e proporcionem as pessoas se exteriorizarem. A existência humana nas cidades fica reservada e, em diversas perspectivas, restringida exclusivamente ao consumo, no qual os espaços de sociabilidade são deslocados as galerias e aos shoppings, constituindo a necessidade de novas formas de se conviver com a existência e demonstrar a arte.

Diante de tais circunstâncias, nas quais os ambientes que permitem aos indivíduos criarem uma identidade com a cidade são cada vez menos frequentes, os indivíduos ressignificam o lugar e o “não lugar”, rompendo com os espaços convencionais de manifestação artística e utilizando as ruas para expor suas experiências. (FERREIRA e HOPANAKIS, 2015, p. 81-82).

Muitos autores lidam com a arte como uma das demonstrações humanas mais importantes de um tempo, sendo tratada como a representação de um marcado período histórico, da mesma maneira que os propósitos daquele tempo, isto é, suas exigências políticas e sociais são o que existem após uma estética típica, entre outras coisas que podem ser reparadas segundo manifestações artísticas e técnicas. Para Lukács (1965) citado por Ferreira e Hopanakis (2015), “a essência humana transparece para o mundo real materializada por meio da arte, representando o plano da vida cotidiana”. Prosseguindo nesta concepção, a arte pode ser julgada uma atividade que parte da vida cotidiana para a posteriori, regressar a ela, suscitando, desse modo, uma ascendência na compreensão das pessoas. Segundo Ferreira e Hopanakis (2015, p. 82), “*Lukács compreende a arte através da sua relação com as necessidades da vida cotidiana, como uma forma de o homem ir além dos seus limites diários, expressando a vida real e, ao mesmo tempo, transformando-a*”

Em face do exposto, faz-se considerável perceber a atribuição, a forma social e o papel da arte de rua em suas revelações para explorar o exercício das cidades e os eventos vigentes. Dessa maneira, a arte de rua, em sua acessibilidade e na sua restauração do conhecer e do senso, respalda-se, uma vez que, na aparição de outro tipo de associação da cultura com o território, ressignificando o espaço e o lugar, como também outras codificações das experiências, de leitura de seus sentidos e maneiras de partilhá-los. Todo esse movimento, deve ser entendido como um movimento de resistência, de ressignificação do espaço público e do sentimento de pertencimento das cidades, identificando-a como manifestação artística que se faz presente para além dos grandes centros urbanos, atingindo também as cidades do interior do Brasil e em diversos Estados.

Belo Horizonte possui várias produções de manifestações artísticas tradicionais, populares e culturais. Desde a sua inauguração a capital de Minas Gerais já demonstrava sua aspiração, quando jovens buscando mudanças, se interessavam a se apresentarem na rua da Bahia na década de 1920, uma das principais vias da cidade. Segundo Resende e Sasaki (2015) jovens artistas estes como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Milton Campos, Gustavo Capanema e Emilio Moura que ansiavam a colocar Belo Horizonte no compasso modernista de outras cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Outras gerações de artistas se apresentaram lançando outras tendências como os nomes: Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, Helio Pellegrino entre outros.

3.3.3 Cidadania

A cidadania está inerentemente correlacionada ao desenvolvimento humano e suas relações sociais estão dentro do contexto do Estado, por isso, sua concepção não é definida, sua assimilação muda no espaço e no tempo, transformando-se a proceder do jogo de interesses de quem busca ser cidadão. Cada período constituiu práticas e pensamentos sobre cidadania muito diferentes, visto que é uma construção histórica característica da civilização ocidental.

Segundo Lima et. al. (2017, p. 2483), “do latim *civitas*, que significa ‘conjunto de direitos atribuídos ao cidadão’ ou ‘cidade’, é difícil datar com precisão o aparecimento do seu conceito.” Sabe-se que a sua noção clássica se associava à atuação política. Seu princípio remonta à Grécia Antiga, que liga a imagem de pólis como comunidade formada por pessoas livres, autônomas, componentes da vida pública. Aristóteles retrata o cidadão

como aquele que retém o poder para envolver-se nas decisões legais e políticas, deliberativas ou judiciais, tendo potencial de governar e ser governado.

A atividade política ocorria, por consequência, na própria cidade, não sendo a educação uma responsabilidade preliminar à participação, porém efeito desta. A cidadania era percebida como um ideal coletivo, em que o cidadão não seria capaz de devotar-se de seu tempo livre para tópicos individuais, contudo sim para as requisições da vida da cidade. Mesmo que a ideia de “demo-cracia” aparecesse do mesmo contexto, não era toda a população vista como cidadã. Só conseguiria ser cidadão a pessoa livre para exprimir-se e praticar sua vontade no espaço público e atribuir-se os encargos seguintes dessa vontade. Ser livre supunha impasses para vários indivíduos e grupos sociais serem caracterizados como cidadãos, como escravos, mulheres, pobres, entre outros, mostrando assim as fronteiras da própria ideia de cidadania.

Segundo Covre (1994), a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do homem no Universo. A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, a capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão.

Santos (1998) reconhece que a cidadania foi e é uma preparação social, tendo passado por um processo de construção por toda a extensão da história. “Levando em consideração a realidade ocidental, tudo iniciou com a aquisição da qualidade de cidadão, como membro de um Estado-Nação, ocorrido na Europa no século XVII” (BENEVIDES, 2011); logo depois, no século XIX a obtenção de direitos coletivos, como o direito das classes trabalhadoras constituírem associação. Em terceiro lugar, apareceram os direitos sociais obtidos já no século XX, por exemplo o sistema do Bem-Estar Social. Dessa maneira, o conteúdo de cidadão para os indivíduos e para a sociedade não foi efetuado de forma brusca e nem sequenciada, todavia foram idas e vindas, vagarosamente engendradas mediante a história, das relações sociais e se dão como feitos, como pontos a serem vencidos.

Santos (1998) propõe que a cidadania contém a dialética união entre o Estado, as culturas, a economia, e assim por diante. No Brasil, a cidadania é arranjada, outorgada. “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (p. 13). Pela geração social do país, os direitos passaram a ser privilégios e tiveram sua

essência vinculada às questões de ordem econômica, em uma realidade de país colonizado com profundos desníveis sociais.

A forma como um indivíduo passa e se sentir pertencente a algum lugar, irá depender das mais diversas territorialidades em que se encontra, segundo Santos (2013, p. 170), o alcance aos bens e serviços fundamentais, privados e públicos é tão contraditório e distintivo, que uma parcela da população é privada dos mesmos. Ocasionalmente, estes bens e serviços apenas não existem na região, por vezes não podem ser obtidos por problemas de dinheiro ou de tempo.

Conforme Lösch (1954), “cada indivíduo defronta diferenças geográficas particulares, cujo valor de controle é mais finamente ligado à sua precisa localização do que seria um qualquer planejamento [...]”, e assim sendo

[...] se as diferenças geográficas de preços tivessem que ser abalidas ou, mesmo, congeladas, cedo elas teriam de ser substituídas por uma planificação espacial compreensiva, que deveria enfrentar a enorme tarefa de levar em consideração os efeitos de milhares de localizações umas sobre as outras algo que apenas um jogo de preços em constante mudança foi capaz de operar com sucesso por certo lapso de tempo (LÖSCH, 1954).

3.3.4 *Tradição*

O vocábulo tradição teve originalmente uma acepção religiosa: doutrina ou prática difundida de século para século, pelo ensinamento ou pelo vocábulo. Contudo o significado se ampliou, insinuando “elementos culturais presentes nos costumes, nas artes, nos fazeres que são herança do passado.” (SILVA, 2006, p. 1). Em sua noção mais simplificada, tradição é um produto do passado que ainda é aceito e permanece no presente. É um conjunto de práticas e valores fundado nos costumes de uma civilização. Essa definição tem profundas associações com cultura e folclore. E, de modo geral, é objeto de estudos de muitas áreas, entre elas geografia e ciências sociais, tendo como pensadores clássico Max Weber.

Abordar sobre a tradição refere-se ao passado e ao presente e porque não dizer ao futuro. Refere-se de uma palavra que propõe refletir em costumes, crenças, hábitos, práticas, rituais e valores que fazem menção a uma herança cultural e que, acompanhando a etimologia da palavra, foram dados, propagados e concedidos sem que possuísse uma prova de efetividade ou de autenticidade, além da influência e da garantia de pertença a tempos imemoriais. (ABBAGNANO, 2000 p. 967). A circularidade que os princípios de difusão e transferência evocam, tanto possibilitam refletir a tradição quanto um fenômeno

que condiz com o passado e presente como apontam as técnicas que a sociedade e a cultura usam para a sua contínua atualização. Alguns desses sistemas podem ser lidos em concepções da tradição que põe em destaque duplicidades por exemplo: antigo e novidade, civilizado e primitivo, passado e presente e, visto que não dizer, entre tradição e modernidade. Ocasionalmente no aprofundamento destas dualidades esteja, tanto a incerteza quanto a celebração que foi sendo formada à volta da palavra tradição.

Um dos primeiros conflitos que põe em questão a tradição sucede no iluminismo. Advogando a premência de constituir concepções racionais de absorção e administração política e social, este movimento cultural surgiu contra os abusos da igreja e do Estado absolutista e as intolerâncias, indicando a extensão das concepções e privilégios do conhecimento científico a todas as perspectivas da vida social. Neste afã e incitados pela imagem de progresso, os partidários das luzes pensavam que a superação da herança de tradição e superstição que havia administrado a cultura ocidental, até aquela época, guiaria a sociedade a um estado de elucidação e de contínua melhora.

Desta forma o que se apura, em compensação, é um desprezo à tradição perante as adversidades para esclarecer a sua incomensurabilidade por intermédio dos padrões de discernimento indicados pela Era da Razão. Assim sendo e como aponta Santos (2006), quando uma dada forma de apreensão da realidade se determina sobre as demais, dá-se a gradual atenuação dos outros fragmentados à condição de não existência. É neste itinerário que a concepção de tradição, na modernidade ocidental, deixa de ser incontestável como estado explicativo do real, ao tempo que passa a ser correlacionada à concepção de erro a ser consertado pela imposição da razão moderna como regra e como lei.

A tradição tem a incumbência de salvaguardar para a sociedade costumes e práticas que já evidenciaram ser eficientes no passado. Para Weber, os procedimentos tradicionais são modos puros de ação social, isto é, são ações que os sujeitos praticam em sociedade e são direcionados pelo hábito.

Conforme Castriota (2014), “o conceito de tradição são aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual ou do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores”. A tradição foi comumente entendida como um segmento relativamente inerte de uma estrutura social, uma “sobrevivência do passado”, não sendo de se estranhar, portanto, que ela seja vista, muitas vezes, como uma dimensão cristalizada, imóvel, da cultura “(apud OLIVER, 1997)”.

Para Castriota (2014) conforme citado por Williams (1979, p.118) “a tradição será como intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural”. É neste sentido que Oliver (1997) “denomina tradicional uma sociedade que depende da autoridade de suas tradições para afirmar pensamentos e ações do presente”.

3.3.5 Espaço público e privado

No espaço da cidade, o espaço público e privado refere-se com o próprio meio urbano, sua morfologia e apropriações. É uma relação vinculada aos aspectos físicos, naturais ou modificados pela ação antrópica, que se caracterizam pelas formas, e passam a corresponder a imagem de determinado lugar, cidade, região ou país. Além de salientar a presença de aspectos socioeconômicos pertencentes a construção destas formas.

Segundo Hertzberger (1999) existe uma diferenciação gradual entre estes polos: público e privado, centrando suas discussões em questões como acessibilidade, forma de uso e população usuária. DaMatta (1997) cuja abordagem centra-se nas diferenciações entre o privado e o público a partir de estudos antropológicos entre a casa e a rua, considerando a espacialidade física e moral, admite, no entanto, o estabelecimento de uma relação dinâmica e complementar entre eles.

Outra importante linha nestes estudos é a que empreende abordagem sobre o espaço público capaz de identificar elementos de permanência e de passagem ao longo do tempo e na atualidade. Milton Santos (1985) alerta para uma abordagem do espaço que considere além dos fixos nele situados, também os fluxos que o percorrem.

Enquanto Caldeira (2000) evidencia a crescente segregação sócio espacial, como consequência de ações privadas e ausência do poder público, Arantes (1998) chega a expressar a própria participação do poder público na construção desta segregação. A autora, ao tratar da atitude da administração pública em sua ação de planejamento urbano, observa a frequência com que resultados divulgados como sendo de êxito referem-se à requalificação de espaços urbanos micros dimensionais, desarticuladas, portanto, de uma programação e um planejamento mais amplo, seja no âmbito físico-territorial, seja no âmbito social.

Buscando apresentar e debater alternativas a este contexto, Souza (2002) aponta, nos campos acadêmico, de planejamento e gestão, a importância da noção de

“desenvolvimento sócio espacial” em contraponto à ideia limitada de desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano ou de desenvolvimento social. Para o autor, desenvolvimento é entendido como uma ‘mudança social positiva’, cujo conteúdo é tido como não devendo ser definido ‘a priori’, à inobediência dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas (SOUZA, 2002, p. 60-61).

Lefebvre em seu livro “O direito a cidade” (2001) coloca em oposição as necessidades próprias à sociedade urbana. Indica para as necessidades específicas, determinadas pelo consumo, contudo salienta outras necessidades que têm noções antropológicas, opostas e contingentes entre si como, por exemplo, a necessidade de unidade e de diferença. Ao falar sobre as necessidades urbanas o autor se questiona se essas necessidades só não aconteceriam em um lugar no qual as trocas não fossem comandadas pelo comércio, pelo lucro e pelo valor de troca.

Considerando que é impossível a remontagem da cidade antiga que dispunha o sentido de habitat, para Lefebvre (2001), exclusivamente seria capaz a construção de uma nova cidade, sob condição de novas bases, em outra grandeza, em outras situações, em uma outra comunidade, excedendo, logo, a forma capitalista de organização social. O direito à cidade está envolvido, não a um direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, está conectado, para o autor, ao direito à vida urbana, mudada, reformada.

O direito à cidade se efetua em uma sociedade ordenada em outras bases, que não capitalista. É posto por Lefebvre (2001) como forma superior dos direitos, que une em si o direito ao habitat e ao habitar, à individualização na socialização, à liberdade, o direito a atuar na construção da cidade, como também o direito de apropriação do produto concebido, que o autor garante ser bem dissemelhante do direito de propriedade.

Para Harvey (2013), o direito à cidade é o direito de modificá-las em algo radicalmente distinto: o de atuar nos processos de modificação das cidades que geralmente são construídos em harmonia com os interesses do capital em detrimento dos indivíduos.

Para o autor, o que se observa hoje é uma crise urbana. Na década de 1990, o superávit financeiro foi manipulado na exploração de mão de obra e na aquisição de meios de produção. Tem em todo o tempo produção de superávits de capitais que patrocinam o crescimento do capitalismo. Existe constantemente o obstáculo de achar formas lucrativas para investir esses excedentes de capital, decorrências do crescimento econômico. Esses superávits são aplicados em reinvestimentos instigados pela concorrência. Na atualidade,

a China instiga o avanço do capitalismo no mundo. Desde 1970 tem menos aplicações em atuais meios de produção e mais aplicações em imóveis e terras. A alta desses ativos, primordialmente o encarecimento dos imóveis urbanos, certifica ganhos de capital.

Um dos dilemas retratados por Harvey (2013) é coerente ao encarecimento das despesas de deslocamento, mediante a automóveis individuais movidos com combustíveis fósseis, devido a construção de novas habitações em locais distantes da cidade. Além de dificuldades econômicas, esse modo de produção amplia a emissão de gases de efeito estufa que aumentam o aquecimento global e as mudanças climáticas. No Brasil, esse alerta feito pelo autor deve ser levado em conta para analisar a disseminação de loteamentos fechados e a denominada urbanização dispersa que age na produção de espaços urbanos de baixa ocupação em áreas distantes das cidades.

Perante esse quadro, é impreterível realizar novas lutas pelo direito à cidade. Para Harvey (2013), as crises sistêmicas vigentes não configuram o fim do neoliberalismo. Os governos trabalham para cuidar das corporações financeiras a qualquer custo. Não agem para cumprir direitos e assegurar o bem estar da população.

3.3.6 Lugar e não-lugar

O conceito de lugar na geografia é descrito por Milton Santos como sendo uma contiguidade, interação de ligações voltadas a produção e a circulação de produtos, correlacionando o produtor, o produto e o fluxo ente eles.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 2007)

Sendo assim, entendendo a humanidade como um ser social as interações mercadológicas/produtivas e a forma como elas se expandem para os grupos sociais diversos define o lugar. Entendido que a economia global tem se moldado de forma que, na globalização temos uma maior interação comercial e social, a mais disto temos o pertencer ao lugar. Partindo mais de uma ideia antropológica, o ser humano tem a premissa de pertencer a algum lugar, onde a palavra “lugar” passa a ser algo mais do espectro emocional.

Entendendo o lugar como a relação sociedade e mercadoria, o não-lugar, segundo Schneider, Carlos e Tosi seria a representação do que seria aquele lugar, correlacionando-

se a uma ideia do artificial. A modernidade e suas tecnologias conseguem trazer o que seria um lugar, que apesar de aparentar ser um ele é um não-lugar.

Carlos ressalta que o não-lugar foge de ser uma antítese do conceito lugar, considerando que a relação mercadológica e humana se mantem, de modo que muda na realidade a forma como se representa ele.

Partindo dessa premissa, pode-se observar o comportamento do não-lugar no meio urbano das cidades. Entendendo a cidade como um espaço do cidadão, podemos considerar que as construções das mais diversas são destinadas para o consumo da própria população residente da cidade. Mercadologicamente falando temos a construções de ambientes artificias que tentam imitar as antigas feiras de ruas conhecidos como *shoppings centers*, em que apesar de ser uma correlação entre público (criado para atender consumidores) e o privado (a construção e as lojas) nem todo público é de fato atendido ou permitido consumir. Esse fator somado ao ambiente artificial temos os *shoppings centers* como um objeto urbano e um não-lugar.

Tendo isso o lugar e o não-lugar são parte da cidade por justamente ser o fluxo e a interação entre sociedade e economia, em que se entende que vão ocorrer nas mais diversas escalas e vão afetar o cidadão diretamente e indiretamente.

Figura 2 – Pressupostos Teóricos



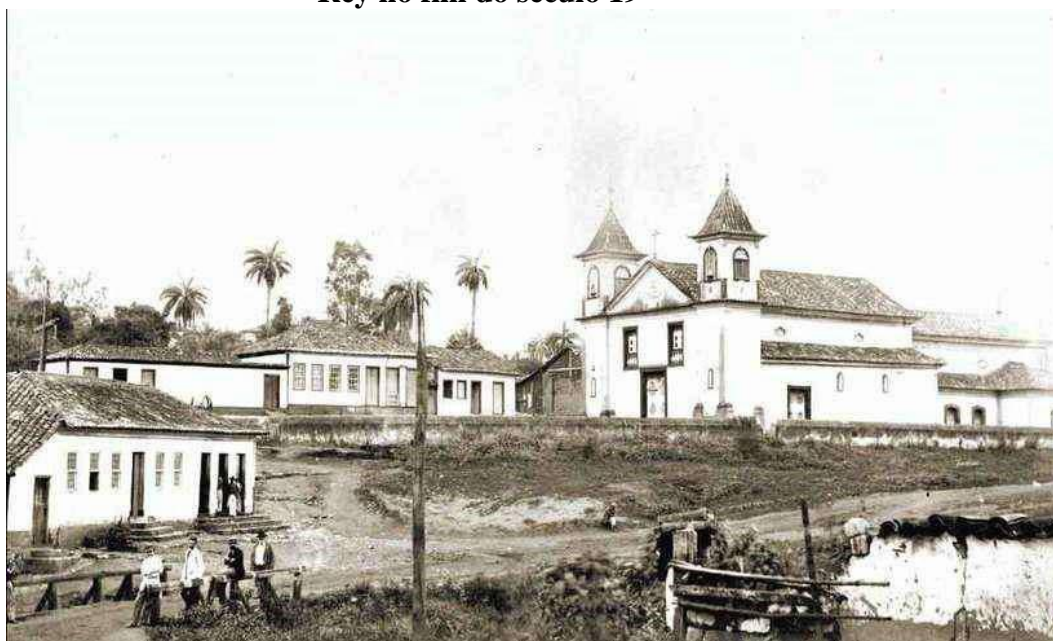
Fonte: Elaboração própria

4 CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA DE BELO HORIZONTE

Nesse capítulo objetiva-se fazer uma abordagem cronológica histórica e caracterização para compreensão da construção da primeira cidade planejada do Brasil e a importância da região Central de Belo Horizonte, diante dos processos de expansão urbana e da importância dos movimentos artísticos.

A cidade em constante movimento e modelo de desenvolvimento para outras cidades brasileiras, Belo Horizonte segundo Vilela (2006) após a transferência da antiga capital Ouro Preto, é projetada para ser uma metrópole para exercer o papel do centro e integrar políticas, economias, modernidades, novas relações de propriedade e novos parâmetros culturais, teve sua origem com o nome Curral d'El Rey, (Figura 3) com estilo colonial e fisionomia típica dos demais arraiais mineiros, com construções de casas baixas, e paredes de barro.

Figura 3 - Larga da Matriz da Boa Viagem, no povoado do Arraial do Curral d'El-Rey no fim do século 19



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto/ Estado de Minas

No contexto da origem da criação da cidade, é importante salientar que o momento histórico de configuração de economia, política e delimitação dos espaços de novas regiões de Minas vai de encontro com os conflitos vigentes do novo modelo de capital brasileira, que se insere no contexto nacional e mundial das novas experiências sociais e urbanas, dos problemas de construção, e das discussões teóricas.

Após Tomé de Souza (1503-1579) passar o governo da sua Capitania a Duarte da Costa, foi enviado à primeira expedição nos sertões mineiros em busca de esmeraldas, pois um povo indígena chamado Tupinaki afirmou aos portugueses que havia tais minerais presentes naquela região. Depois da notícia sobre as terras de Minas Gerais se espalharem, ocorreram expedições de 1562 a 1659 onde em todas elas não conseguiam encontrar o ouro que procuravam somente apenas entre 1568 e 1568 na região ao Norte do estado de Minas.

Com a crescente busca ao ouro na região de Minas nascem as cidades e vilas mais povoadas em Minas Gerais. Segundo Veiga (1994), Curral Del Rei se desenvolve como um dos mais providos celeiros de cereais que abasteciam as grandes minerações da zona do Rio das Velhas.

A fama das abundantes minas nessa região chamou a atenção de homens de todos os outros pontos do Brasil. Muitos daqueles que buscavam enriquecer eram pessoas que se deixavam levar a “fome” de ouro e cometiam crimes, como roubo e assassinatos que saíram impunes devido à falta de um tribunal nessa época.

Os conflitos presentes no processo de construção da nova capital, Belo Horizonte vêm de encontro ao momento histórico e geográfico da configuração da república Brasileira, onde as possibilidades de ampliação da participação política se colocam lado a lado a reorganização das relações de trabalho e produção. Delimitar os espaços de assentamento das novas relações, “separar a parte de dentro da de fora”, ou seja, a transferência da nova capital e como seria este espaço, mostrou ser o sentido da cidade, da incorporação política e cultural dos seus habitantes.

Em 1883, Curral Del Rei possuía 32 eleitores. Quando receberam a notícia da Proclamação da República a população percorreu as ruas comemorando. Logo após foi fundado uma sociedade chamada “Clube Republicano” onde propunham que fosse mudado o nome do Arraial Del Rei, visando acabar com o antigo regime. Dentre os novos nomes: Terra Nova, Nova Floresta, Cruzeiro do Sul, Santa Cruz e Novo Horizonte.

Logo após a votação o nome “Novo Horizonte” foi o escolhido. Porém, o mestre Luís Daniel Cornélio de Cerqueira sugeriu que esse nome não era agradável e que deveria ser “Belo Horizonte”. Apesar da sua opinião, a população manteve o nome “Novo Horizonte” como o nome escolhido.

Belo Horizonte, ainda chamada de “Cidade de Minas” foi a primeira cidade planejada a ser construída no Brasil. Com base em uma visão modernista motivada na época pela Nova República, a nova capital foi projetada pelo engenheiro e urbanista

paraense Aarão Reis. Coordenador da “Comissão Construtora da Nova Capital”, ele foi o responsável por buscar o lugar ideal para receber o que seria um marco histórico para o planejamento urbano brasileiro e para o desenvolvimento e fortalecimento do estado de Minas no cenário nacional.

A imagem da Fazenda do Leitão (Figura 4), que se localiza atualmente no bairro Cidade Jardim, casarão constituído por Cândido Lucio da Silveira, em 1883, seguindo modelo típico das edificações rurais de Minas e do Brasil, do período colonial, mostra como o espaço da antiga cidade, ainda Arraial, se revelava.

O casarão da antiga sede da fazenda será uma das poucas construções mantidas pelo novo projeto implantado por Aarão Reis. Conforme Brant (2015) esse casarão, representa um marco arquitetônico na cidade, por ser o primeiro local a ser redefinido e edificado para abrigar um museu em Belo Horizonte, (Museu Histórico Abílio Barreto) dispondo de espaços planejados para possibilitar condições ideais as atividades de suas missões.

Figura 4 - Antiga sede da Fazenda do Leitão desapropriada em 1894 quando da construção da capital. No casarão foi fundado o Museu Histórico de Belo Horizonte em 1973.



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 2019

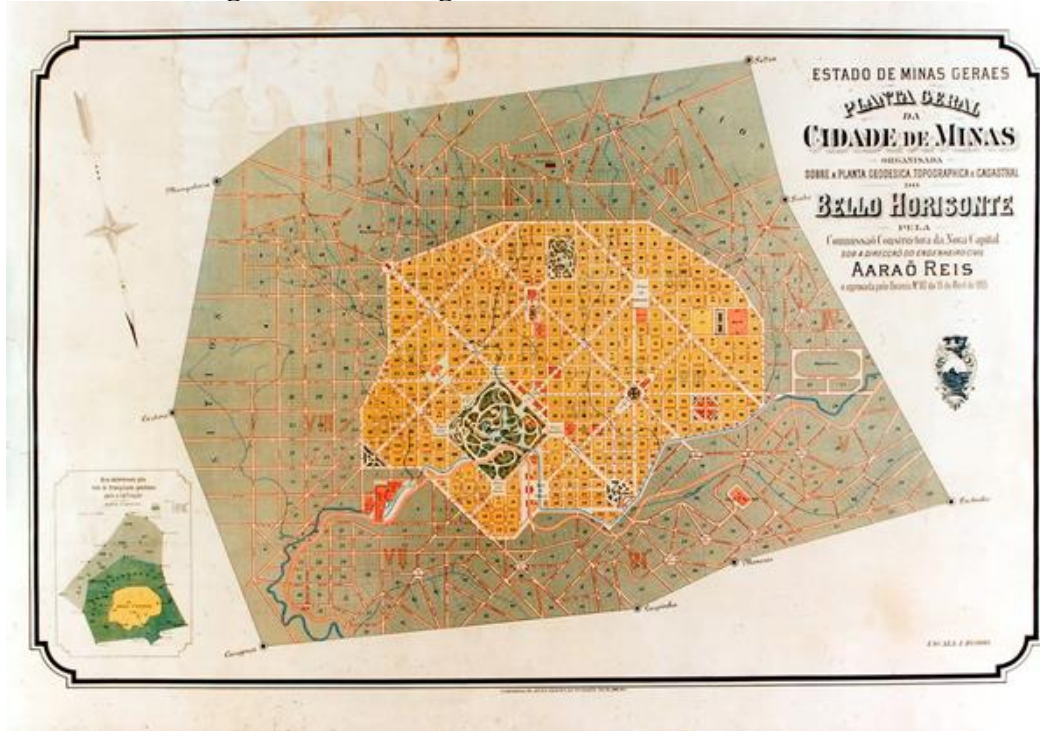
Prosseguindo com o desenvolvimento da cidade, Aarão Leal de Carvalho Reis redefiniu o projeto que determinava três partes diferentes para a nova capital; a área urbana, que era traçada pela Avenida do Contorno; a área suburbana que se localizava fora as externalidades da avenida citada; e a área rural, destinada a plantações de todo tipo que distribuía alimentos à toda cidade. Essas áreas foram ocupadas de diversas formas. Enquanto a zona rural era basicamente agrícola, os moradores e as atividades mais nobres se concentravam na zona urbana; já os operários, militares e funcionários públicos de menor escalão se instalaram em toda a extensão conhecida como área suburbana.

Para o desenvolvimento da construção da nova cidade moderna de Minas Gerais, Aarão Reis levou em consideração a topografia, a climatologia, as condições nosológicas, a quantidade de mananciais e o cálculo para visualizar a quantidade de suprimento de água para os futuros habitantes. São preocupações clássicas e modernas que se articulam nesse levantamento, levando em conta a quantidade de questões levantadas para se construir uma cidade.

Segundo Salgueiro (1987) revelou-se fundamental, para aquele período, o projeto da nova capital, ao se hierarquizar o espaço em razão da distribuição de equipamentos. Além da descrição sobre a planta geral da cidade de Belo Horizonte, a autora cita também que o planejamento da cidade se baseou basicamente em princípios utopistas e higienistas.

No momento histórico em que Belo Horizonte foi planejada, muitas cidades no mundo estavam passando por processos de reformulação e transição, em que o traçado em “xadrez” da área urbana foi amplamente adotado em razão da facilidade para um loteamento. Dentro dessa perspectiva, Aarão Reis ao planejar a nova cidade moderna implementou essa racionalidade nos quarteirões da área delimitada pela avenida do Contorno. Para tanto, Reis distribuiu a partir de uma lógica segregada os serviços públicos como: banhos públicos, cemitérios, lavanderia municipal, estação de tratamento de água.

Figura 5 - Planta geral de Belo Horizonte



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 2019

Durante a construção da cidade, Aarão Reis convoca trabalhadores para acompanhá-lo, na Comissão d'Estudo das Localidades, sendo um deles o médico-higienista José Ricardo Pires de Almeida, responsável pelo levantamento dos níveis de salubridade da cidade.

Outro aspecto importante refere-se às preocupações com a urbanidade na planta de Belo Horizonte (Figura 5) e o interesse pela vegetação e os espaços verdes, como as árvores que devem seguir a perspectiva das ruas e um parque, que deveria ser construído em um sítio mais acidentado.

Figura 6 – Belo Horizonte nos seus primórdios



Fonte: Ascom/APCBH

Dessa maneira, o estudo da construção da capital mineira se edificou e a cidade de Belo Horizonte então passa a construir novas relações de espaço e propriedade, novos parâmetros culturais e produções de relações sociais.

Nas décadas de 1940 e 1950, o crescimento de Belo Horizonte teve um impulso cada vez maior, devido aos novos bairros que haviam se desenvolvido fora da delimitação da avenida do Contorno, e a gestão inquietava-se com a forma rápida e descontrolada que novos bairros surgiam.

Compreende-se que é costume, nas cidades grandes denominar vias e espaços públicos (avenidas, ruas, praças, parques e jardins) homenageando pessoas, datas, lugares e acontecimentos relevantes de sua história e cultura. Na cidade Belo Horizonte, a nomeação dos lugares da região Centro-Sul, foi uma questão pensada desde o seu planejamento, constando, inclusive, na planta original de Aarão Reis, que utilizou uma lógica de identificação bem definida, desde a área urbana delimitada pela Avenida do Contorno (ideias nacionalistas típicas do período histórico republicano). As praças, avenidas e ruas, consideradas principais, receberam nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais relevantes para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil, nomes de personalidades que, por seus importantes serviços, mereceram ser perpetuados, e de sentimentos ou de entidades (a Liberdade, a Federação e a República). Os nomes de minerais, de pedras preciosas, tribos indígenas, Estados brasileiros e algumas outras

designações foram acrescentados posteriormente. As avenidas receberam nomes de personalidades históricas: Cristóvão Colombo, Álvares Cabral e Afonso Pena. De rios importantes: do Amazonas, do Araguaia, do Carandaí, do Paraná, do Paraopeba, do Paraúna, do São Francisco e do Tocantins. De formações montanhosas: do Itacolomi e da Mantiqueira e outros nomes em exaltação aos aspectos históricos e sociopolíticos, como: do Brasil, do Comércio, do Império e da Liberdade.

As ruas, de orientação aproximada norte-sul, receberam nomes de estados brasileiros, sendo que, quando o nome do Estado coincidia com o de algum rio já utilizado – do Amazonas e do Paraná, por exemplo – adotava-se a denominação da capital desses Estados: Manaus, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, findos os nomes dos Estados, foram utilizados os nomes das cidades mineiras, como Ouro Preto, Paracatu, Uberaba, etc.... As ruas, de orientação aproximada Leste-Oeste, receberam nomes de tribos indígenas: dos Tupis, dos Guajajaras, etc., e de vultos históricos, especialmente relacionados à Inconfidência Mineira: Marília de Dirceu, Tomaz Gonzaga, Santa Rita Durão, etc....

Todavia, com o processo de crescimento desordenado que passou nos seus 122 (cento e vinte e dois) anos de existência, a cidade evoluiu das poucas dezenas de logradouros – compreendidos no limite da sua área urbana original, a Avenida do Contorno – para os milhares hoje existentes, ocasionando o desleixo do planejamento, da manutenção e da preservação dos nomes e, mesmo, de seus significados. Atualmente, de acordo com dados da PRODABEL¹ a capital mineira conta com 14.271 (quatorze mil, duzentos e setenta e um) logradouros públicos, e aproximadamente 1251 (mil duzentos e cinquenta e um) na parte norte da Região Centro-Sul, todos com denominação oficial atribuída.

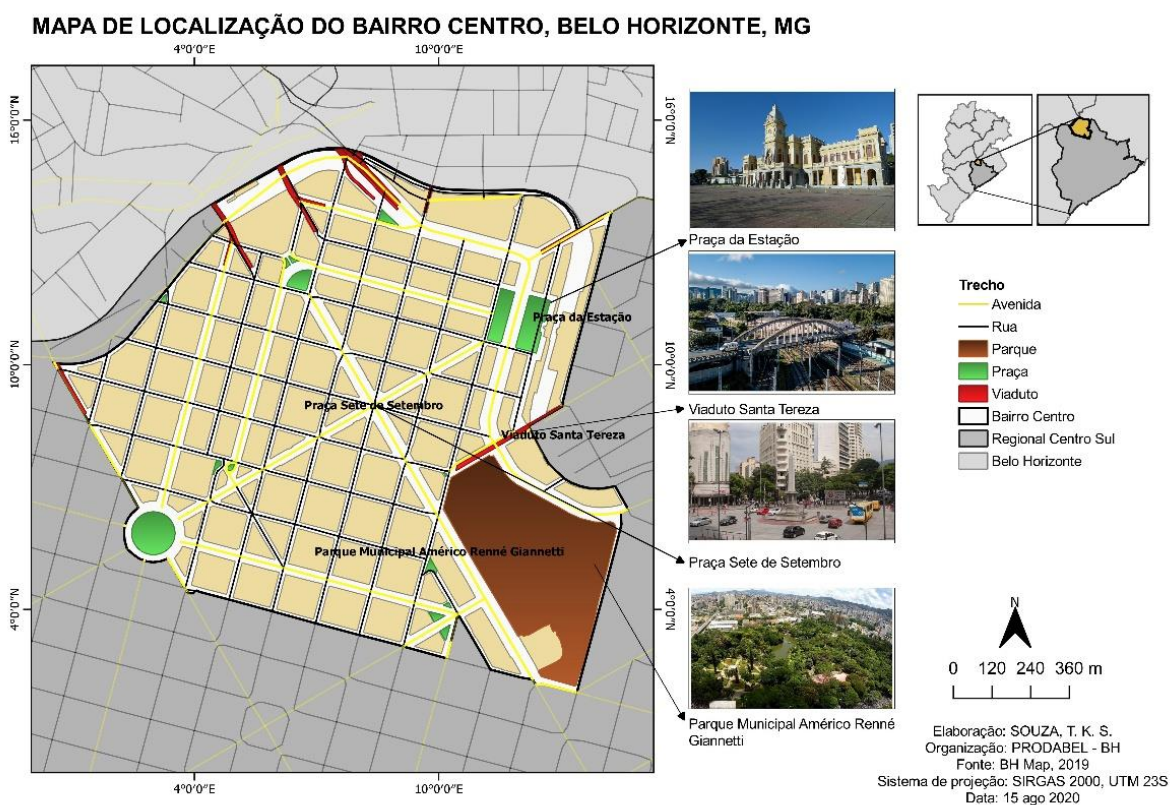
O crescimento da cidade horizontal e vertical transformou Belo Horizonte, transformando ela uma grande capital do estado de Minas Gerais, possuindo espaços que foram transformados, territorializados e desterritorializados e que mantem essa constante ressignificação. O centro da cidade se manteve como uma referência comercial e social, em que o trabalho resgata esses espaços que se tornam símbolos culturais. Praça da Estação, Viaduto Santa Tereza e a própria Avenida da Afonso Pena fazem parte do arcabouço cultural da cidade de Belo Horizonte, tendo em suas territorialidades, os mais diversos eventos que atendem aqueles que residem e visitam a capital mineira.

¹ PRODABEL – Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte / Autarquia Pública Municipal.

4.1 Caracterização dos recortes espaciais da pesquisa

Belo Horizonte ao se tornar capital do estado mineiro, foi se estabelecendo em vários espaços da cidade. Em seu planejamento, esses espaços foram se caracterizando por meio dos lugares, adequando formas e funções e sendo estruturadas no espaço-tempo. Muitos deles foram se resignificando ao longo do tempo e assim assumindo novos usos e funções. Os lugares escolhidos para a realização da pesquisa (Mapa 1) revelam muitas dessas contradições, sendo que alguns deles referem-se a espaços segregados por parte de uma população mais abastada de BH, assim como espaços de luta e de manifestações políticas e culturais. Tratam-se de espaços repletos de significados, histórias e contextos que revelam muito sobre a maneira como são apropriados ou não por parte da população belorizontina. São eles: **Avenida Afonso Pena**, que no meio da expansão comercial, econômica e central da cidade, se tornou mais do que uma “simples” via pública, mas sim, um ponto turístico e de interesses de artes e artistas que se revelam todos os domingos através da Feira Hippie que nesse espaço acontece, além de abrigar a **Praça Sete de Setembro** que é um dos cartões-postais de Belo Horizonte, representando o marco zero do plano cartesiano no traçado geométrico norte-sul, leste-oeste, quando da planificação e construção da Cidade.; O **Parque Municipal Américo Renné Gianetti**, que foi se desenvolvendo e que surgiu até um pouco antes da construção da capital; A **Praça da Estação**, que abriga atualmente um museu e é utilizado como palco para diversos eventos e manifestações; O **viaduto Santa Tereza**, que apesar de “ainda” ser um viaduto, abaixo dele tem-se como cenário vários processos de territorialização e resignificação;

Mapa 1 - Localização do bairro Centro de Belo Horizonte, MG



Fonte: BHMap, 2019/ Elaboração: SOUZA, T. K. S. 2020

4.1.1 Avenida Afonso Pena

A avenida Afonso Pena surgiu como Avenida Marechal Hermes, sendo a via de 50 metros de largura, sendo assim a mais larga da cidade. Foi projetada para ser uma das principais avenidas, em 1919, com o vereador Francisco Vidal propondo uma mudança de nome, e em 1936 passou a ter o nome que conhecemos hoje, em homenagem ao presidente que autorizou o traçado da estrada de ferro que levava até Cuiabá.

“Apenas é uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50m, para constituir-la em centro obrigada da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da hygiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. ” (Aarão Reis, 1895).

A Avenida Afonso Pena foi cogitada para ser um eixo de passagem obrigatório para quem precisasse ir de norte a sul na cidade planejada. Na década de 1920 o Poder Público retomou os investimentos para a finalização, já que a terraplanagem começou

desde a inauguração da capital mineira. Com a alteração do relevo original, a terra removida do local foi utilizada para aterrar o antigo leito do córrego do Acaba Mundo, retificado e canalizado para a Avenida Afonso Pena entre o que seria hoje a Rua Professor Moraes e o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, obra que foi realizada no mesmo período.

No início da década de 1940, na gestão de Juscelino Kubitschek teve início o prolongamento da Avenida, com a finalidade da melhoria da comunicação viária entre Belo Horizonte e a cidade de Nova Lima (saída para a cidade do Rio de Janeiro, RJ). A obra de prolongamento também previa a construção de túnel na Serra do Curral, obra nunca realizada.

Com a retomada dos investimentos por parte do poder público, a praça 21 de abril (Praça Tiradentes) e a Praça do Cruzeiro (Praça Milton Campos) a avenida se caracterizava pela predominância de casas residências, ainda presentes na paisagem urbana. Segundo Borsagli (2012), as casas já existiam mesmo estando a avenida ainda inacabada até 1927, tendo a predominância de casas comerciais e edifícios institucionais, concentrados na sua maioria nas proximidades do Parque Municipal.

Figura 7 – A Avenida Afonso Pena na década de 50, nas proximidades da Praça Sete



Fonte: Arquivo Público Mineiro/ Curral Del Rey

Na década de 1950 e 1960 (Figura 7), foi marcado por transformações da paisagem urbana da cidade de Belo Horizonte: o corte de árvores, os fícus da Avenida Afonso Pena, com a justificativa da proliferação dos insetos *Gynaikothrips ficorum*, os tripés, batizados popularmente como “amintinhas”, numa referência ao então prefeito de BH, Amintas de Barros (1959 a 1963). Outra versão, no entanto, aponta que a eliminação das árvores seria, na verdade, para alargar a Avenida Afonso Pena e dar lugar aos automóveis que chegavam às ruas, com o crescimento vertiginoso da capital, que passava de 350 mil habitantes na década de 1950 para 700 mil 10 anos depois. A arborização da Avenida Afonso Pena era a marca registrada da capital mineira e o desaparecimento da noite para o dia deixou marcas profundas na sociedade, que podem ser vistas até os dias atuais, nas lembranças dos moradores contemporâneos ao corte. (BORSAGLI, 2012)

Visando melhorar a comunicação viária entre o recém-criado bairro Mangabeiras na região Centro-Sul e a zona urbana da capital teve início outra expansão da avenida, com o prolongamento, finalização e asfaltamento da Avenida até a Praça da Bandeira. Segundo Borsagli (2012), essas intervenções foram realizadas pelo Poder Público que tinha como objetivo a urbanização da ocupação pela vila Pindura Saia e vila Santa Isabel, que foram fragmentadas e praticamente extintas no período entre 1968 e 1975.

A verticalização do Centro de Belo Horizonte e dos bairros que cresceram no seu entorno na década de 1970, contribuíram com o aumento da temperatura na região central, como a Praça Sete, que apresenta como uma “ilha de calor” devido ao excesso de edifícios, intensa impermeabilização do solo e a vegetação escassa, praticamente resumida ao canteiro central da Avenida Afonso Pena.

4.1.1.1 Feira Hippie de Belo Horizonte

A feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, com o nome popular de Feira Hippie (Figura 8), é um dos principais pontos de referência do turismo nas manhãs de domingo e encontro da população local.

Figura 8 – Feira Hippie de Belo Horizonte



Fonte: Portal Jornal O Tempo, 2013.

Segundo Soares (2019), a Feira Hippie é pioneira no Brasil, e foi criada por um grupo de artistas e artesãos identificados como hippies, na década de 1960, na Praça da Liberdade. Oficializada em 1972 pela prefeitura, a feira passou por vigoroso processo de crescimento e reconhecimento nacional e internacional em virtude da qualidade dos trabalhos ali comercializados.

Em seu início, a Feira foi considerada como o resultado da apropriação de um espaço (público) por um grupo de atores sociais para mostrar (e vender) sua arte. Esse grupo era, inicialmente, identificado pela sua influência “hippie”, e comercializava o trabalho de subsistência. Posteriormente, o espaço passou a ser ocupado pelos vendedores de variedades. Muitas vezes eles também atuavam em conjunto com a família, mas suas atividades baseavam-se na comercialização de produtos industrializados e manufaturados. (PIMENTEL; CARRIERI; SILVA, 2007, v. 13, p. 213)

Em 1991 a feira foi transferida para a Av. Afonso Pena, no centro, agregando nessa mudança outras feiras antes espalhadas pela cidade. Com o passar dos anos, a feira foi ganhando maior dimensão e a era Hippie ficou na história. Quando a praça já não comportava mais tantas barracas e o grande movimento de pessoas, foi necessário buscar

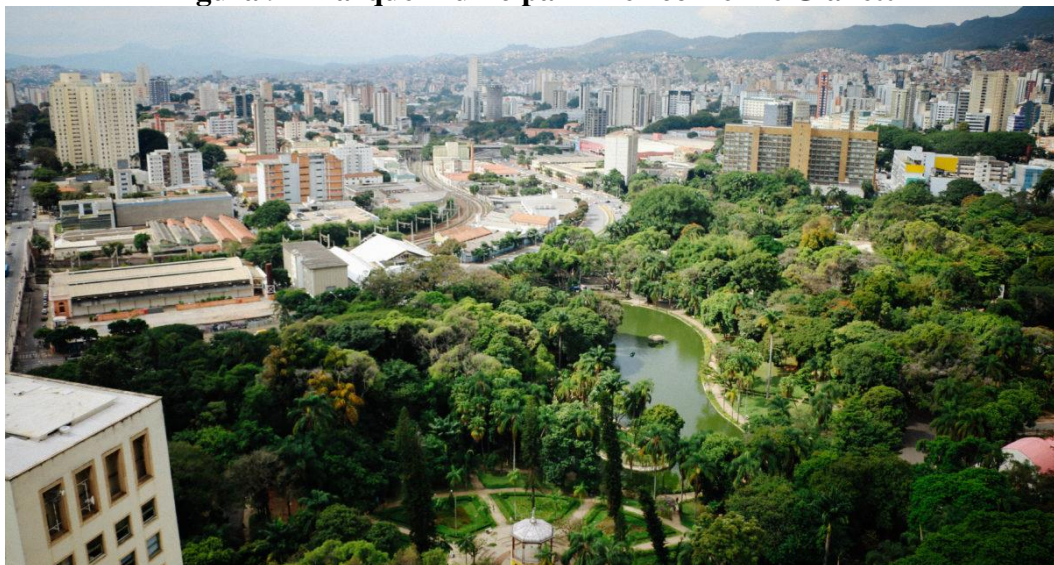
outro local para a instalação da feira. A prefeitura então preocupada com a preservação da Praça Histórica da Capital Mineira sentiu a necessidade de migrar daquele espaço, propiciando um conforto maior e permitindo aos visitantes um espaço melhor de lazer. Surgiu então, naquela época, a maior feira de artesanato e variedades a céu aberto da América Latina.

Em meio ao crescimento, a feira recebe novos participantes, ampliando suas atividades e crescendo em diversidade, se tornando nos dias atuais um dos maiores pontos de produtos artesanais do país. Milhões de visitantes de todos os cantos do Brasil e até do exterior buscam na Feira uma forma de lembrar e presentear seus amigos e parentes. Hoje conta com mais de 2.500 expositores, divididos em alimentos, artesanato, roupas, sapatos etc. Tudo feito de forma artesanal, gerando renda e trabalho para milhares de famílias de Belo Horizonte e outros municípios mineiros.

4.1.2 Parque Municipal Américo Renné Gianetti

Antes mesmo da capital mineira ser inaugurada, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti (Figura 9) é o patrimônio ambiental e social mais antigo de Belo Horizonte. Inaugurado no dia 26 de setembro de 1897, o parque possui notoriedade devido a tradição histórica, além de suas riquezas biológicas, arquitetônica e cultural. Com a área de 182 mil metros e localizado na parte central da cidade, o Parque é uma área de patrimônio ambiental, onde atualmente o território é um dos mais visitados devido a sua localização central, opções de lazer e equipamentos esportivos, eventos, representações de manifestações artísticas e monumentos históricos.

Figura 9 – Parque Municipal Américo Renné Gianetti



Fonte: Portal Culturaliza BH, 2017.

O espaço onde o parque se localiza atualmente, foi amplamente modificado desde sua inauguração. Segundo Galera e Garcia (2017), o parque abrigava a chácara Guilherme Vaz de Mello, conhecida como chácara do Sapo, sendo desapropriada pela Comissão Construtora encarregada de planejar e construir a nova capital mineira. O projeto inicial previa um cassino, um restaurante e um observatório meteorológico, mas apenas o cassino foi iniciado, numa esplanada onde por muito tempo se encontrou a Moradia Estudantil Borges da Costa.²

O Parque foi projetado em um estilo romântico inglês, pelo arquiteto paisagista francês Paul Villon, onde previa ser um dos maiores e mais bonitos parques urbanos da América Latina. No ano de 1894, o arquiteto paisagista Paul Villon e Aarão Reis (engenheiro chefe da comissão construtora da cidade), chegaram a morar no Parque, para assumir mais de perto as obras paisagísticas, tanto do Parque quanto da nova capital.

A arborização foi introduzida por meio de transplante de árvores de grande porte trazidas de diversos locais da cidade e através do plantio de mudas produzidas em dois viveiros, criados por Paul Villon, às margens do Córrego da Serra. Assim como a cidade, o parque foi inaugurado tendo apenas uma parte da obra finalizada. O Parque possuía, originalmente, uma área de 600 mil metros quadrados, tendo como limites as avenidas Afonso Pena, Mantiqueira (atual Alfredo Balena), Araguaia (atual Francisco Sales) e Tocantins (atual Assis Chateaubriand). “A partir de 1905, inicia-se o processo de perda de espaços para construções diversas como a Faculdade de Medicina, o Centro de Saúde do Estado, a Moradia Estudantil Borges da Costa, o Teatro Francisco Nunes e o Colégio Imaco. De sua área original, o Parque chega ao século XXI com apenas 182 mil metros quadrados.” (GALERA; GARCIA, 2017)

A abertura do Parque Municipal, que se tornou o lugar de encontro da elite mineira, aconteceu em 26 de setembro de 1897, três meses antes da fundação da nova capital do Estado de Minas Gerais. No início do século XX, o Parque Municipal e a Praça da Liberdade (construída no ano de 1903) tornam-se as principais referências da cidade para a realização de eventos. No pavilhão do clube, construído onde hoje está o Teatro Francisco Nunes, o público acompanha todos os acontecimentos com apostas e torcida dos esportes. São realizadas, ainda, partidas de futebol e competições de natação nas lagoas. Em 1908, um grupo de adolescentes funda, no parque, o Clube Atlético Mineiro.

² A moradia se localizava no antigo prédio do antigo Hospital Borges da Costa, no centro de Belo Horizonte, onde um grupo de estudantes da UFMG ocuparam para políticas de assistência estudantil.

Nas primeiras décadas de 1900, o Parque também parte de sua área original para a construção de mais dois hospitais: São Geraldo, em 1920 e São Vicente de Paula, em 1925, mais logo depois demolidos. Foi nessa época que o Parque foi se transformando em um espaço, posteriormente bairro, para uma região hospitalar. Desse modo, "vai se conformando ali, onde antes era Parque, uma região hospitalar" (CVRD, 1992, p. 48/9).

Ao longo da sua história o Parque foi perdendo parte do seu território para os espaços que estão ao seu redor, e com várias configurações jurídicas que possibilitaram a cessão de partes da área original para entidades públicas e privadas, na década de 1940 um grande espaço do Parque foi transformado em Palácio das Artes, local palco de peças teatrais, shows, espetáculos e mostras de cultura.

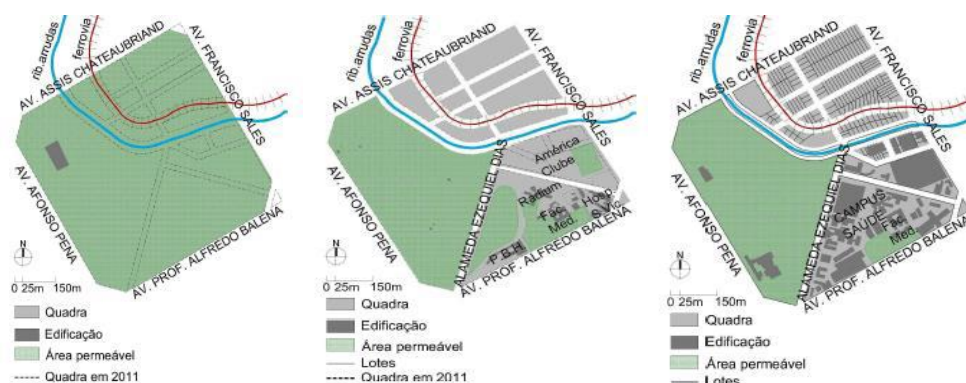
As alterações realizadas na estrutura do parque estavam diretamente relacionadas ao momento histórico da época, nos anos de 1940 o movimento modernista vinha fazendo mudanças no modo de pensar das pessoas e nos espaços públicos. No Parque não foi diferente além de ter as grades retiradas, abriu as portas para eventos diversos que contavam com a participação da população. Apesar da ausência de grades passar uma ideia de liberdade e de livre acesso, para muitos se tornou uma insegurança em frequentá-lo, e em 1977 as grades voltaram a fazer parte da paisagem do Parque.

O Parque Municipal faz parte da história de Belo Horizonte desde a sua planta original, e foi em 1975 que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) realizou seu tombamento, um marco na sua história pois proibiu novas construções no local.

Com o passar dos anos fez se necessárias obras de manutenção no parque. "Sendo assim em 2002 o programa Parque 21 (programa de diagnósticos feitos no Parque Municipal, elaborados por uma equipe multisetorial contratada pela prefeitura, com o objetivo de buscar sustentabilidade e garantir a preservação do mesmo para as próximas gerações) elaborou um completo diagnóstico, propondo uma série de melhorias no Parque que vêm sendo efetuadas pouco a pouco. Este programa foi elaborado em 2 (dois) volumes, o primeiro apresentando o diagnóstico completo do Parque, e o segundo apontando diretrizes para melhorias do mesmo" (GALERA; GARCIA, 2017, p. 14)

A figura 10 apresenta a área do Parque desde a sua fundação até os dias atuais, e ilustra a perda de território que o Parque sofreu durante a sua história.

Figura 10 - Área do Parque Municipal, em 1897, 1942, 2011



Fonte: Simão, 2011.

Na figura apresentada (Figura 10), é possível analisar a grande separação da malha urbana, e a canalização do leito do rio Arrudas, dando espaço para a Avenida dos Andradas.

4.1.2.1 Turismo e Lazer

Atualmente o Parque Municipal, pela sua centralidade e espaço, é palco de diversos movimentos urbanos que o utilizam como uma forma de apropriação do espaço público e luta pelo direito a cidade. O parque conta com diversas opções de lazer, como os brinquedos eletrônicos terceirizados, equipamentos de ginástica e academia, quadra de tênis, pista de caminhada e o orquidário (apreciação). É importante salientar que dentro do Parque atua eventos corporativos e festivais no teatro Francisco Nunes, sob a administração da Fundação Municipal de Cultura.

O Teatro Francisco Nunes inaugurado em 1949, no primeiro momento era considerado um teatro reserva, que exibia suas peças teatrais enquanto as obras do Palácio das Artes não se encerraram, mas após esse momento o Teatro Francisco Nunes continuou com seu público. Atualmente o Teatro atrai um público elitizado e faz com que estes conheçam melhor o Parque, visto que para assistir as peças teatrais eles precisam acessar o mesmo.

O público do Parque é bem diversificado, e tem atrações e espaços que comportam crianças, jovens, adultos e idosos, que se apropriam de espaços diferentes conforme a sua faixa etária e preferência.

4.1.3 Praça da Estação (Praça Rui Barbosa)

A Praça da Estação também conhecida como Praça Rui Barbosa teve seu início junto a construção da nova capital mineira, e foi a principal porta de entrada de matérias primas que foram utilizadas nas obras, no final do século XIX. A Estação Ferroviária da cidade começou a ser construída em 1904, e sua inauguração se sucedeu em 1914. A Estação abrigou o primeiro relógio público da nova cidade, onde ficava no alto da torre do primeiro prédio. (Figura 11)

Segundo Lima e Amorim (2014), como a Praça da Estação não conseguia atender todo o fluxo de passageiros e novos moradores da recente capital mineira, a primeira estação foi demolida para a construção de uma nova, inaugurada em 1922 em estilo mais eclético. De 1904 a 1923, a Praça era conhecida com outro nome: Cristiano Otoni, e já em 1924 recebeu o nome de Praça Rui Barbosa em homenagem ao jurista e político baiano.

Figura 11 – Primeiro prédio da Estação Central do Brasil na Praça Rui Barbosa, início do século XX



Fonte: Museu de Artes e Ofícios. Projeto Fio da Meada.

Nos meados de 1940 a Praça da Estação ou Praça Rui Barbosa era terminal de transporte de carga e passageiros, bem como ponto de chegada e de partida, e com isso a Praça era um ponto notável da capital. Contudo, com a modernização da cidade e todo o processo de urbanização ocorrendo, alguns fatores marcaram a trajetória da praça causando modificações na sua dinâmica com a cidade. Conforme Arroyo (2004, p.90):

Por ser lugar de passagem obrigatória, a Praça da Estação se afirmou como espaço plural de pessoas e manifestações diversas, possibilitando, através das relações sociais, sua afirmação enquanto centralidade econômica, política e simbólica. Sua localização na malha urbana aglutinava as pessoas e ao mesmo tempo as distribuía em relação aos outros lugares da cidade. As vias de acesso à Praça eram eixos de ligação, tanto viária como de trajetos da população.

Com a malha viária aumentando na década de 1940 e 1950, a Praça da Estação passou a ter um papel secundário no contexto de Belo Horizonte pela população não ter conseguido estabelecer com o lugar um reconhecimento, uma identidade.

No ano de 1941, também é inaugurada a rodoviária de Belo Horizonte que a primeiro momento não produziu impacto significativo no transporte de passageiros na estação. Segundo Lima e Amorim (2014) depois da criação e implantação do Plano Rodoviário Estadual em 1957, as linhas que foram consideradas deficitárias foram fechadas, permanecendo apenas as linhas complementares e com isso o número de

passageiros diminuiu consideravelmente. Outro ponto significativo que marca o roteiro da Praça da Estação, é a transferência do polo industrial da capital mineira para a região Oeste na década de 1940, e os espaços com propósitos industriais passam a ficar ociosos, pois não ocorre um plano para a reutilização desses espaços.

Nas décadas seguintes, todo o entorno da Praça passou por um processo de decadência, deixando alguns prédios sem uso. Esse declínio acabou afetando a região Central de Belo Horizonte, que com o abandono da classe social mais alta, o núcleo central passa a se deteriorar e a ser ocupado pelos grupos sociais excluídos.

Com o desleixo da área central em detrimento das periferias, o núcleo central passa a se depreciar e a ser ocupado pelos grupos sociais excluídos. Descrito por Corrêa (1999), esse agente que é desprovido da capital, passa a mudar quando no começo dos anos de 1980 começa a ser implantado a Estação Central de Metrô na Praça da Estação, assim volta a ser local de chegada e partida, sendo a principal entrada da cidade, voltando as origens.

Acerca da percepção da população com o problema do uso da Praça e seu entorno, começa novas obras de revitalização anos depois, em 1981 como o:

I Encontro pela revitalização do Conjunto da Praça da Estação, realizado em 1981 pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil –IAB/MG, que ampliou o olhar sobre a região abarcando não somente a Praça da Estação, mas também as construções do seu entorno e no qual foi colocada a ideia desse lugar como um espaço cultural. (GIFFONI, 2010)

Ainda segundo a autora, as obras de revitalização da antiga estação se iniciaram ainda mais tarde que o previsto, no ano de 2001. A revitalização do entorno da praça se deu com a recuperação das esculturas, instalação das fontes, construção da passarela central e restauração dos jardins, e sua reinauguração se deu em 2004. Nesse mesmo ano a PBH lançou o projeto Centro Vivo - Plano de Reabilitação de Belo Horizonte³. O espaço começa a ser frequentado para visitas ao recém-inaugurado Museu de Artes e Ofícios ou para intervenções artísticas.

Em 2010, o prefeito em exercício Marcio Lacerda decretou uma lei que limita a utilização do espaço que, a princípio, era previsto no “Plano de Reabilitação de Belo Horizonte”. Com a publicação do decreto, surge um movimento chamado “Praia da Estação”. (Figura 12) O movimento impediu eventos de qualquer natureza na Praça da

³ Necessidade de tratamento da área pela sua importância econômica, simbólica e urbanística e em atendimento ao Plano Diretor do Município/ Instituição do Programa de Requalificação da Área Central

Estação. Desde então, cidadãos começaram a disputar o uso e a ocupar o espaço com manifestações culturais como forma de protesto. O objetivo do governo era ter o controle sobre os eventos concedidos a população, em praças e parques, passando assim por uma análise para que, posteriormente, fossem liberados ou não. Foi então que, contrariando a decisão do prefeito, alguns jovens tiveram a ideia de fazer uma intervenção urbana para que a situação mudasse. Segundo Rivera (2016), esse movimento impulsionou a retomada da praça no cotidiano belorizontino e continua atualmente ganhando força.

Figura 12 - Praia da Estação na Praça da Estação em 2013



Fonte: Redação Catraca Livre

Em defesa do espaço público, a praça tornou-se uma representação em disputa no qual o poder público, por um lado, justificava o decreto em defesa do patrimônio e da segurança pública, procurando com isso conter o uso. Por outro lado, os organizadores reivindicaram um movimento horizontal e autônomo, onde os frequentadores poderiam realizar encontros, movimentos políticos e até blocos de carnaval no local. (Figura 13)

Figura 13 - Manual que os organizadores criaram para que pessoas de outros locais também criem suas “praias”



Fonte: Imagina na copa/ Catraca Livre

Com todos esses acontecimentos, encontra-se em discussão entre a Secretaria de Cultura do Município de Belo Horizonte, os diretores dos equipamentos culturais, representantes de comerciantes, coletivos de movimentos sociais e moradores, o projeto “Corredor Cultural da Praça da Estação” que visa a reformulação e a utilização do Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação, de forma a consolidá-lo como um centro cultural institucionalizado de Belo Horizonte. O projeto, contudo, não foi efetivado.

4.1.4 Viaduto Santa Tereza

Possuindo em sua estrutura 700 metros cúbicos de concreto, o viaduto Santa Tereza teve sua construção iniciada em 1928 e inaugurada em agosto de 1929. Ligando o Centro com o bairro Santa Tereza, o viaduto passou a ser cartão postal da recém-criada capital, onde artistas e jovens disfrutavam dos seus longos arcos de concreto.

Em seu desenho, influências da arquitetura da década de 1930, como o estilo Art Déco. São 390 metros de extensão, 13 metros de largura e 14 de altura, do ponto mais alto ao nível dos trilhos. Com a construção do Viaduto da Floresta, em 1937, o Viaduto Santa Tereza passou a ter mão única, no sentido Centro-Floresta. (ANDRADE JUNIOR, 2013)

Apesar de sua importância estética, nos anos de 1980 o viaduto passou por algumas reformas, devido a presença de rachaduras e problemas de conservação, portanto o trânsito de veículos e pessoas foi interrompido para as reformas e apenas em 1992 o espaço passou a ser utilizado para feiras de baixo custo com frutas, verduras e alimentos em geral.

Mesmo não atendendo sua função original de viaduto, em 1996 foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). Apesar do título importante na sua história, o viaduto continuou sendo negligenciado e passou a ser ocupado por pessoas em situação de rua e depósito irregular de sucatas.

Em dezembro de 1998 o prefeito Célio de Castro implementou a lei Nº 7620 que instituiu o Eixo Cultural Rua da Bahia viva, que tinha o “intuito de preservar, revitalizar, reabilitar, promover e divulgar a memória e o patrimônio cultural, histórico, simbólico, urbanístico, turístico, paisagístico e ambiental da Rua da Bahia.” (Lei Nº 7620 de 12 de dezembro de 1998). Sendo assim o Viaduto Santa Tereza passou a possuir outra significação. Com a Instituição do Eixo Cultural da Rua da Bahia foram criados outros espaços culturais como o “Largo dos Poetas, na confluência da Avenida Assis Chateaubriand com Rua da Bahia, como espaço de referência cultural do viaduto, numa homenagem aos poetas e escritores que incluíram o monumento em suas obras. A criação do Largo dos Poetas tinha como principal diretriz a recuperação e valorização da área do entorno (ANDRADE JUNIOR, 2013 p. 103).”

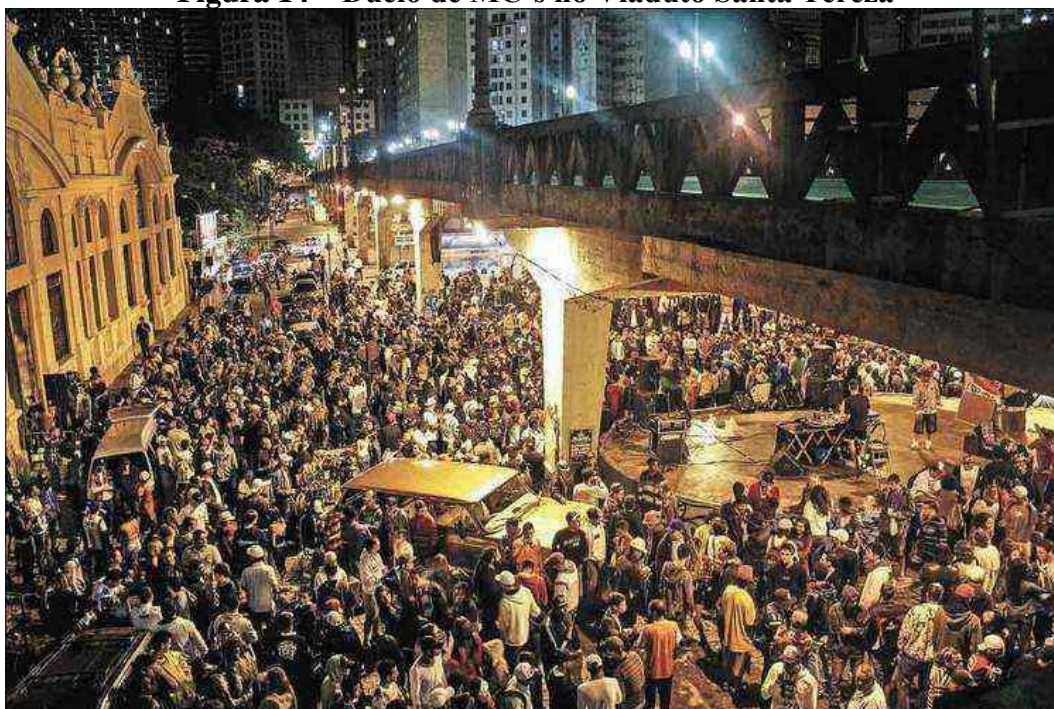
Sob o viaduto passou-se a abrigar a Casa do Artesão, destinado para a formação de profissionais artesões, bancos, pisos novos, pedestais. Com o passar dos anos o Viaduto Santa Tereza foi sendo pensada como um espaço de integração urbana, excluindo o estacionamento que tinha, e aumentando a calçada para pedestres.

Apesar de ser um viaduto, o monumento histórico possui diversas significações, e para atrair a população para participar e ocupar o Viaduto Santa Tereza,

Inclui-se ao lado da Serraria Souza Pinto, o conjunto arquitetônico que foi criado também para destinação cultural, com palco, pista de dança, arquibancada, bar e área delimitada para a disposição de mesas e cadeiras. Junto às escadarias do viaduto, foram construídos sanitários públicos, com boxe para deficientes físicos. A ocupação artística do local podia ser agendada diretamente na então Secretaria Municipal de Cultura (ANDRADE JUNIOR, 2013 p. 103).

A cidade junto com seu processo intenso de territorialização e desterritorialização o viaduto passou a ser ocupado por diversos grupos sociais, principalmente o movimento do Hip Hop (Figura 14). Com a ocupação sendo iniciada em 2007 e sendo consolidada em 2008 um grupo conhecido como “Família de Rua” passou a administrar o espaço e a promover eventos, como a batalha de MC’, o grafite, dança de rua.

Figura 14 – Duelo de MC’s no Viaduto Santa Tereza



Fonte: Portal Uai, 2017.

Apesar de ser um espaço público urbano, a ocupação passou por dificuldades devido à falta de estrutura local, onde os eventos passavam por improvisos como o uso de velas, havia falta de limpeza, falta de lixeiras e banheiros, bem como, pontos de energia. O grupo “Família de Rua” passou a reivindicar alvarás da prefeitura, pedindo uma estruturação para que os eventos se realizarem com uma melhor estrutura. Apenas

em 2010 o ponto de energia foi colocado, e assim, as caixas de som puderam ser instaladas. Mesmo com a pressão do grupo na prefeitura, a instalação de lixos e a limpeza ainda foi realizado pelos grupos de ocupação do Viaduto Santa Tereza.

O uso e ocupação do espaço urbano, trouxe também alguns eventos diferentes do Duelo de MC's. Devido a implementação da pista de skate, tem nos domingos o *Game of Skate*, Quarteirão do Soul que resgata os bailes dos anos 1970. A partir disso a ocupação do espaço público urbano, faz com que ocorra uma integração entre o espaço, territorialização e os grupos sociais.

4.1.5 Praça Sete de Setembro

A Praça Sete de Setembro, conhecida popularmente como Praça Sete, foi estabelecida inicialmente como parte do cruzamento entre as avenidas Amazonas e Afonso Pena e as ruas Rio de Janeiro e dos Carijós que são respectivamente vetores Norte/Sul e Leste/Oeste da cidade. Pelo modelo traçado da cidade, a Praça Sete não foi concebida com um ideal de “praça”, sendo que, somente em 1924 é que através da instalação do obelisco - comemorativo dos 100 anos da independência do país – é que esse lugar passa a se configurar com tal. (Figura 15)

Figura 15 – Praça Sete com o obelisco em 1924



Fonte: Pirulito: O Obelisco da Praça Sete de Setembro, 2013.

Inicialmente nominada como “Praça Doze de Dezembro”, em homenagem à data da fundação de Belo Horizonte em 1897, o espaço tinha como missão principal centralizar e simbolizar as dinâmicas da nova cidade moderna. O desenho urbanístico no vocacional privilegiado da capital foi definido pela comissão: Bairro Comercial.

Em sua adjacência se localizam alguns edifícios representativos na paisagem de Belo Horizonte, o Cine Brasil, importante referência arquitetônica, e a sede do Banco Mineiro de Produção que em 1953 foi inaugurada, projeto de Oscar Niemeyer.

Monumento histórico comemorativo do Primeiro Centenário da Independência do Brasil teve sua pedra fundamental lançada no dia sete de setembro de 1922 no centro da Praça 14 de outubro, data da criação da Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital, que, em função da efeméride teve seu nome alterado, passando a se chamar Praça Sete de Setembro” (NASCIMENTO, 2017, p. 1).

O “pirulito da Praça Sete”, como é denominado pelos residentes da cidade, consiste em uma menção significativa para os moradores, representando um dos maiores símbolos de Belo Horizonte, referência no “coração” da capital. Tendo sido retirado da Praça Sete em 1962, pelo então prefeito Amintas Barros, o Obelisco foi deixado em um lote ao lado do atual Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB). Logo, a Praça descaracterizada, se transformou em um espaço de circulação livre de qualquer símbolo de referência, transformando-se assim, em um lugar voltado muito mais para os automóveis do que para as pessoas.

Em 1977, o Pirulito foi tombado pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - como monumento comemorativo do centenário da independência do Brasil, mas somente em 1980 é que o Pirulito voltou ao seu local de origem. Em 1994 obteve nova proteção, visto que o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte tombou o complexo urbano da avenida Afonso Pena, contendo a praça Sete.

Na mesma década de seu tombamento, uma importante obra no local, que compreendeu o fechamento dos quarteirões que compõem a praça, foi implementada. Foram construídos o passeio público com jardineiras e bancos destinados a permanência dos transeuntes.

Figura 16 – Praça Sete de Setembro na década de 1980



Fonte: Histórias e variáveis, 2011.

Desde então, e gradualmente, presentemente que os quarteirões fechados da Praça Sete foram se tornando um dos poucos espaços de convívio do Centro de Belo Horizonte. Na década de 1980 segundo Nascimento (2017), a revalorização das áreas centrais a partir de objetos de políticas específicas de preservação, buscava responder a problemas relativos à deterioração desses espaços, que, ao longo dos anos foram abandonados pelas elites que neles residia e circulava, e que se transformaram em lugares de passagem frequentados pelas classes menos abastadas. Ao longo da década a imagem que a Praça Sete disseminava era de decadência, que criou para o lugar um estigma de espaço sujo, perigoso, mal frequentado e que necessita de ordenação.

Na atualidade, os espaços da Praça Sete abrigam no seu cotidiano um vai e vem intenso de pessoas, assim com territórios específicos, que contemplam diferentes tribos urbanas como no caso dos hippies (Figura 17), dos grupos de músicos, dos artistas que fazem estátuas vivas, floristas, mas há também espaço para os comerciantes informais, em dias específicos, ou espontâneos, a Praça também é alvo de acontecimentos memoráveis de Belo Horizonte, o que lhe imprime um marco simbólico.

Palco de muitos movimentos políticos, esse espaço constantemente apresenta manifestações ligadas, majoritariamente aos trabalhadores e mulheres que lutam por seus direitos na cidade. A Campanha das Diretas, de 1984, foi uma das manifestações mais relevantes. Houve ainda “*a sempre mencionada Greve dos Operários da Construção Civil, em 1979, a Greve dos Motoristas em 1963 e o conflito com os ‘perueiros’ em 2001*”

(MAGALHÃES, 2013, p. 144). Todavia não só. No dia primeiro de junho de 2020, segundo a notícia “*Praça Sete: BH tem manifestação pela democracia e contra o racismo*” veiculada pelo jornal Estado de Minas, a população inspirada pelas manifestações que ocorreram em diversos países depois da morte de George Floyd, homem preto asfixiado por um policial nos Estados Unidos (EUA), ocuparam a Praça Sete.

Figura 17 – Híppies da Praça Sete



Fonte: Além da Arte, 2016.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

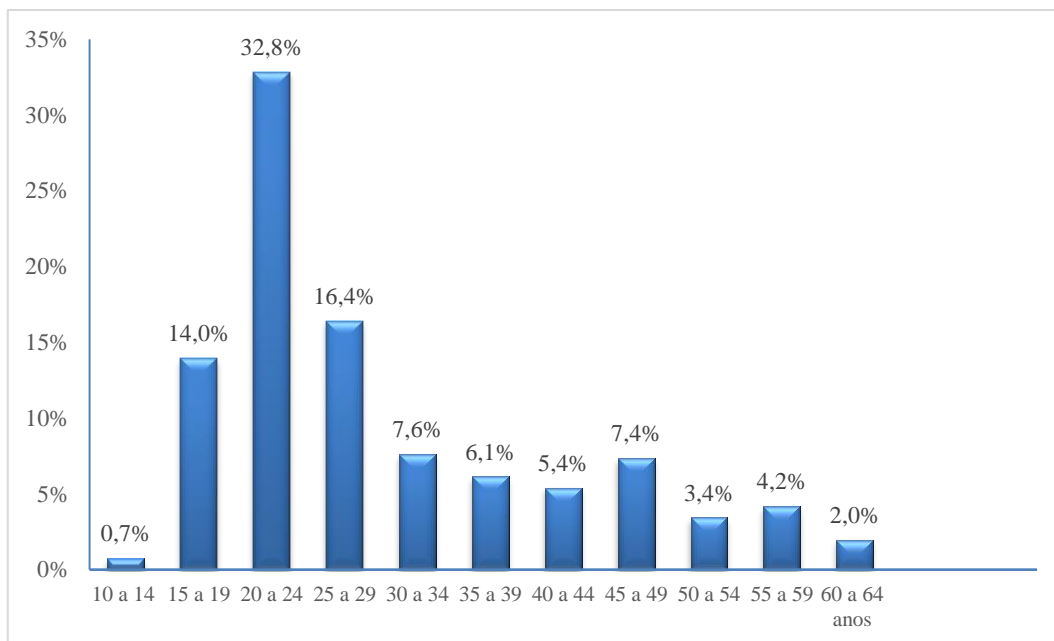
Tendo como finalidade analisar de que maneira as manifestações artísticas populares, que ocorrem no centro de Belo Horizonte e arredores, funcionam como ações de territorialidades e movimentos de resistência no espaço público da cidade, foram

aplicados questionários para distintos perfis de entrevistados. O intuito era de que pessoas dos mais diversos níveis de escolaridade e faixas etárias pudessem responder sobre a relação que elas têm com os espaços da cidade, em específico aos espaços que apresentam manifestações artísticas de maior destaque para o cenário urbano de Belo Horizonte. Assim, através do Google Formulários - via online - disparado e aplicado entre os dias 04 de setembro de 2020 ao dia 18 de setembro de 2020, 408 pessoas puderam responder a essa pesquisa. Os questionários possuem 16 perguntas, as quais foram estruturadas na forma de múltipla escolha e discursiva. (Formulário completo em anexo página 109)

Tendo em vista que as manifestações artísticas tem como alvo a população que reside na cidade ou próxima a ela, buscou-se compreender o perfil do público que possivelmente transita por esses espaços, e para isso foi realizado um levantamento tanto do perfil que caracterizasse esse público, a partir da faixa etária, profissão, município em que reside, entre outras perguntas, que pudessem nos ajudar na compreensão desses sujeitos como atores que se apropriam e usufruem desses espaços públicos.

A primeira pergunta do questionário refere-se ao “nome” do entrevistado, já a segunda questão é referente à idade do entrevistado. Dos 408 questionários respondidos, 32,8% dos entrevistados possuem de 20 a 24 anos, seguido por pessoas de 25 a 29 anos (16,4, %), entrevistados com 15 a 19 anos (14%), e entrevistados com 30 a 34 anos (7,6%). Ou seja, a maior parte dos entrevistados são considerados jovens e adultos, já que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), define como jovem a população dos 15 aos 24 anos, e a população adulta dos 25 a 59 anos. É possível verificar todas as faixas etárias contempladas na pesquisa por meio do Gráfico 1.

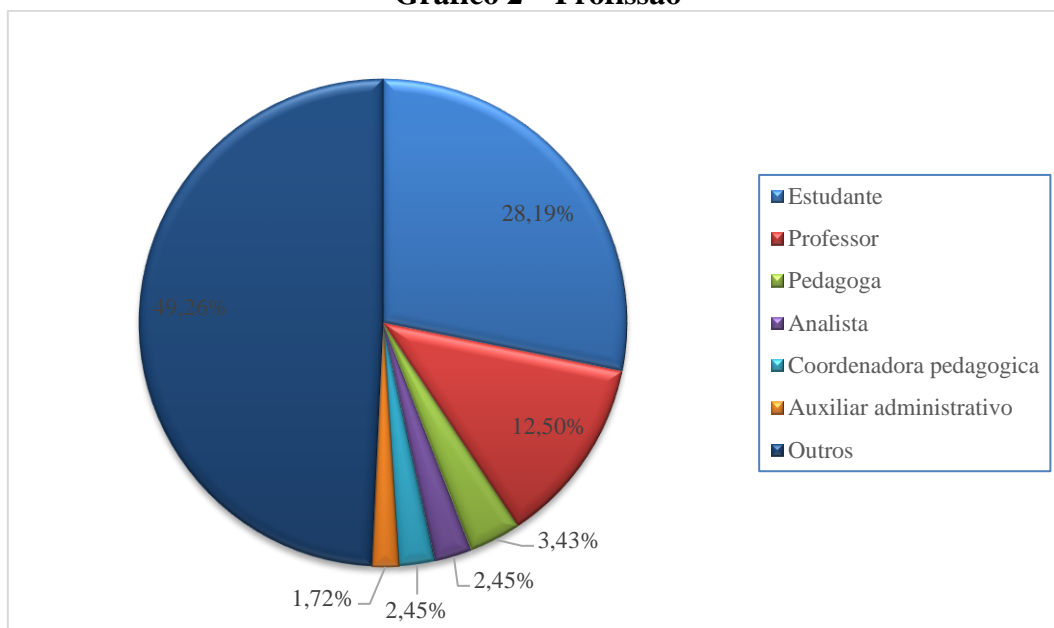
Gráfico 1 - Idade



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação as profissões dos entrevistados, foi possível observar que em razão da faixa etária apresentada anteriormente, 28,19% dos entrevistados são estudantes. O segundo maior percentual é de professores com o total de 12,50%, e pedagogos com 3,43%. Já analistas, coordenadores pedagógicos e auxiliares administrativos simboliza menos de 3%. É considerável observar, que parte dos entrevistados (49,26%) citou diversas outras profissões dentre elas estão Advogados, Estagiários, Atendentes, Autônomo e etc. (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Profissão

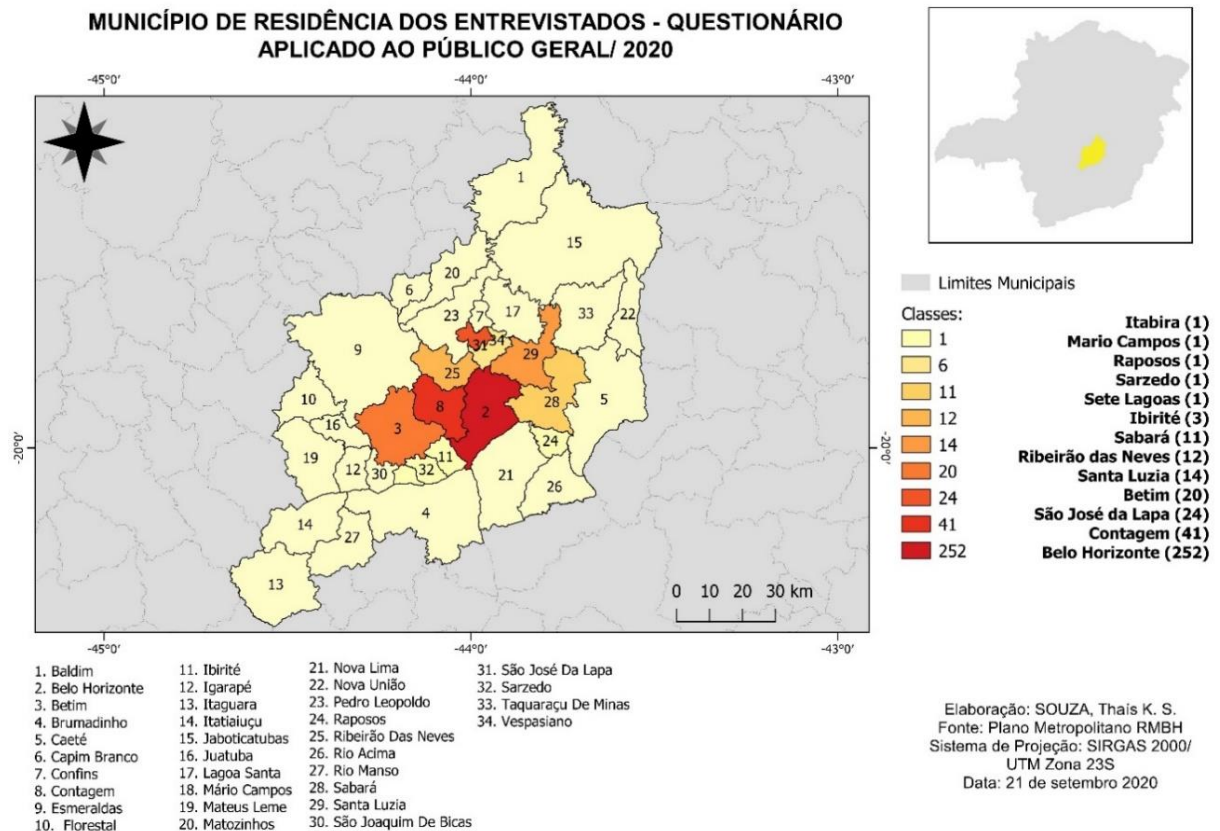


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação ao município em que os entrevistados residem, temos como distribuição espacial a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Dos 408 entrevistados, 26 questionários ficaram em branco e foram descartados, e, portanto, somente 382 foram validados para essa questão, em específico. Dos 382 que responderam, 252 residem no município de Belo Horizonte, seguido com 41 entrevistados que residem em Contagem. Os demais municípios que compõe a RMBH que aparecem no questionário são: São José da Lapa (24), Betim (20), Santa Luzia (14), Ribeirão das Neves (12), Sabará (11), Ibirité (3), Itabira (1), Mario Campos (1), Raposos (1), Sarzedo (1), Sete Lagoas (1).

Tendo em vista que os questionários foram enviados em sua maioria para pessoas que vivem em Belo Horizonte, já se esperava que a maioria respondesse que residem na capital mineira, ou municípios próximos, dentro da (RMBH) Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Mapa 2)

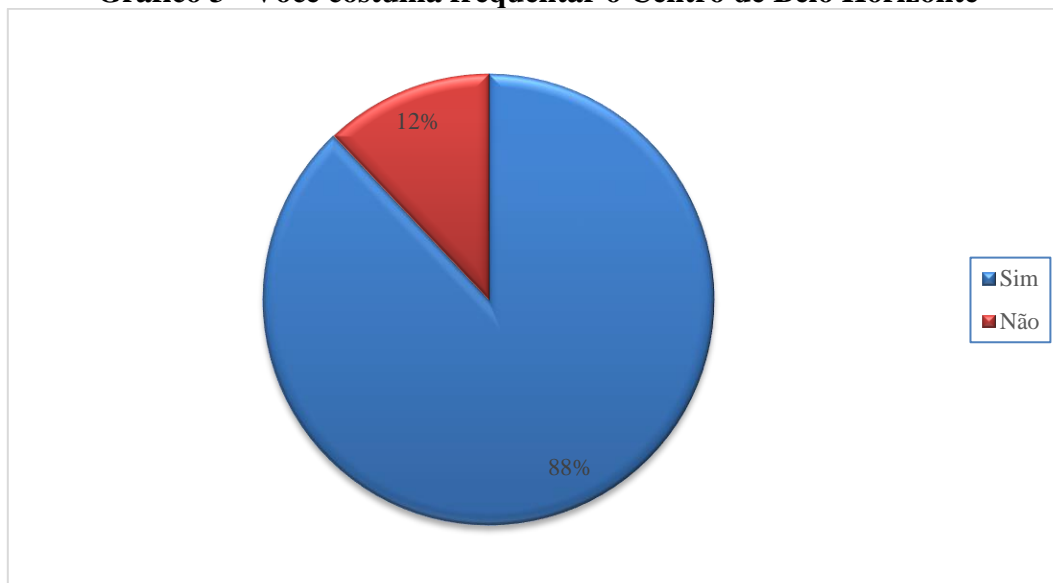
Mapa 2 - Município de residência dos entrevistados - Questionário aplicado ao público geral/ 2020



Fonte: Elaboração SOUZA, T. K. S. e dados da pesquisa (2020)

Quando perguntados se frequentam o bairro Centro de Belo Horizonte 88% dos entrevistados afirmaram frequentar o Centro, em contrapartida, apenas 12% afirmaram não frequentar (Gráfico 3). A partir disso, a entrevista toma uma continuidade para aqueles que frequentam o centro, no objetivo de compreender se estes conhecem e/ou frequentam os espaços em que ocorrem as manifestações levantadas e apresentadas nesse estudo.

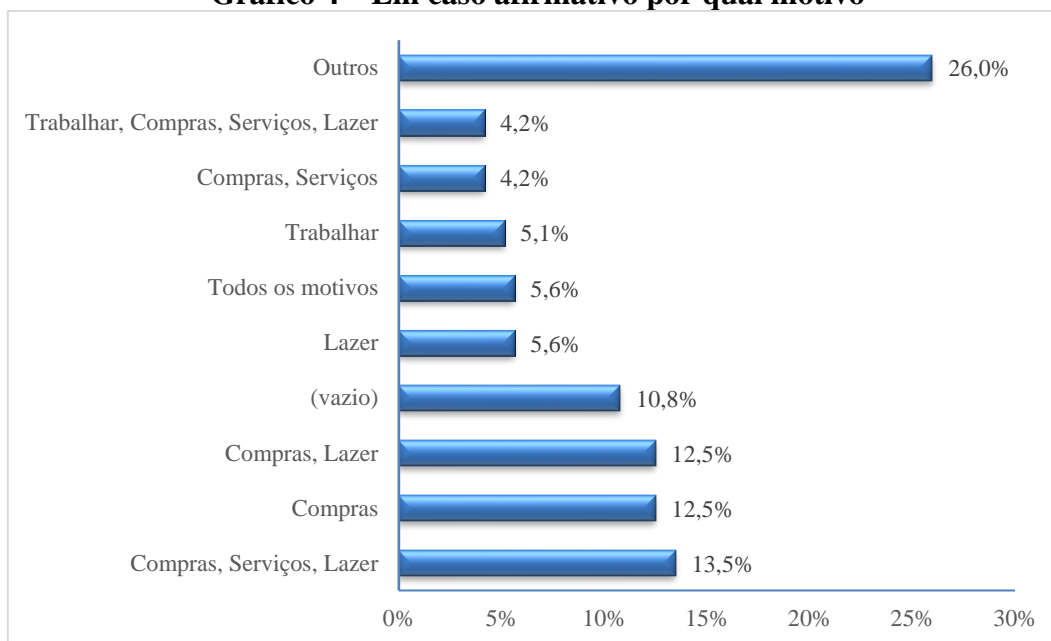
Gráfico 3 - Você costuma frequentar o Centro de Belo Horizonte



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para os que afirmaram frequentar o bairro Centro de Belo Horizonte, foi perguntado por qual motivo, podendo o entrevistado marcar mais de uma opção. Dentre as alternativas havia “Trabalhar”, “Compras”, “Estudar”, “Serviços” e “Lazer”. Aqueles que afirmaram ir ao Centro de Belo Horizonte, destacou “compras”, “serviços” e “lazer”, sendo que 13,5% refere-se especificamente a esses três itens, 12,5% ressaltaram os itens “compras” e “lazer”, 12,5% dos entrevistados citam apenas compras, o montante chega a 46,9% quando se refere ao quesito “Compras”. É possível perceber que a opção “Compras” é bastante citada pelos entrevistados, uma vez que o Centro de Belo Horizonte oferece uma grande variedade de lojas, compondo um grande comércio varejista. “Lazer” também foi amplamente destacado, representado isoladamente ou citado em conjunto a outra atividade, chegou a 35,8%. É relevante observar no gráfico 4 que o “lazer” está na maioria das opções escolhidas pelo público já que os espaços, e as manifestações artísticas e culturais estão altamente presentes no bairro Centro. Destaca-se também que 10,8% dos entrevistados não colocou nenhuma opção, como observado no gráfico 3, 12% dos entrevistados responderam que não frequentam o Centro de Belo Horizonte. Apenas 5,6% marcou todas as alternativas (Trabalhar, Compras, Estudar, Serviços e Lazer).

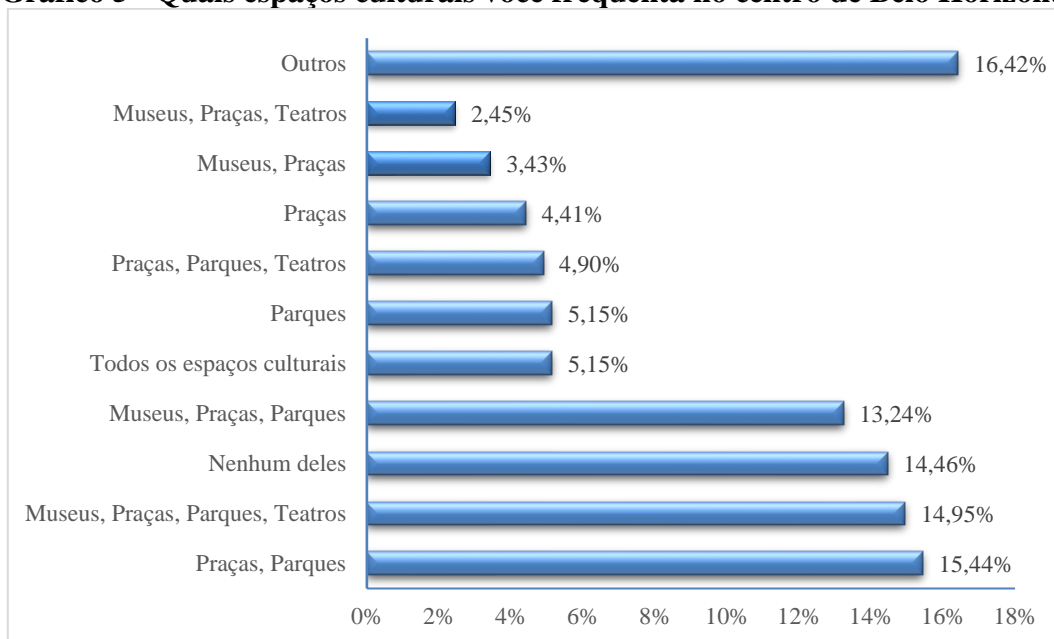
Gráfico 4 – Em caso afirmativo por qual motivo



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao ser levantado o que motivava os entrevistados a frequentarem o Centro, o gráfico 5 refere-se a alguns dos espaços culturais no Centro de Belo Horizonte. Sabendo que o Centro de Belo Horizonte possui em seu território, uma grande oferta de espaço culturais, sendo eles públicos ou privados como museus, parques, teatros, cinemas e praças, dos entrevistados que afirmaram usufruir do centro, temos que 15,44% frequentam as praças e parques, talvez em função de serem espaços públicos, com grande popularidade. Com 14,95%, os entrevistados responderam que utilizam os museus, praças, parque e teatros com exceção do cinema de rua. 14,46% dos entrevistados responderam não frequentar nenhum dos espaços culturais citados, o que pode indicar que esse público utiliza o Centro de Belo Horizonte para outras finalidades, que além do lazer, exclusivamente. 13,24% responderam frequentar museus, praças e parques. Apenas 5,15% dos entrevistados responderam frequentar todos os espaços culturais. Também com 5,15% os entrevistados responderam que frequentam somente o parque, ou as praças, parque e teatros. 4,41% responderam que frequentam somente as praças. Dentre 16,42% da categoria “outros”, foi considerado o público que não respondeu a nenhuma das respostas, além de outras alternativas bastante específicas de espaços culturais que frequenta no Centro. (Gráfico 5)

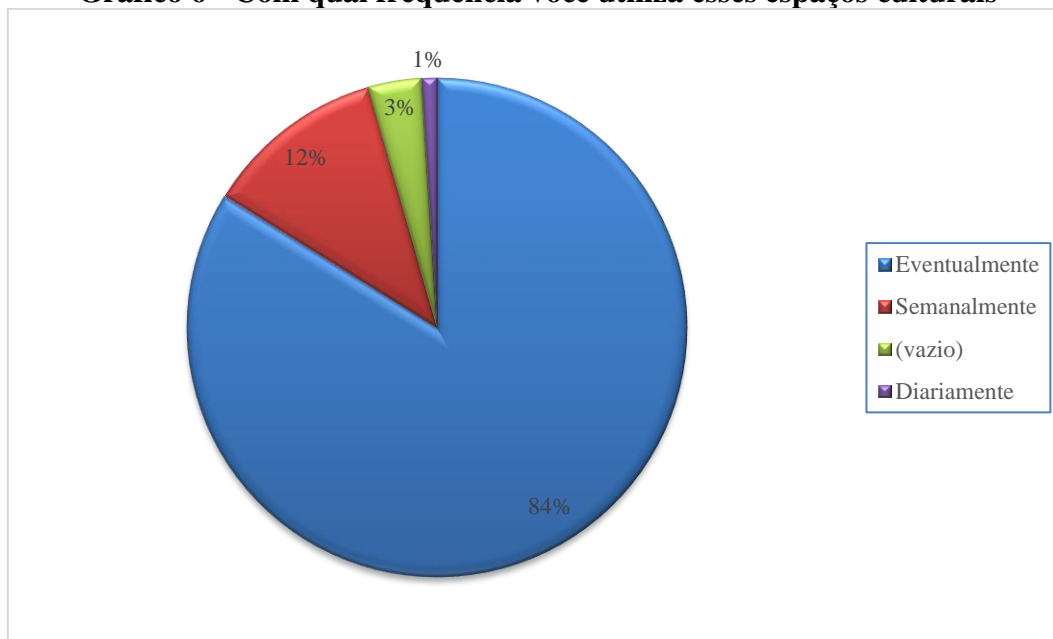
Gráfico 5 - Quais espaços culturais você frequenta no centro de Belo Horizonte



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Dos entrevistados que responderam sobre a frequência de utilização dos espaços que promovem eventos culturais, apenas 1% dos entrevistados mantém uma constância diária no proveito desses lugares e provavelmente pelo fato de frequentarem diariamente o centro. 12% dos entrevistados responderam que semanalmente frequentam os espaços culturais. A grande maioria dos entrevistados, 84% respondeu que frequenta os espaços culturais eventualmente quando esses acontecem. Nota-se que são apropriações que representam um grande número de pessoas, mas são pontuais e com toda certeza variam de acordo com a oferta de eventos públicos culturais oferecidos na/pela cidade, que muitas vezes também se apresentam pontuais. 3% dos entrevistados não responderam a essa pergunta. (Gráfico 6)

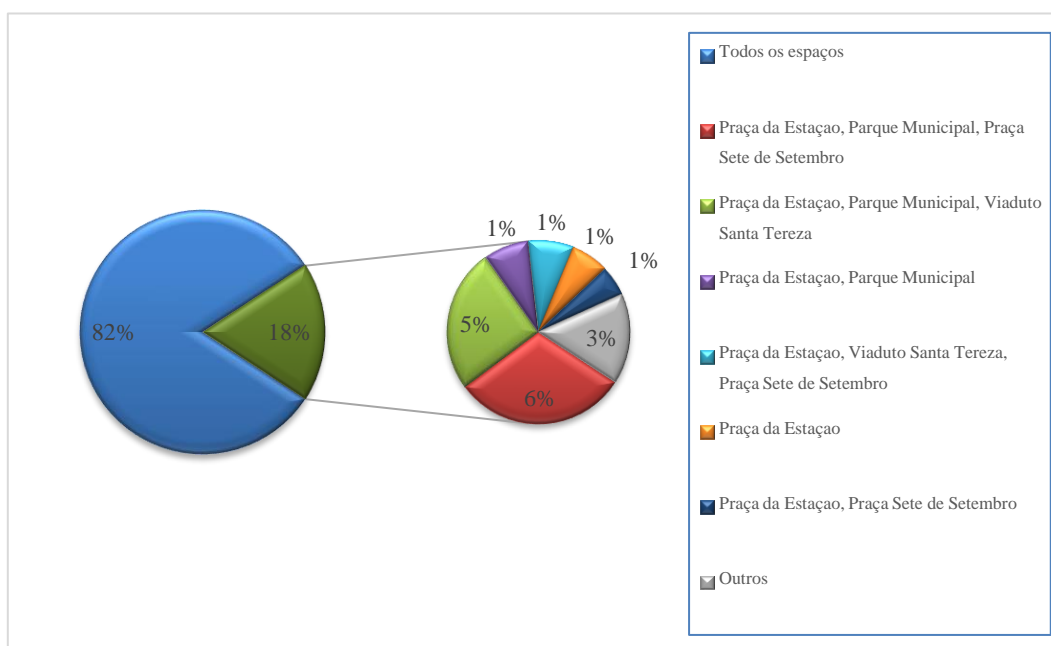
Gráfico 6 - Com qual frequência você utiliza esses espaços culturais



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os espaços públicos que abrigam eventos culturais e que o questionário apresentava eram a “Praça da Estação”, “Parque Municipal”, “Viaduto Santa Tereza” e “Praça Sete de Setembro. Nessa perspectiva, os entrevistados foram questionados se tinham conhecimento desses lugares. A partir disso temos então que 81,6% das pessoas afirmou ter conhecimento de todos esses espaços comuns, onde ocorrem as manifestações culturais. Nas demais alternativas apenas 5,6% não tinham conhecimento do Viaduto Santa Tereza e 4,7% não tinham conhecimento apenas da Praça Sete de Setembro. Isso evidencia que de uma maneira geral, as pessoas entrevistadas conhecem bem o Centro de Belo Horizonte, e os seus espaços públicos culturais que são equipamentos da cidade com suas funções distintas como a Praça da Estação e o Parque Municipal que amplamente abrigam manifestações culturais na cidade. No caso de espaços que são ressignificados pelos eventos culturais, como o Praça Sete de Setembro e o Viaduto Santa Tereza as pessoas acabam não os vendo como possíveis espaços para tais e, portanto, podem ter afirmado não conhecer. (Gráfico 7)

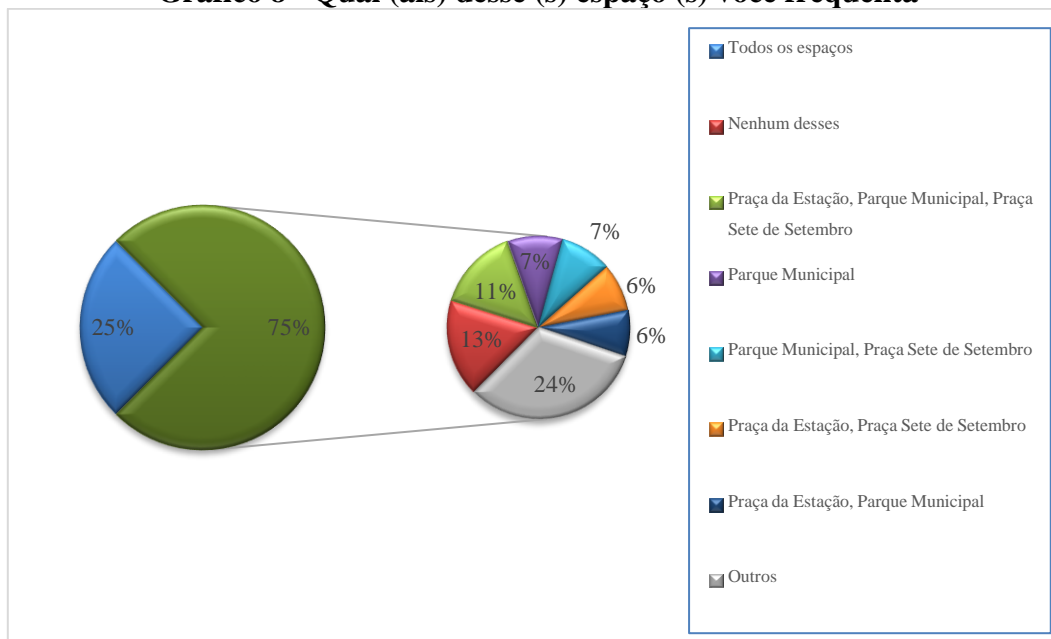
Gráfico 7 - Quais desses espaços você conhece



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como apresentado na questão anterior, foi possível compreender quais espaços do Centro da cidade o usuário conhece, ou seja, tem noção de sua existência. Para compreender a sua relação com esses espaços foi perguntado em quais espaços eles frequentam. Temos então com 25% frequentadores de todos os espaços culturais, (Praça da Estação, Parque Municipal, Viaduto Santa Tereza e Praça Sete de Setembro). Em sequência dos resultados, 13% não frequenta nenhum dos espaços culturais apresentados, bem como 11% que afirmou não frequentar o Viaduto Santa Tereza. Já 7,4% frequentam somente o Parque Municipal, com 6,9% frequentam o Parque Municipal e a Praça Sete de Setembro. Com 6,4% os entrevistados responderam que utilizam a Praça da Estação, e a Praça Sete de Setembro, em sequência o público respondeu que frequentam a Praça da Estação e o Parque Municipal. Dentro do considerado “outros”, estão a porcentagem de pessoas que não responderam essa pergunta, além de outras respostas de combinação dos espaços frequentados. No geral, é importante destacar que os espaços destinados as atividades culturais são amplamente vivenciadas pelas pessoas e são de conhecimento delas, sendo que 25% afirmou frequentar todos os espaços, e os outros 75% também frequentam, porém não todos, mas grande parte deles. (Gráfico 8)

Gráfico 8 - Qual (ais) desse (s) espaço (s) você frequenta

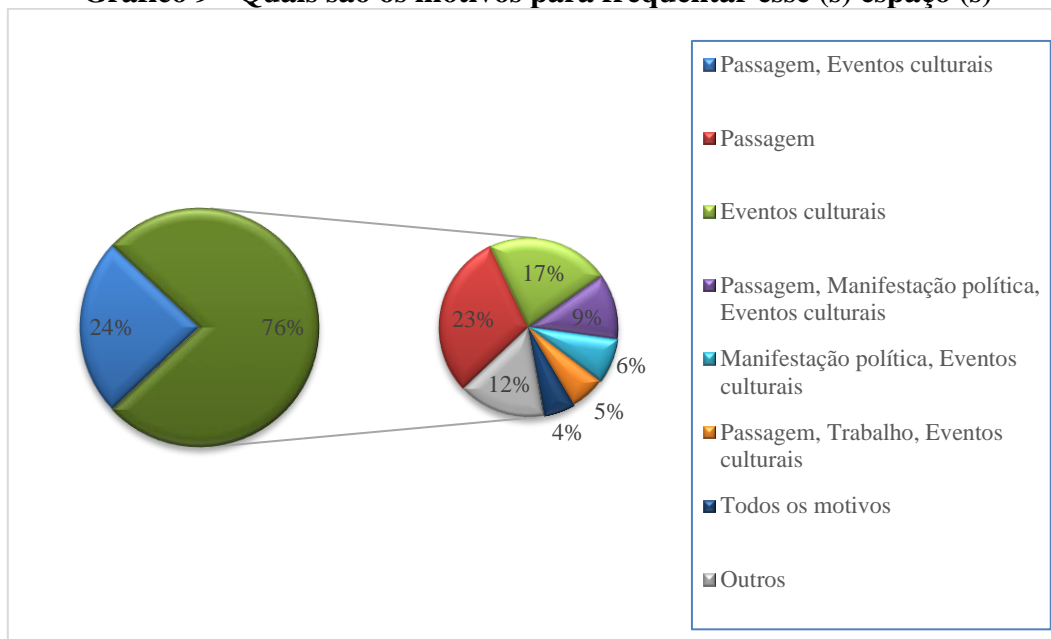


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O gráfico 9 (a seguir) nos revela quais foram os motivos para frequentar os espaços culturais. Um número considerável de pessoas, cerca de 24% respondeu que utilizam esses espaços tanto de passagem, quanto para eventos culturais. Nesse ponto, é importante destacar que a Praça da Estação, Viaduto Santa Tereza, e Praça Sete, quando não estão oferecendo nenhum evento cultural, ou manifestação política funcionam basicamente como pontos de passagem. 76% das pessoas entrevistadas afirmou que frequentam grande parte desses espaços, sejam dois ou três destes. Em destaque tem-se que 23% afirma utilizar esses espaços apenas para passagem, em contrapartida, temos então 17% de pessoas que utilizam especificamente esses espaços culturais em dias de eventos e/ou manifestações culturais.

Vale destacar que dentro das opções apresentadas (Passagem, eventos culturais, trabalho e manifestações culturais), 9% dos entrevistados responderam que não frequentam o espaço para o trabalho, mas para as outras finalidades das opções apresentadas. 6% responderam que frequentam o espaço para manifestação política e eventos culturais. 5% dos entrevistados responderam que utilizam os espaços culturais para passagem, trabalhos e eventos culturais. 4% dos entrevistados responderam que utilizam todos os espaços culturais.

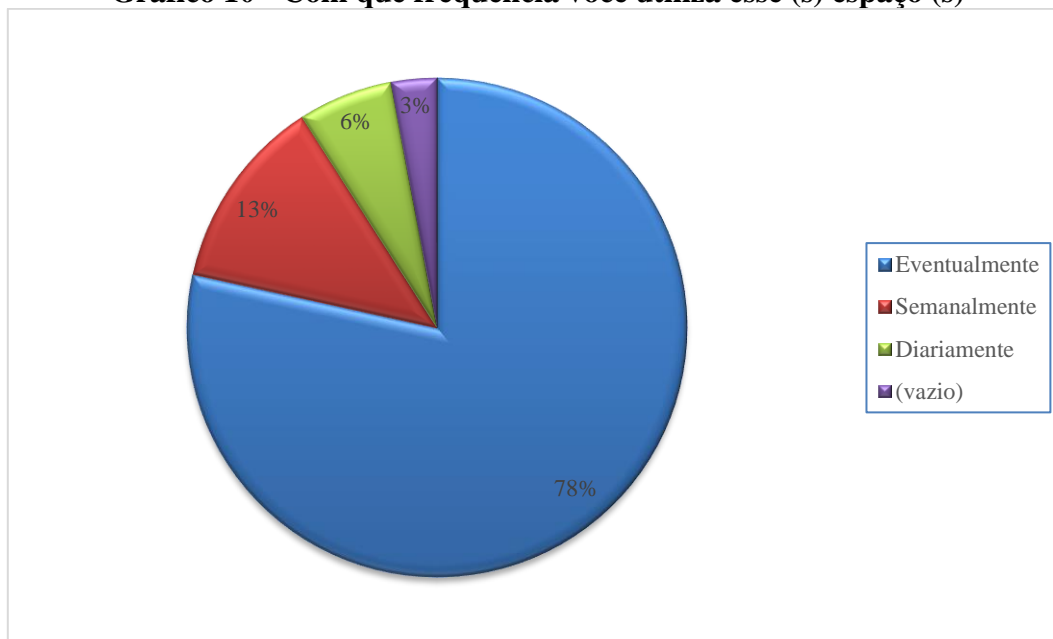
Gráfico 9 - Quais são os motivos para frequentar esse (s) espaço (s)



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Esses espaços apresentados em específico, temos como maioria frequentadores eventuais, sendo eles 78% dos entrevistados, o que significa que eles apenas utilizam desses espaços em situações eventuais, como os eventos nos espaços públicos. 13% dos entrevistados responderam frequentar o Centro de Belo Horizonte semanalmente. Somente 6% dos entrevistados responderam frequentar o Centro diariamente, o que pode ser respondidos pelo público que trabalha no Centro, e tem a necessidade de frequentar todos os dias. Somente 3% das pessoas entrevistadas não responderam essa pergunta levantada. (Gráfico 10)

Gráfico 10 - Com que frequência você utiliza esse (s) espaço (s)

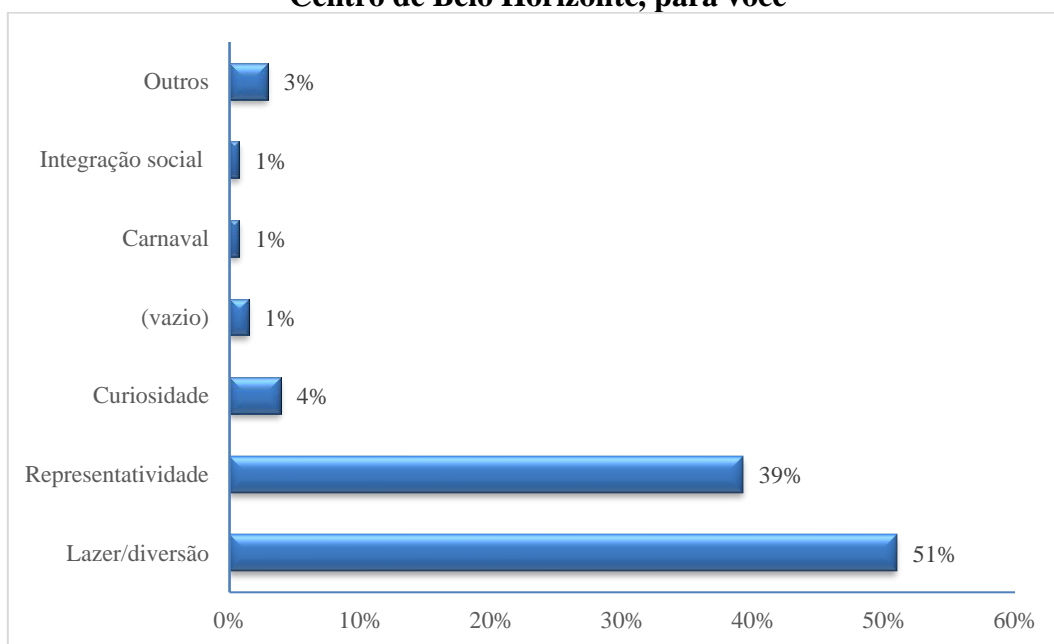


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O gráfico 11 apresenta as respostas referentes ao significado que os eventos que ocorrem nesses espaços públicos têm para cada um dos entrevistados. Além das respostas pré estabelecidas como “representatividade”, “lazer/diversão” e “curiosidade” os entrevistados podiam citar outros significados que julgassem pertinente.

Dentro das análises, 51% dos entrevistados afirmaram que esses espaços significam para eles, espaços de lazer e diversão. 39% afirmou que se tratam de espaços com grande representatividade para eles, isso compreender diz que podem ser de luta política e de resistência cultural, étnica ou racial. 10% representa de maneira fragmentada curiosidade ou está associado ao carnaval. Importante destacar que uma pessoa, dentre a categoria “outros” destacou que esses espaços simbolizam violência, ou seja, “perigo”. Também temos aqueles que sentem que esses espaços não representam nada ou remete a algo negativo.

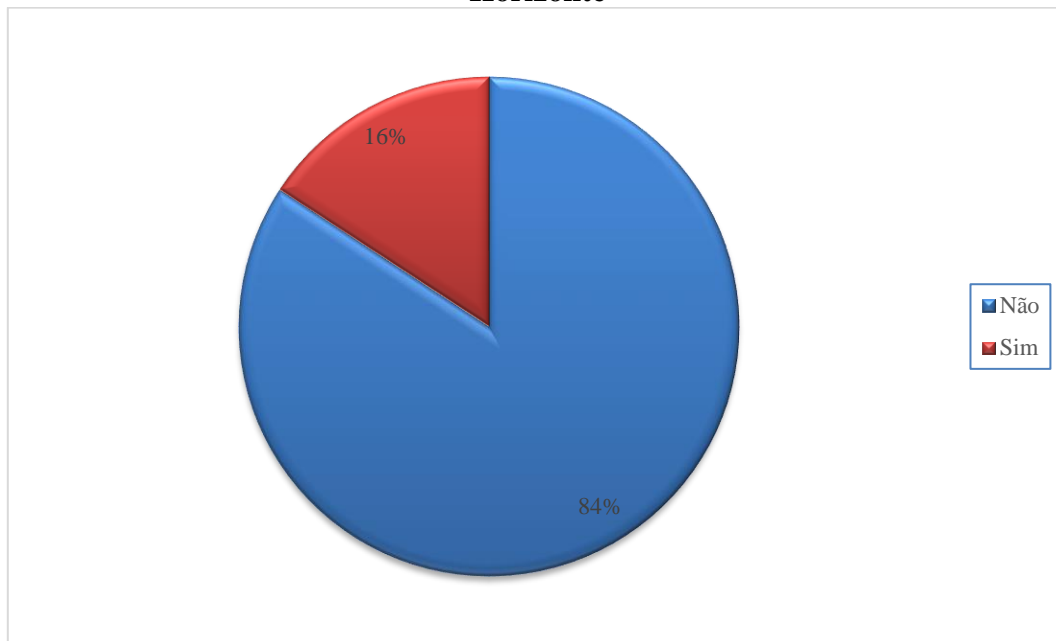
Gráfico 11- Qual o significado dos eventos, que ocorrem nos espaços públicos no Centro de Belo Horizonte, para você



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Sabendo que os eventos culturais promovidos nesses espaços possuem uma organização específica, foi questionado se a população tem conhecimento dos promotores desses eventos, sendo assim temos como maioria (84%), de pessoas que não conhecem esses organizadores e 16% dos entrevistados responderam que conhecem os promotores desses eventos. Observando estes dados compreendemos que apesar das pessoas frequentarem os eventos, uma grande parte não tem conhecimento, de quem são os organizadores, fator que não é positivo, pois seria interessante que as pessoas que vão nos eventos conhecessem seus organizadores. (Gráfico 12)

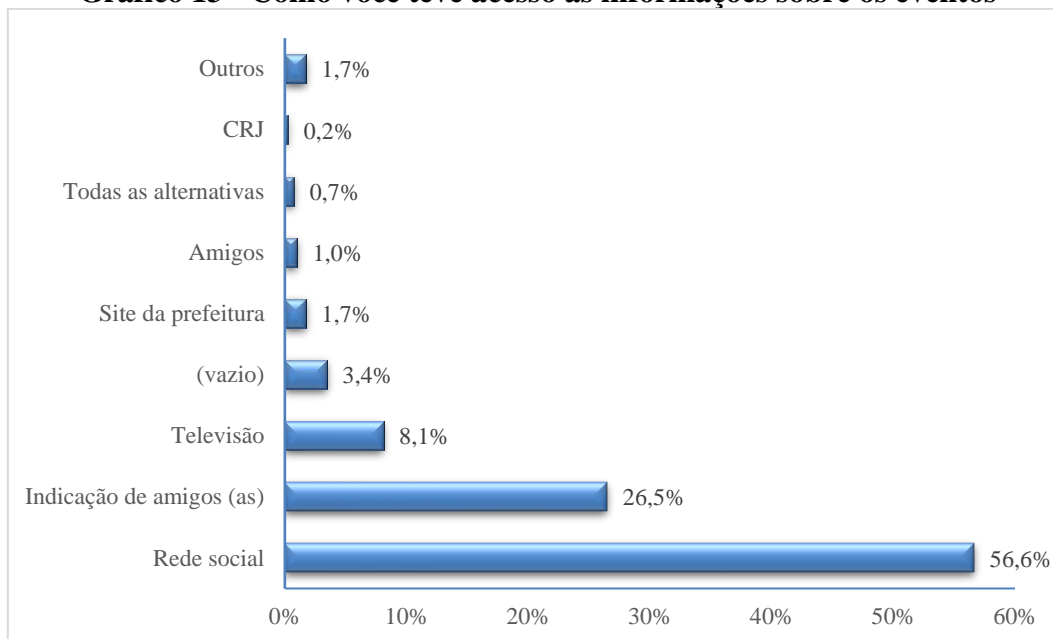
Gráfico 12 - Conhece os organizadores dos eventos que ocorrem no Centro de Belo Horizonte



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Assim como a questão anterior, foi questionado como as pessoas tem acesso às informações sobre esses eventos. Nessa pergunta além das respostas pré estabelecidas (Rede social, site da prefeitura, indicação de amigos, e televisão e outdoor) também foi colocado a opção para que o usuário colocasse outras possibilidades de como teve acesso aos eventos oferecidos. Em destaque do gráfico 13 temos com 56,6% dos entrevistados afirmaram obter informações a respeito dos eventos que ocorrem nos espaços públicos a partir da rede social e 26,5% a partir da indicação de amigos. 8,1% dos entrevistados responderam que a televisão é um meio pela qual utilizam para obterem informações dos eventos que ocorrem no Centro de Belo Horizonte. 3,4% dos entrevistados não responderam essa pergunta. Apesar de serem ofertados em espaços públicos, apenas 1,7% utilizam do site da prefeitura como fonte de informação a respeito desses eventos nos espaços públicos. Desta forma temos pessoas que não tem acesso, bem como pessoas que tem acesso a essas informações sobre os eventos, mas não frequentam esses eventos nos espaços destacados. Vale destacar a utilização do CRJ (Centro de Referência Jovem), onde apenas um entrevistado utiliza como fonte de informação para esses eventos. (Gráfico 13)

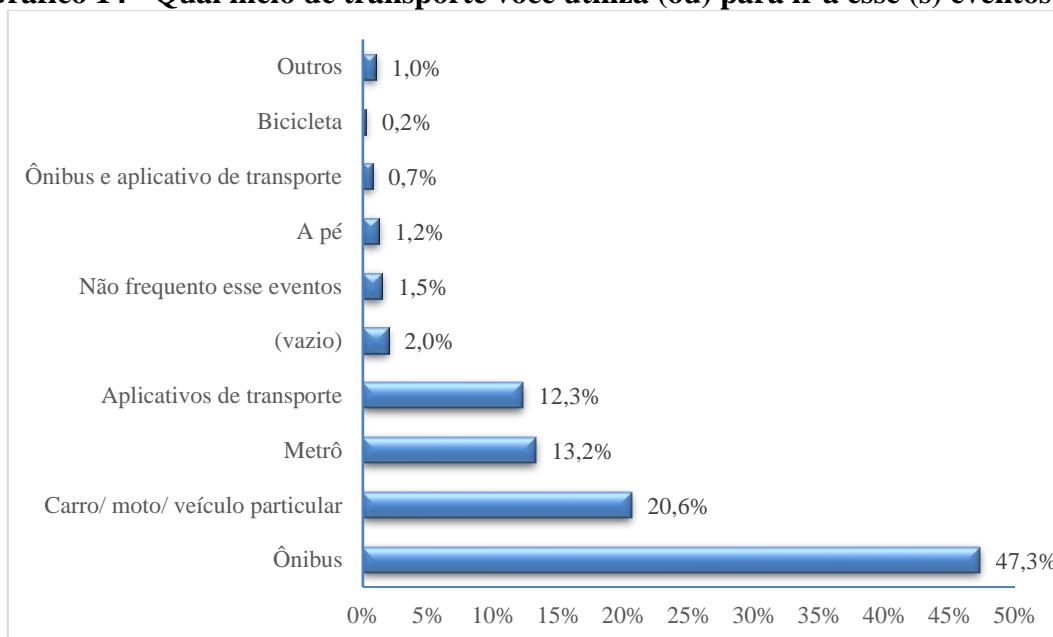
Gráfico 13 - Como você teve acesso às informações sobre os eventos



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como um último questionamento levantado, foi então levado em consideração a maneira como os usuários se deslocam até os eventos, foi questionado qual meio de transporte esse público utiliza para ir aos eventos no Centro de Belo Horizonte. (Gráfico 14)

Gráfico 14 - Qual meio de transporte você utiliza (ou) para ir a esse (s) eventos (s)



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

47,3% dos entrevistados disseram que utilizam o ônibus para chegar nesses eventos, e 20,6% usam de carro, moto ou algum outro meio particular como transporte. Outro transporte público que é utilizado é o Metrô (13,2%), que faz um trajeto linear que possibilita atender uma parte da população para chegar até os eventos. 2% dos entrevistados não responderam essa pergunta. Já 1,5% dos entrevistados disseram não frequentar esses eventos, também com 1,2% os entrevistados disseram ir a pé aos eventos realizados no Centro. Em consideração, também acrescentamos os entrevistados que responderam que vão de bicicleta (Bike) aos eventos (0,2%), que por residir próximo ao Centro de Belo Horizonte, preferem utilizar esse tipo de meio de transporte.

5.1 Análise das Entrevistas abertas realizadas com os promotores de eventos culturais

Para Bogdan e Biklen (2010), “uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Anderson e Kanuka (2003) ponderam a entrevista como um método único na recolha de dados, através do qual o investigador abarca esses valores pelo meio da comunicação entre indivíduos.

De acordo com o capítulo de Metodologia apresentado no início da pesquisa, foi realizado quatro entrevistas com os organizadores de evento nos espaços estudados. Nesse capítulo pretende-se analisar as entrevistas previamente planejadas, desenvolvidas e transcritas. (Formulário completo em anexo na página 112)

As entrevistas foram realizadas com Walter Pinheiro, Augusto Carvalho Borges, Rafael Barros, Maria Carolina e Rael. Segue a seguir uma caracterização e apresentação dessas pessoas, tal como sua relação nos espaços públicos da cidade:

Walter Pinheiro é organizador de eventos e graduando no curso de Direito, reside a 53 anos em Belo Horizonte no Aglomerado da Serra. Ele também é organizador dos eventos *Movimento Soul BH*, *Forrozeiros de Rua*, *Turma do Passinho Oficial*, *Escola do Soul e Soul Favela* e organiza eventos gratuitos com inclusão social, como o Samba e Malandragem.

Com 38 anos de idade, Augusto Carvalho Borges vive na região Centro-Sul no bairro Santo Antônio em Belo Horizonte. É formado em História, músico e professor, no qual promove blocos de carnaval desde 2009. Esse desejo de celebrar o espaço público

da cidade, como uma tentativa de “contornar os processos de verticalização” (BORGES, 2020) que é presente em uma cidade central como Belo Horizonte, trouxe como inspiração o bloco Mama na Vaca, Bloco Praia da Estação, Tico Tico, Serra Copo e Bloco Peixoto.

Rafael Barros não informou sua idade, região em que reside e profissão, mas informou que é o criador da manifestação de resistência Praia da Estação e do Duelo de MC's.

Na entrevista com Maria Carolina e Rael, que fazem parte do movimento Híppie e vendem objetos elaborados por eles próprios, ambos não possuem um ponto fixo de moradia, segundo Maria Carolina e Rael “*o mundo é a casa deles*”.

5.1.1. Resultado das entrevistas com os organizadores

Nas entrevistas realizadas com os organizadores de eventos culturais foi possível compreender tanto sobre a estrutura deles, assim como as dificuldades e os agentes envolvidos diretamente, sejam eles do governo ou não. Abaixo segue o resultado das entrevistas:

O sr. **Walter Pinheiro** (2020) promove alguns eventos através de uma “*blitz, onde param num lugar põe o som começa a tocar, dançar. Os outros a gente vai na Prefeitura tirar o alvará de sinalização, que custa mais ou menos em torno de duzentos a trezentos reais. A gente paga o alvará, tem que ter o bombeiro tem que ir na BHTRANS, tem que ir na polícia, então é muito caro e a gente tem um gasto e é um evento que eu faço de um a dois por mês tudo com custo pessoal, então é muito difícil.*”

O objetivo dos eventos para Pinheiro é disponibilizar para as pessoas “*inclusão social, saúde, educação e emprego, porque pessoas doentes vem aqui com problemas de saúde a gente... a gente indica pessoas pra trabalho, a gente vai em escola trabalho em escolas públicas ou particular a gente não distingue isto, então assim fazemos todas as coisas em prol da pessoa, é um jeito que eu encontrei de fazer trabalho social que não só me beneficia como pessoa, mas que beneficie as pessoas e as pessoas precisam disso de uma vida mais digna de inclusão, de educação e de saúde.*”

A continuidade do evento para ele “*é um resgate da música, da cultura, da educação, resgate do jovem, da identidade da nossa cultura negra, do negro em si de assumir a sua cor, seu cabelo seu tipo de vestir, a sua característica, entendeu? A gente tem que assumir que a gente precisa de mais dignidade de respeito das pessoas, o*

movimento não é um movimento nosso, é um movimento que a gente trás as pessoas pra aderir, a juventude de hoje é uma juventude que esqueceu o idealismo, a década de setenta era diferente a gente saía pra rua brigava. Onde está o jovem hoje? O que o jovem representa na comunidade hoje? O que o jovem representa na política, na escola, no futebol, na educação, no esporte? Nada o jovem sumiu, sumiu da periferia então tem que voltar pra tentar resgatar essa galera, essa galera vim pra rua se manifestar em prol de si mesmo e pelas pessoas seus parentes das outras.”

O público alvo dos eventos de Walter Pinheiro são “o nosso público é todo mundo independente, pessoal da periferia, da burguesia, negro, preto, amarelo, não distinguimos classe, isso aqui você pode encontrar pessoa que é advogado, que é polícia, eu sou formado em direito, então outros são policiais que vem aqui, a gente não tem um público específico, o público alvo é todo mundo, é inclusão social independente de religião, de classe social, ideais políticos, a gente não distingue isso.”

Foi perguntado para Pinheiro se ele pretende expandir o evento. Walter respondeu: “[...] é assim, a ideia nossa não é permanecer o movimento em Belo Horizonte, o movimento Soul BH hoje que é o movimento principal depois vem o Forrozeiros de Rua e a Turma do Passinho. A gente já estende pra outros estados, ‘nos entra’ em outro estado faz esse movimento acontecer em outro estado, a gente tem uma página que tem 120 mil seguidores, a gente faz uma “live” igual tá ao vivo agora as pessoas mandam mensagens pra gente, é eu acho esse ano eu sou candidato a vereador pela Rede partido de esquerda, eu sendo eleito tenho um poder de voz, que aí eu posso crescer esse movimento incluir as pessoas. Eu concordo que não sou político, eu não quero ser político, eu quero ser representante da cultura, do povo, das pessoas, e isso é um dever de todos os políticos é o que eles não exercem, então a gente precisa mudar essa cadeia, e mudar isso, a gente alcança hoje com nosso movimento o Estados Unidos, França, Itália, São Paulo, Rio, a galera curte a gente pede pra gente ir lá, mas a gente não vai poder não tem condições, não tenho ajuda do governo, nós somos um movimento excluído, os principais movimentos que acontecem na rua de BH são os mais excluídos, pessoas que são ajudadas pessoas que tem um barzinho que montam um evento top num lugar essas pessoas que não estão aqui na rua, mas o que pode fazer né somos excluídos nós não vamos ter vez, a gente tem que ter pessoas dê poder de voz que queira ajudar o povo e ajudar a gente também, só que isso é difícil, sabe como é?”

Em entrevista realizada com **Augusto Carvalho Borges** (2020), ele ressaltou que “Mama na Vaca é um bloco que a família ajudou a criar”, onde tem como rota o bairro

Santo Antônio. Com a autorização da prefeitura a celebração utiliza de um símbolo cultural, uma obra que consiste em uma vaca feita de concreto que fica localizada na Rua Leopoldina. Esse objeto se tornou palco de manifestações culturais, na qual cidadãos a utilizam livremente, transformando-a em uma “intervenção pública”. Portanto “Mama na Vaca” se tornou parte da cultura dos cidadãos que residem no bairro e buscam uma maior interação entre si nos períodos de carnaval.

Os demais blocos, “Bloco Praia da Estação”, “Tico Tico Serra Copo” e “Bloco do Peixoto”, Borges leva o seu auxílio nas suas organizações. Ele ressalta que o bloco da Praia da Estação surgiu a partir de *“toda aquela discussão que houve no ano de 2010, na tentativa de recuperarem os espaços públicos”*, considerando o fato de que até o ano de 2010 a cidade de Belo Horizonte não possuía em seu plano diretor ou código de conduta da cidade, os bloquinhos que já existiam antes da oficialização da Praia da Estação se articularam, o que os tornou todos esses “bloquinhos” em uma “ação pública”, assim criando tradições e atraindo investimentos.

Uma dificuldade que Borges destaca para poder organizar os blocos, refere-se ao próprio poder público, *“que não demonstrava interesse por esse tipo de manifestação cultural, assim como ele ressalta: não existia esse interesse todo”*. Apenas no ano de 2012 a Belotur (Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte) passou a ser presente nos eventos. Partindo da compreensão que é uma empresa criada em 1980, a partir da lei municipal n. 3237, na qual exerce a função de supervisão e coordenação de todas as atividades que fazem parte do turismo e lazer do município (PBH, 2020), a Belotur ao ingressar como um agente que busca auxiliar nas manifestações do carnaval, passou a demonstrar um interesse inicial nos bloquinhos do município, bem como a participação da BHTRANS.

Para Borges, o carnaval de Belo Horizonte tem crescido nos últimos anos, apresentando como público alvo, aqueles que têm em mente a celebração da cultura popular e nas tradições da cidade. Todos os anos, desde quando começou, os blocos são bem recebidos por onde passam, sua continuidade é parte de todo esse interesse de se manter vivo, de se mostrar como uma manifestação de cultura e tradição. A própria divulgação que é a partir de cartazes espalhados no próprio bairro, feita pela própria comunidade, ressalta todo o interesse de se pertencer da cidade.

Em entrevista realizada com **Rafael Barros** (2020), em relação ao “Duelo de MCs” afirmou que a partir dos anos de 2012/ 2013 em um processo de cooptação do discurso público, surge um corredor cultural da Praça da Estação. Ele surge como um

processo também de apropriação do poder público daquela área partir desses movimentos que surgem naquela região, mas que já existiam: o duelo de MCs. A ocupação do movimento Hip Hop, das culturas urbanas do viaduto de Santa Tereza é anterior ao movimento da “Praia”, e assim como o Carnaval. Esse termo substitui o vocábulo “corredor”, que vem desse espaço de construção e de debate para “ressignificada”. Inclusive, *“a ideia de transformação daquela área era mudar um pouco o horizonte de elaboração da construção urbanística ali, mas não ganha muita força, vai perdendo fôlego e espaço para outras falas que vão tomando conta da cidade. [...]”*

Sobre a Praia da Estação, desde a administração do prefeito Fernando Pimentel, que implementou e revitalizou o centro mais vivo, várias intervenções foram feitas, desde o ponto de vista urbanístico, quanto do ponto de vista patrimonial. Tinha como propósito *“manter a região do Centro de Belo Horizonte mais “limpa”, no sentido de retirada dos vendedores ambulantes, dos camelôs, com a proposta de construção de shoppings populares, e também com processo de revitalização de vias, reformas de prédios antigos, recuperação de estabelecimentos comerciais, uma serie de intervenções, como a revitalização da Praça 7”.*

“São mudanças que foram muito radicais do ponto de vista da concepção da prefeitura, como o uso do espaço público em Belo Horizonte”. Logo depois, veio a posse do prefeito Marcio Lacerda, candidato apoiado pelo Fernando Pimentel, e assim a mercantilização do espaço público vai se fortalecer, e no final de 2009 o prefeito proibiu eventos de qualquer natureza na praça da Estação.

Segundo Barros, essas mudanças foram incoerentes, uma praça que sempre foi um espaço de livre uso e apropriação, e que se iniciou junto a história da cidade, passando por tamanha intervenção e negação por parte do poder público no que tange as manifestações populares. Ele explica que a partir dessa atitude, foi criado um blog e mesmo as redes não possuindo tanta força (naquela época), as discussões eram para transformar a “praça” em “praia”, algo simbólico *“de que a praça fosse a nossa praia”.* *“Nós que planejamos as intervenções, já imaginávamos que as fontes fossem desligadas, daí fizemos nossa primeira praia no dia 16 de janeiro de 2010, a partir desse dia começaram a gritar: ‘toda semana’, posicionando contra essa ação da prefeitura, contra essa política de esvaziamento do espaço público”.*

Com tudo isso, a prefeitura se posicionou de forma repressiva. juntamente com as forças policiais. Mas, acabou perdendo, e tiveram que revogar esse decreto e mudar suas

diretrizes e orientações. E nos anos subsequentes todos os verões acontecem o evento da “praia”, mas sempre de uma maneira muito livre, organizada, espontânea.

Todo esse processo fez com que vários movimentos se encontrassem, desde figuras ligadas a artes, cultura, e políticas, até universidades, movimentos estudantis e forças partidárias mais estruturadas, sindicarias, como o movimento “Fora Lacerda”. Assim surge a retomada do carnaval de rua em Belo Horizonte, tendo o reconhecimento da geografia de rua. *“O poder público mesmo com essa resistência começou a pensar em ações de intervenções, ali naquela área, para conter essa onda rebelde que tomou conta daquele espaço. O conselho de cultura da qual participo hoje, vem para interferir, questionar, criar grupos de trabalho para debater o nome ‘zona cultural’ para ‘ressignificar a ideia’ de transformação daquela área, e mudar o horizonte dessa elaboração de construção urbanística, que não ganha muita força ali, assim perdendo o fôlego e dando espaço para outras pautas que vão tomando conta da cidade, da agenda cultural”.*

Os dois últimos entrevistados foram **Maria Carolina e Rael** (2020), que participam do Movimento Hippie e vendem os seus produtos na Praça Sete, no bairro Centro de Belo Horizonte, no qual o artesanato que vendem no lugar, é única fonte de renda. Perguntados sobre qual a relação deles, nesse espaço, eles disseram nunca terem sofrido algum tipo de discriminação, opressão ou tiveram conflito com os comerciantes do entorno e a Prefeitura, pelo contrário, sempre tiveram um vínculo de amizade com os comerciantes e nenhuma perturbação vinda do poder público. Maria Carolina e Rael enxergam nas suas atitudes, de estarem ocupando aquele espaço vendendo seus produtos como *“algo planejado pela energia do destino”* e eles não se imaginam fazendo outra coisa na vida, e nunca tiveram problemas com seus familiares por viverem vendendo seus trabalhos pelas ruas. Ambos não veem a postura de ocupar o espaço público como um movimento de resistência, pois para eles utilizar o espaço para a venda de suas peças é um direito já adquirido e que não precisa ser contestado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as respostas dos questionários, observamos que a maior parte dos entrevistados são jovens, adultos, estudantes, que residem na cidade e frequentam o bairro Centro. Destas pessoas que frequentam o Centro, vão com o motivo de fazer compras utilizar de algum serviço e também para o lazer. Quando questionadas em quais espaços culturais frequentavam e com qual a frequência, uma grande parte respondeu que frequentam eventualmente praças, parques, que são espaços públicos de destaque na cidade.

Os entrevistados foram questionados se eles conheciam a Praça da Estação, o Parque Municipal, o Viaduto Santa Tereza e a Praça Sete de Setembro, e a grande maioria respondeu que conhecem todos estes espaços e frequentam eventualmente todos eles, por motivo de passagem, seguido de lazer e compras. Foi questionado qual era o significado dos eventos que ocorrem nestes espaços culturais, e a maior parte respondeu que significam para eles espaços de lazer e diversão.

Quando perguntado se os entrevistados conheciam os organizadores e promotores dos eventos, percebemos que a maioria não conhecia, e que grande parte se informava desses eventos a partir de redes sociais, e dificilmente através do poder público. Por fim, perguntamos para as pessoas qual meio de transporte elas utilizam para chegar nos eventos e a maior parte respondeu que vão de ônibus.

Ao buscar a compreensão do dinamismo na região do centro de Belo Horizonte é perceptível que a maior parte das manifestações artísticas e culturais são promovidas pelos próprios organizadores, sem qualquer auxílio da Prefeitura de Belo Horizonte. Há alguns eventos, como mencionado pelo Sr. Walter Pinheiro (2020), no qual precisam do aval do poder público, segundo ele é preciso ir na Prefeitura para tirar o alvará de sinalização “*que custa mais ou menos em torno de duzentos a trezentos reais, a gente paga o alvará, tem que ter o bombeiro, tem que ir na BHTRANS, tem que ir na polícia*”, ou seja, o valor para se obter o alvará é elevado para se ter o auxílio do governo, para usufruir do direito à cidade que é concedido aos cidadãos. Além disso, essa não é a única dificuldade encontrada pelos organizadores, Augusto Borges (2020) encontrou dificuldade para poder organizar os blocos junto ao poder público, pois não demonstrava interesse por esse tipo de manifestação cultural, assim como ele ressalta: “*não existia esse interesse todo*” em relação ao Carnaval. De fato, o interesse pelo Carnaval, por parte do poder público, provém do instante em que esse evento se destaca no cenário municipal e

passa a atrair muitas pessoas, até mesmo de outros estados do Brasil. O que se vê na atualidade é a luta dos organizadores desses blocos de carnaval contra a mercantilização que o poder público quer conferir aos esses espaços públicos.

A falta de interesse em investir em eventos dessa natureza, como o Carnaval, fez com que Augusto Borges (2020) destacasse que “*Mama na Vaca* é um bloco que a família ajudou a criar”, independentemente do poder público. Rafael Barros (2020) relembra que no mandato do ex-prefeito Fernando Pimentel, foram realizadas mudanças muito radicais no uso do espaço público em Belo Horizonte. Logo após, houve a posse do ex-prefeito Márcio Lacerda, candidato apoiado pelo Fernando Pimentel, onde a mercantilização e o uso do espaço público vão se fortalecer, sendo que no final de 2009 o ex-prefeito proibiu eventos de qualquer natureza na praça da Estação.

Segundo Sr. Walter Pinheiro (2020) “*falta cultura, educação, falta saúde, falta lazer, falta emprego*” e assim as manifestações artísticas e culturais promovidas por agentes culturais acabam por realizar todos os deveres que o poder público se omite a realizar ou realiza precariamente. Pinheiro (2020) destaca que grande parte dos objetivos dos eventos organizados na cidade por esses agentes, são devido à falta de inclusão social por parte do poder público.

Segundo Rafael Barros (2020), a continuidade dos eventos está relacionada a eles mesmos, as necessidades e implicações advindas da população que muitas vezes os promove. Com isso, é possível destacar que muitos dos frequentadores desses eventos frequentam-nos pelo lazer e diversão, mas há também muitos que alegam que esses espaços, através dos eventos, se ressignificam diante de uma representatividade. São nesses momentos, que grupos sociais, em sua maioria, formado por pessoas de 20 a 24 anos, estudantes, residentes do município de Belo Horizonte se sentem vistos e não a parte da sociedade. Vale lembrar, que o poder público não faz parte da criação e nem da implementação dos eventos, ou seja, é o *povo pelo povo*.

Ainda segundo Rafael Barros (2020), o processo de surgimento das manifestações artísticas e culturais fizeram com que vários movimentos se encontrassem como figuras ligadas a artes, culturas, políticas, universidades, movimentos estudantis e forças partidárias mais estruturadas, sindicarias, como o movimento “Fora Lacerda”, e assim surgiu a retomada do carnaval de rua em BH, tendo o reconhecimento da geografia de rua. Ainda de acordo com Barros (2020), o conselho de cultura tem atuado para interferir, questionar, criar grupos de trabalho que possam debater sobre os espaços públicos da cidade, sobre sua apropriação e ressignificação.

Através dessa pesquisa constatou-se que os espaços de expressão cultural e de manifestação política se estendem pelo Bairro Centro e agregam parte da Praça Sete, onde recebe o Movimento Hippie. Estruturas antigas que datam da origem da cidade, recebem manifestações culturais, sejam elas praças, parques ou ruas.

No caso do viaduto, o que se percebe é uma ressignificação por parte de uma camada socialmente mais excluída, que consegue com muita luta, promover eventos que ressignificam os espaços públicos, através de uma representatividade de classe e de etnia.

No geral, o que se observou é que muitos eventos culturais que ocorrem na cidade são promovidos por agentes não ligados ao poder público, o que legitima dizer que há uma territorialidade na ocupação e ressignificação desses espaços por parte de uma população que luta por eles. Mesmo que a pesquisa tenha demonstrado que grande parte da população ainda se direciona para o Centro para fazer compras, o lazer ainda faz parte do cotidiano de muitas delas, o que nos faz pensar que é preciso sim lutar pela garantia, manutenção e expansão de espaços públicos. A luta é também pelo direito à cultura, e eventos culturais que sejam amplamente divulgados, e exercidos nesses espaços, para que o conceito de cidadão passe a fazer parte daqueles que frequentam e tornam a cidade viva.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA do Parque Municipal. [S. l.]: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://belohorizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/oficios-de-minas/historia-do-parque-municipal>. Acesso em: 4 nov. 2019.

ABBAGNANO, N. **História da filosofia**. V. 5. 4 ed. Trad. Nuno Valadas e Antônio Ramos Rosa. Lisboa: Editora Presença, 2000.

ABREU, Maurício de Almeida. **Estudos geográficos da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro)**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, jan. / dez. 1994.

ALVES, G. C. Território e territorialidade como proposta de análise na formação cultural de um terreiro de Candomblé. **XI Encontro Nacional de ANPEGE**, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/6/174.pdf>> Acesso em: 3 nov. 2019.

ALVIM, Afia. Viaduto Santa Tereza: Um Marco Na Arquitetura E Na Memória De BH. [S. l.]: **Literalmente uai**, 11 dez. 2017. Disponível em: <https://www.literalmenteuai.com.br/viaduto-santa-tereza-um-marco/>. Acesso em: 4 nov. 2019.

AMORIM FILHO, O. B. **A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 11, n.21-22, p. 67-87, 2000.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A formação do conceito de paisagem geográfica: os fundamentos clássicos. In: Encontro Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem. Rio Claro, 11- 13 maio 1998. **Cadernos paisagem**, paisagens 3. Rio Claro: UNESP, 1998. p. 123-138.

ANDRADE, T.; JAYME, G.; ALMEIDA, R. D. C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. **Cadernos Metrópole**, p. 131-153, 2009.

ARROYO, Michele Abreu. Reabilitação Urbana Integrada e a Centralidade da Praça da Estação. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, Belo Horizonte, 2004.

AUGOYARD. **Pas à pas**: essai sur le cheminement quotidien em milien urbain. Éditions du Seuil: Paris, 1979.

BELOTUR. Centro Cultural UFMG. Belo Horizonte: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/artistico-cultural/arquitetura/centro-cultural-ufmg>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BELOTUR. Palácio das Artes - Fundação Clóvis Salgado. Belo Horizonte: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/artistico-cultural/arquitetura/palacio-das-artes-fundacao-clovis-salgado>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BELOTUR. Serraria Souza Pinto. Belo Horizonte: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em <http://belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/oficios-de-minas/serraria-souza-pinto>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BELOTUR. A história do Parque Municipal. Belo Horizonte: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/oficios-de-minas/historia-do-parque-municipal>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BELOTUR. Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Belo Horizonte: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/artistico-cultural/museu-da-forca-expedicionaria-brasileira-feb>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BENEVIDES, A. **Resenha de "O Espaço do Cidadão" de Milton Santos**. [S. l.], 6 jan. 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/resenha-de-o-espaco-do-cidadao-de-milton-santos/56329/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BORSAGLI, Alessandro. **Metamorfoses Urbanas: Avenida Afonso Pena**. Belo Horizonte: Curral Del Rey, 1 set. 2012. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com/2012/09/metamorfoses-urbanas-avenida-afonso-pena.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade**. In: FRUGOLI JR., Heitor; ANDRADE,

Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: Puc Minas/Edusp, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50070/54195>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**, Santiago do Chile, v. XXXI, n. 93, p. 53-71, ago. 2005. Disponível em: www.scielo.cl/pdf/eure/v31n93/art04.pdf. Acesso em: 03 nov. 2019.

BRADACZ, Luciane; NEGRINE, Airton. **Cultura, Lazer e Turismo: a festa da colônia de Gramado/RS**. Edição dos Autores. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

BRANT, Ana Clara. Nossa História: Museu Abílio Barreto reúne acervo que revela em detalhes o passado de BH. Belo Horizonte: **Estado de Minas**, 23 maio 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/23/interna_gerais,650569/nossa-historia-museu-abilio-barreto-reune-acervo-que-revela-em-detalh.shtml. Acesso em: 10 out. 2019.

BRITO, C. A **Petrobrás e a gestão do território no recôncavo baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/jpst2/pdf/brito-9788523209216-04.pdf>> Acesso em: 4 nov. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, jan./ jun. 2002, p. 161-178.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **A Questão da Tradição: Algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional**. Belo Horizonte. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/141. Acesso em: 15 fev. 2020.

CASTRO, F. V. Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática(s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, nº 30/31, p. 203-213, 2011/2012.

CBTU. Estação Central. Belo Horizonte: **Portal Companhia Brasileira de Trens Urbanos**, 2017. Disponível em: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sobre-o-metro/estacao-central-bh>. Acesso em: 4 nov. 2019.

Cerqueira, C. S., & Ribeiro, R. A. (2017). **A Semiótica do Design: A Construção da Identidade nos Jovens do Hip Hop no Viaduto de Santa Tereza**. pp. 8-13.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. **Entremeio**. In: CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano (morar, cozinhar). 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/4263982/A_INVENÇÃO_DO_COTIDIANO?auto=download. Acesso em: 31 out. 2019.

CLAVAL, P. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia/ Paul Claval. In: CORRÊA, LR. ROSENDAHL, Z (org). **Introdução à Geografia Cultural/** Rogério Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Disponível em: https://b2272658-a-62cb3a1a-sites.googlegroups.com/site/flamarionarquivos/arquivos/geo%20francesa_claval.pdf?attachauth=ANoY7cq8O3W7MtK48N-2AUXFibM8cQcItBdhQN-gSaC7sRBbO0nYSAjb8CdaLkNjggc_xVXSW4eDF5Pg6kmLe-3qceu61t4-D7usPGco2gPojYDr9DsOBP0BOauHt4ufSOuBHZO55IShgEuLiBY0jiyBZX9xPejQEXKgiyHS32FLZEIUGjcI5k1jNTPj740FjADtmLDkoIZjQhRLFaFPWTGVQJZFrY-aY0jFxpncKKqD3FMVBV4i2OTWoRp0A8vxFhaDWWGsdlkf&attredirects=0. Acesso em: 15 out. 2019.

CLAVAL, P. A **A Geografia Cultural/** Paul Claval. Tradução: Luís Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. – 4. ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. Disponível em: <https://www.docsity.com/pt/claval-paul-a-geografia-cultural/4842499/>. Acesso em: 15 out. 2019.

CLAVAL, P. **A Volta do Cultural na Geografia/** Paul Claval. Mercator – Revista de Geografia da UF, ano 01, número 01, 2002. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/192>. Acesso em: 15 out. 2019.

COLEÇÃO de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro - **APM: Geral da cidade de Minas**. [S. l.], 1895. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=107. Acesso em: 3 out. 2019.

CONTI, J. B. Geografia e Paisagem. **Revista Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, p. 239-245, 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.5902/2179460X13218>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/13218/pdf>. Acesso em: 8 set. 2019.

CORRÊA, J. S. Geografia Cultural: uma breve história. **Anais do 3º Workshop de Geografia Cultural: o lugar e as disputas da cultura no espaço**, Alfenas, p. 36-51, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/historia%2036-51.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

CORRÊA, L. R. ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda/ Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. In: CORRÊA, LR. ROSENDAHL, Z (org). **Introdução à Geografia Cultural/ Rogério Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, R. L. Sobre a Geografia Cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, [s. l.], 16 nov. 2009. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/contibuiacoes/Roberto%20Lobato%20Corrêa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

CORRÊA, R. L. Sobre a geografia cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, 16 nov. 2009. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuiacoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, São Paulo, p. 11-43, 1999.

COSGROVE, D. E. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, 1998. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6313/4506>. Acesso em: 16 out. 2019.

COVRE, M. d. L. M. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CRAVEIRO, C. Mapeamento cultural como instrumento para a gestão da política pública de cultura em Belo Horizonte – MG. **Programa de Pós-graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial**, p. 1-159, 2017.

CRIEKINGEN, Mathieu van. **A cidade renasce: formas, políticas e impactos de revitalização residencial em Bruxelas**. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3574766/BIDOU-ZACHARIASEN_Catherine_org._.De_volta_à_cidade_dos_processos_de_gentrificação_às_políticas_de_revitalização_dos centros_urbanos._São_Paulo. Acesso em: 31 out. 2019.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; ALCÂNTARA, S. A. Pichação, paisagem e território no Hipercentro de Belo Horizonte. **Caderno de Arquitetura e Urbanismo**, v. 22, p. 85-102, 2015. ISSN 30.

DUARTE, Ronaldo Goulart. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. **Scripta Nova – Revista electronica de geografia y ciencias sociales**,. Universidad de Barcelona, v. IX, n. 199(44), ago. 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-199-44.htm>. Acesso em: 03 nov 2019.

DUNCAN, J. – O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. In **Introdução à Geografia Cultural**, org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7423>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 19 p. 5-30, 1980.

FÁVERO, Giovanna. Tá calor aí? BH terá edição de 10 anos da ‘Praia da Estação’ neste sábado. BHAZ, Belo Horizonte, p. 1-3, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2020/01/16/praiadaestacao-dez-anos/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FERRCOST, Mariana. Linha do Tempo. Belo Horizonte: **Pirulito: O obelisco da Praça Sete de Setembro**, 2013. Disponível em: <http://pirulitopraca7.blogspot.com/2013/04/linha-do-tempo.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. A Itália no Horizonte do Curral Del Rey. **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, n. 39/40, 1 jul. 2010. Universidade Federal de Minas Gerais, p. 263-282. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/edpdf/39-40.pdf#page=264>. Acesso em: 11 out. 2019.

GALERA, Izabella; GARCIA, Paula M. Brasil. **Alegorias do tempo: uma reflexão sobre a transformação da paisagem do Parque Municipal de Belo Horizonte: Desenvolvimento, Crise e Resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional**. XVII Enanpur - Sessões Temática 7: Cidade e História, São Paulo, p. 2-19, 1 jan. 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.8/ST%207.8-02.pdf. Acesso em: 2 mar. 2020.

GIFFONI, Iomara Albuquerque. **Belo Horizonte: da cidade planejada ao planejamento da cidade**. Turismo na Praça da Estação. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) -Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI, Balneário Camboriú, 2010.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos território à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Revista Piauí**, São Paulo, ed. 82, jul 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

HOEFLE, S.W. – Cultura na História do Pensamento Científico. **Revista da Pós-graduação em Geografia**, UFRJ, no 2, pp. 629, 1998.

HOEHNE, Thainá. De igual para igual. [S. l.]: **Além da Arte**, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://alemdaarte.wordpress.com/category/sem-categoria/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, v. 2, n. 3, p. 77-85, jul./ dez. 1997.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, UERJ/NEPEC, n. 3, p. 8-19, 1996

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Pós-graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 550 p.

INTITUTO PÓLIS. **David Harvey**: A luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capitalismo. [S. l.], 5 fev. 2009. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/david-harvey-a-luta-pelo-direito-a-cidade-e-uma-luta-contra-o-capitalismo/>. Acesso em: 12 abr. 2020

IROCZINSKI, A.; SILVA, M. J. M. A evolução do pensamento geográfico: da Grécia antiga ao Brasil contemporâneo. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p. 7-19, 2016. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GED_EaD/article/view/1453/590. Acesso em: 9 abr. 2020.

JAYME, J. G.; TREVISAN, E. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11933/8133>. Acesso em: 31 out. 2019.

JAYME, J. G.; TREVISAN, E. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 12, p. 359-377, 2012. ISSN 2.

Jean Cássio Lima, M. S. (2014). A Produção do Espaço da Praça da Estação em Belo Horizonte (MG) e dos Equipamentos de Seu Entorno Ao Longo da História da Cidade. Simpósio Mineiro de Geografia, (pp. 937-951). Alfenas.

Júnior, L. F. (2013). **Ocupa Belo Horizonte: Cultura, Cidadania e Fluxos**. 89-153.

KICH, N. C.; MARONEZE, L. A. G. A preservação da identidade local através das festas populares: o caso da festa da colônia de Gramado. **Manifestações culturais: objetos e perspectivas distintas**, Novo Hamburgo, 2015. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/d6b286df-99ca-4373-9f0d-6cfa24361d2e/Manifesta%C3%A7%C3%B5es%20Culturais%20-%20Objetivos%20e%20Perspectivas%20Distintas.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

LEFEBVRE, H. 1986(1974). *La Production de l’Espace*. Paris: Anthropos

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. *In*: LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro editora, 2001. p. 105-118. ISBN 978-85-88208-97-1. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l’espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEITE, Rogério Proença. **Contra usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora da UFS, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/carol/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/221-755-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

LIMA, J. C; AMORIM, M.S.M.A. **A Produção do Espaço da Praça da Estação em Belo Horizonte/MG e dos Equipamentos de seu Entorno ao Longo da História da Cidade**, Alfenas, 2014. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Jean%20C%C3%A1ssio%20Lima.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LIMA, Jean Cássio; AMORIM, Marcela Sampaio Magalhães Alves de. A produção do espaço da Praça da Estação em Belo Horizonte (MG) e dos equipamentos de seu entorno ao longo da história da cidade. **I Simpósio Mineiro de Geografia das diversidades à articulação geográfica**, Alfenas, 30 maio 2014. Departamento de Geografia, p. 937-951. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Jean%20C%C3%A1ssio%20Lima.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

LIMA, M. E. *et al.* Cidadania: sentidos e significados. **Formação de professores: contextos, sentidos e práticas**, [s. l.], p. 2481-2494, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24065_12317.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

LITERALMENTE UAI. Belo Horizonte: **Portal Literalmente Uai**, 2017. Disponível em: <https://www.literalmenteuai.com.br/>. Acesso em 4 nov. 2019.

LÓSCH, August. **Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft**. 1ed. 1940; 2^a ed. 1944. Jena Gustav Fischer (American Translation by W. H. Woglom, assisted by W. F. Stolper); *The Economics of Location*. New Haven, Yale University Press, 1954.

MAPA Oficial da Prefeitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte: **PRODABEL**, 2017. Disponível em: <http://bhmap-hm.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MARIANI, M.A.P.; ARRUDA, D.O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. 48° **SOBER, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2010. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf> > Acesso em: 3 nov. 2019.

MARQUES, G. S. Arquivo para Santa Tereza. **Julgamento em cena**, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://julgamentoemcena.wordpress.com/tag/santa-tereza/>. Acesso em: 16 set. 2019.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o Conceito de Paisagem. **Revista Raega**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3391/2719>. Acesso em: 8 set. 2019.

MELO, José Marques de. **As Festas Populares como Processos Comunicacionais: roteiro para o seu inventário, no Brasil, no limiar do século XXI**. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista11/projetos%2011-1.htm>. Acesso: 11 abr. 2020.

MERCADO CENTRAL. Mercado Central, 90 anos de história e muita tradição. Belo Horizonte: **Mercado Central Belo Horizonte - MG**, 2019. Disponível em: <http://mercadocentral.com.br/mercado-central-86-anos/>. Acesso em: 4 nov. 2019.

MIGLIANO, Milene. Praia da Estação como ação política: relato de experiências, envolvimento e encontros. **Ensaio - UFBA**, Bahia, p. 43-54, 11 maio 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_05.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

MORAES, A. C. R (Org). Geografia do homem. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. In: Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, A. C. R (Org). **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC-VIP, 1985.

MUSEU da Força Expedicionária Brasileira (FEB). [S. l.]: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/artistico-cultural/museu-da-forca-expedicionaria-brasileira-feb>. Acesso em: 4 nov. 2019.

NASCIMENTO, Alexandra. Apropriações e percepções dos espaços: práticas culturais na Praça Sete no hipercentro de Belo Horizonte. **XII Encontro Regional Sudeste de História Oral: Alteridades em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis**, Belo Horizonte, p. 1-17, 28 set. 2017.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

OLIVEIRA, Livia de. Percepção do meio ambiente e Geografia. In: OLAN – **Ciência & Tecnologia** [arquivo de dados legíveis por máquina]. v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 14-28.

OLIVEIRA, S. C. L.; SILVA, G. S. A importância da abordagem cultural na geografia: uma perspectiva de aplicação. **III Encontro de Geografia**, Rio de Janeiro, 16-19 de novembro. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/49290915/A-ABORDAGEM-CULTURAL-NA-GEOGRAFIA>. Acesso em: 17 out. 2019.

PALÁCIO das Artes - Fundação Clóvis Salgado. [S. l.]: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/artistico-cultural/arquitetura/palacio-das-artes-fundacao-clovis-salgado>. Acesso em: 4 nov. 2019.

PARQUE Municipal Américo Renné Giannetti: Fundação de Parques e Zoobotânica. Belo Horizonte: **Prefeitura de Belo Horizonte**, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-municipal-americo-renne-giannetti>. Acesso em: 3 mar. 2020.

PEREC, B. **Le corps**. Éditions du Seuil: Paris, 1995.

PIMENTEL, Thiago Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da. Ambigüidades identitárias na “Feira Híppie” /Brasil. **Comportamento Organizacional e Gestão**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 213-236, 13 abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cog/v13n2/v13n2a05.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PRAÇA da Estação - O lugar onde a construção começou. [S. l.]: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: Praça da Estação - O lugar onde a construção começou. Acesso em: 4 nov. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad.: Maria Cecília.

RESENDE, Marcelo JB; SASSAKI, Lana. **Belo Horizonte - Erudito ou Popular**. Belo Horizonte: Idas Brasil - conheça Minas pela internet, 2015. Disponível em: <https://idasbrasil.com.br/conhecer/Belo+Horizonte/Cultura>. Acesso em: 3 maio 2020.

RIBEIRO, Marcelo. Festas Populares e Turismo Cultural – inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. **Revista Pasos**. v. 2 n. 1, 2004, p. 47-56.

RIVERO, Elena Lucia. Da Praça a Cidade: Ocupação do espaço público e novas narrativas sobre a cidade. **Caderno de Arquitetura e Urbanismo**, [S. l.], v. 23, n. 33, p. 119-131, 1 ago. 2016.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène. **Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo**. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3574766/BIDOU-ZACHARIASEN_Catherine_org._._De_volta_à_cidade_dos_processos_de_gentrificação_às_políticas_de_revitalização_dos centros_urbanos._São_Paulo. Acesso em: 31 out. 2019.

RODRIGUES, Bernadete Bittencourt. **Projeto Corredor Cultural Rua da Bahia: Educação Patrimonial e Memória Urbana**. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br/Upload/Biblioteca/0000103.pdf>

RUBINO, Silvana. **Nem findas nem lindas: cidades e gestão da memória**. In: LEITE, Rogério Proença (Org.). Cultura e vida urbana. Ensaio sobre a cidade. São Cristóvão. UFS, 2008. p. 142-169.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. "O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930". IN: FABRIS, Annateresa (org). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel / Editora da USP, 1987, p. 105-145.

SANCHES, Jussara Romero. O direito à cidade. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 12, n. 1, p.318-321, abr. 2017. DOI: 10.5433/24122-107817-1X.2017v17n1p318. ISSN: 1980-511X.

SANTOS, C. Território e territorialidade. **Revista Zona de Impacto**, Vol. 13, Ano 11, 2009. Disponível em: http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html> Acesso em: 3 out. 2019.

SANTOS, J. L. d. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 1998. 176 p. ISBN 978-85-314-0971-4. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4434323/mod_resource/content/1/Milton%20Santos%20-%20Espa%C3%A7o%20do%20Cidad%C3%A3o%20%28Cidadania%20Mutilada%29.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2. ed. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. 224 p. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/img-pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAUER, C. **A morfologia da paisagem**. In: O. [S. l.: s. n.], 2003. p. 12-73. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/128130038/Carl-Sauer-Morfologia-Da-Paisagem>. Acesso em: 23 out. 2019.

SAUER, Carl O. **Geografia cultural**. Espaço e cultura. Rio de Janeiro, n. 3, dez. 1996, p. 4.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2º edição. São Paulo: Contexto, 2018.

SERRARIA Souza Pinto. [S. l.]: **Belo Horizonte, surpreendente**, 2019. Disponível em: <http://belohorizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/oficios-de-minas/serraria-souza-pinto>. Acesso em: 4 nov. 2019.

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista História Regional**, [s. l.], p. 9-37, Inverno 2000. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional61.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Revista Brasileira de Gestão**, vol. 9, n. 1, p 96-109, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n1/2175-3369-urbe-2175-3369009001AO09.pdf>> Acesso em: 3 nov. 2019.

SILVA; K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos**. Ed. Contexto. São Paulo; 2006

SIMIS, A. A política cultural como política pública. **III Enecult**, Salvador, 23-25 de maio 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global.** In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. Disponível em: <https://leccur.wordpress.com/2011/12/04/de-volta-a-cidade-a-gentrificacao-generalizada-de-uma-anomalia-local-a-regeneracao-urbana-como-estrategia-global/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SOARES, Cleuza. Sobre a Feira Hippie. [S. l.]: **FeiraHippie.com**, 2019. Disponível em: <https://feirahippie.com/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SOUZA, Filipe. 104 Tecidos. [S. l.]: **Mapas coletivos**, 2016. Disponível em: <http://www.mapascoletivos.com.br/layers/58449f9ed7208f5a023055af/>. Acesso em: 4 nov. 2019.

SOUZA, Marcelo L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

Território/Territorialidade no Contexto do Desenvolvimento Rural. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, vol.1, n.1, 2014. Disponível em: <<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/download/268/pdf>> Acesso em: 3 nov. 2019.

Ticle, M. L. (2014). **Tombamento, Registro e Área de Diretrizes Especiais (Ade): Instrumentos de Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural - O Bolão e o Bairro Santa Tereza, Belo Horizonte.** V Seminário Internacional – Políticas Culturais. Rio de Janeiro.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

VÁSQUEZ, A. S. Convite à estética. Rio de Janeiro: Brasiliense; 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. Cidadania e educação na trama da cidade: A construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Orientador: Prof. Dra. Maria Stella Martins Bresciani. 1994. 499 p. Tese (Doutorado) - **Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, 1994.

VILELA, N. M. Hipercentro de Belo Horizonte: Movimentos e Transformações Espaciais Recentes. **Departamento de Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2006.

WERNECK, Gustavo. Do antigo Arraial do Curral del-Rey à atual BH metrópole. Belo Horizonte: Gustavo Werneck, 12 dez. 2018. **Estado de Minas**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/90-anos/2018/12/12/interna_90_anos,1012593/do-antigo-arraial-do-curral-del-rey-a-atual-bh-metropole.shtml. Acesso em: 10 out. 2019.

ZANATTA, B. A. A abordagem cultural na geografia. **Revista Temporis [ação]**, [s. l.], v. 9, n. 1, 9 mar. 2008. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5995>. Acesso em: 23 out. 2019.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In: ARANTES, A. A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papius, 2000. Disponível em: <https://csociais.files.wordpress.com/2018/09/zukin-paisagens-urbana-posmodernas-mapeando-cultura-e-poder.pdf>. Acesso em: 03 nov 2019.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA USUÁRIOS

1. Nome (opcional):
2. Idade:
3. Profissão:
4. Município em que reside:
5. Qual bairro:
6. Você costuma frequentar o centro de BH?

não

sim

6.1. Em caso afirmativo, por qual motivo?

trabalhar

compras

estudar

serviços

lazer

7. Quais espaços culturais você frequenta no centro de Belo Horizonte:

Museus

Praças

Parques

Teatros

Cinema de rua

nenhum deles

8. Com que frequência você utiliza esses espaços culturais:

diariamente

semanalmente

eventualmente

9. Quais desses espaços você conhece?

Praça da Estação

Parque Municipal

Viaduto Santa Tereza

Praça Sete de Setembro

nenhum desses

10. Qual (ais) desse (s) espaço (s) você frequenta?

Praça da Estação

Parque Municipal

Viaduto Santa Tereza

Praça Sete de Setembro

nenhum desses

11. Quais são os motivos para você frequentar esse (s) espaço (s)?

passagem

trabalho

manifestação política

eventos culturais

12. Com que frequência você utiliza esse (s) espaço (s) para lazer:

semanalmente

diariamente

eventualmente

13. Qual o significado dos eventos que ocorrem nos espaços públicos no Centro de Belo Horizonte para você?

- representatividade
- lazer/diversão
- curiosidade
- outros: _____

14. Conhece os organizadores dos eventos que ocorrem no Centro de Belo Horizonte?

- sim
- não

15. Como você teve acesso às informações sobre o evento:

- rede social
- outdoor
- site da Prefeitura
- indicação de amigos(as)
- Televisão/rádio
- outros: _____

16. Qual meio de transporte você utiliza (ou) para ir a esse (s) evento (s):

- ônibus
- aplicativos de transporte
- carro/moto/particular
- metrô
- outros: _____

ANEXO B - QUESTIONÁRIOS PARA OS ORGANIZADORES

1. Nome:
2. Idade:
3. Profissão:
4. Município que reside:
5. Bairro que reside:
6. Qual evento você organiza? Como você articula para promovê-lo? Tem apoio da prefeitura? De comunidade? Tem patrocínio?
7. Qual o objetivo desse evento que você organiza?
8. Conte um pouco sobre a origem desse evento? Sempre foi nesse local? Sempre o mesmo público? (História/inspirações)
9. Quais foram as dificuldades que encontrou no início?
10. A continuidade desse evento está associada a quê? A quem?
11. Qual é o público alvo desse evento?
12. Já tiveram problemas com moradores, no entorno do espaço, onde a manifestação é realizada? Quais problemas já tiveram? De que maneira solucionaram?
13. De que maneira esse evento é divulgado? Rede? Rádio? Comunidade?
14. Você tem a intenção de expandir o evento para outros espaços da cidade? De que forma?